

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO- MESTRADO EM LETRAS

CARLOS ALBERTO GONÇALVES DA SILVA

DA COR DA CULTURA À CULTURA DA COR: O *BLACK ENGLISH* EM *THE COLOR PURPLE*

TRÊS LAGOAS

2008

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DE TRÊS LAGOAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO – MESTRADO EM LETRAS**

**DA COR DA CULTURA À CULTURA DA COR: O *BLACK ENGLISH* EM THE
*COLOR PURPLE***

CARLOS ALBERTO GONÇALVES DA SILVA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras, área de concentração Estudos Lingüísticos, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Três Lagoas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.

**Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Vânia Maria Lescano
Guerra**

TRÊS LAGOAS – MS –

S586d Silva, Carlos Alberto Gonçalves da.
Da cor da cultura à cultura da cor: o Black English em The Color
Purple/Carlos Alberto Gonçalves da Silva. Três Lagoas,MS: [s.n.], 2008.
142f. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul,
Câmpus de Três Lagoas, 2008.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Vânia Maria Lescano Guerra.

1. Discurso marginal. 2. Enunciado. 3. Formação discursiva. 4.
Identidade. I. Guerra, Vânia Maria Lescano. II. Universidade Federal de
Mato Grosso do Sul. Câmpus de Três Lagoas. III. Título.

DA COR DA CULTURA À CULTURA DA COR: O *BLACK ENGLISH* EM *THE COLOR PURPLE*

CARLOS ALBERTO GONÇALVES DA SILVA

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Letras da UFMS – *campus* de Três lagoas MS, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre – Área de concentração em Estudos Lingüísticos.

Dissertação defendida e aprovada em: 02 de Dezembro de 2008, pela Banca Examinadora constituída pelos professores:

Profa. Dra. Vânia Maria Lescano Guerra – CPTL/UFMS – Orientadora –

Prof. Dr. Álvaro Luiz Hattner – UNESP/IBILCE – Titular –

Profa. Dra. Rosana Cristina Zanelatto Santos – UFMS – Titular –

Ao meu *paizinho* Olivaldo (Nenê - *in memorian*), obrigado pela *felicidade* e, por ter me dado o *Céu* aqui na *Terra*.

É muito bom passar por uma jornada destas e ter tanto a agradecer, e querer a tantos homenagear...

É muito bom dizer **obrigado** a tanta gente que, neste período, em que se é acometido por tantos surtos de tristeza, incapacidade, euforia, incerteza, cansaço, alegrias, conseguiu se manter simplesmente presente.

É assim que senti e sinto, sempre, meu querido pai.

Você, ao meu lado, presente...

Obrigado!

AGRADECIMENTOS

Ninguém escreve uma dissertação, uma tese ou um livro sozinho. Foi o que aconteceu com estas páginas. Embora escritas por mim, elas não viriam à luz do dia sem a contribuição e a participação de um elevado número de pessoas.

Posso dizer, a meu respeito, que apenas montei um buquê com as flores de outros homens. Nada trouxe de mim, a não ser o cordão que as unem, que lhes ofereço com prazer. Para todos, o meu reconhecimento.

Agradeço à Prof^a. Dr^a. Vânia Maria Lescano Guerra, pela orientação e pela tão eficiente e pontual atenção, sem as quais não seria possível concretizar este trabalho. Ser-lhe-ei eternamente grato, e qualquer que seja meu gesto de amor, jamais pagarei esta dívida, eterna dívida...

À Coordenadoria da Bolsa Mestrado da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo pela bolsa concedida como incentivo complementar para a realização deste...

À minha mãe, Idalina, por ter me suportado nos momentos mais difíceis de minha empreita e ter entendido as minhas ausências...

Aos meus sobrinhos, Marcela, Raíssa e Luan, pelo carinho e amor...

A Gilson ('Ziço') e Marcelo ('Mar'), os irmãos concedidos por Deus, por acreditarem em mim ...

À Joelma e Cláudia, as irmãs concedidas pelo coração, pelo incentivo e carinho....

À minha tia Marina e à Tia Dalva que sempre depositaram confiança em mim nos *nossos momentos mais difíceis*...

À minha amiga e 'flatmate' Terezinha, pelo carinho e pela fraternidade durante o período de aulas no curso...

Aos meus *amigos-irmãos*, Ricardo Bogas e Fernando Magri, pelo estímulo, compreensão e amizade...

À minha querida professora da primeira série, Maria de Lourdes, que realizou de maneira brilhante a difícil tarefa da alfabetização...

À Reitoria, coordenação, e alunos do curso de Letras do Centro Universitário de Jales - UNIJALES, em especial Prof^a. Dr^a. Sonia Saura, pelo incentivo e carinho...

Ao Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – FATEC-Jales SP, em especial Prof^a. Dr^a. Juliana A. Verona, e aos meus alunos pela paciência e o incentivo dedicados...

Aos gestores da escola “E.E. Sílvio Miotto”, de Estrela d’Oeste, e aos meus alunos pelo desejo de sucesso, pela paciência e a compreensão de minhas ausências *sempre* necessárias...

Aos professores do Programa de Pós-Graduação da UFMS e convidados, pela interlocução e conselhos preciosos...

Ao Claudionor e às secretárias do Programa de Mestrado em Letras, que sempre estiveram em prontidão diante das minhas solicitações...

Aos meus amigos do Mestrado que muito contribuíram para o meu crescimento: Jefferson Barbosa de Souza, Fernanda Aline de Andrade, Sandra F. da Silva, Lígia Belon, Janaina Nicola, Adriana Postigo, Denise Silva, Gleice Moraes, Eva Berto, Neuraci Vasconcelos, Santa Cariaga, Margareth Marques, Selma Marques e Glauciane Pontes.

Aos amigos que sempre permaneceram juntos de mim e fortaleceram-me mesmo na distância: Brett Forbes, Roselei, Erica e Denis, Sara e Samir, Ricardo e Sandra, Madalena Guisso, Talita e Diógenes, Rose Caramore, Sebastião, Juliana Sterse, Lei e Laine Maciel, Simone e Solange Hatayama, Cristiane e Marcelo, Ludo, Paulinho Pinheiro, Lesão, Alex, Talita e Hélio Siqueira, Tati, Graziela, Inaí e Bete França...

Obrigado, vocês me fazem mais forte...

You know how big love is? Love is big; love can hold anger, love can even hold hatred. I mean, you know, it's all love. It's about the intention of what you want it to do. You know, I mean, it's about what you're trying to give. And often when you're trying to give something, it has a lot of pain in it. But the pain too is part of the love.

Alice Walker.

Every evening after my brother and I had gone to bed, my father would walk slowly, his bones creaking louder, to tell us a story. I can see him now, leaning against the wall of our bedroom with his hands in his pockets looking in to the distance, reaching in to his imagination. It was there, in our bedroom, that he began telling many of the stories that now becomes the text you are going to read.

(me)

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar como Alice Walker, autora de *The Color Purple*, se inscreve na sociedade norte-americana, como mulher afro-descendente, por meio de seus personagens. Fato curioso é que a autora opta por um registro lingüístico que não é o padrão daquela sociedade branca, dominante. E, no entanto, por meio dos enunciados, constatamos que isso se deveu ao fato de uma necessidade de resgatar a sua ancestralidade, de travar um diálogo com a sua geração, muito ao contrário do que a crítica norte-americana afirmou ser um ato de rebeldia. Traçamos as principais características do discurso da mulher, o discurso de exclusão, do minoritário, do preconceito racial e sexual, as formações identitárias, definidoras de diferenças, enfim, de um discurso não-canônico. Pautamo-nos na seleção de dados materializados nas cartas escritas por Celie e Nettie no romance *The Color Purple*. Tomamos o ponto de vista da Análise do Discurso francesa e também uma visão de teóricos brasileiros, cujos pressupostos metodológicos e os princípios analíticos nos subsidiam a partir da materialidade lingüística, numa perspectiva cunhada no *Black English*; do processo de referenciação; de formações discursivas; de interdiscurso; de polifonia. É de suma importância ressaltar que se desenvolveram ao longo deste trabalho diálogos com os Estudos Culturais, os quais forneceram as bases históricas e culturais da construção identitária, da exclusão e das relações de poder que perpassam os discursos dos grupos minoritários do nosso *corpus*. Vale ainda dizer que nos apoiamos, também, no decorrer de nossa pesquisa nos estudos da Tradução, numa visão não meramente lingüística, literária, e sim uma tradução que envolve os aspectos da sociedade, ou seja, a tradução cultural. De forma relevante, as diferenças culturais têm sido reduzidas e, por conseguinte, fronteiras culturais são rompidas pela natureza midiática e virtual do nosso tempo. Por esse caráter intenso e acelerado, coloca-se em discussão cada vez mais acirrada a questão da tradução. De maneira geral, conforme essas orientações teóricas, nosso enfoque deteve-se na discussão das formações discursivas no discurso da mulher, negra, semi-alfabetizada e abusada sexualmente, que luta pela sobrevivência num mundo marginal, onde a sociedade maior, branca e dominante, impõe-lhe restrições, proibições e silenciamentos.

Palavras-chave: Discurso marginal; enunciado; formação discursiva (FD); identidade.

ABSTRACT

The aim of this study is to analyse why Alice Walker, the author of *The Color Purple*, looks at North American history from the perspective of an Afro-descendant woman through her characters. It is significant that the author chooses a linguistic register that is different from the one used in the dominant white society. And, therefore, through the enunciation, we became aware that Walker wanted to hold a dialogue with her generation drawing on her ancestry for inspiration. Our interpretation of Walker's work is totally different from the North American critics who branded her a rebel. We distinguished the main female discourse characteristics, the exclusion and minority discourse, from the racism and sexism prejudices, the identities formation that define differences and finally the non-canonical discourse. We used material in Celie's and Nettie's letters along with *The Color Purple* in our research. We chose the approach of French Discourse Analysis and also a national point of view as methodological support and these analytical principles provided the materialised linguistic, printed from the *Black English* perspective; the reference process, discursive formation, interdiscourse and polyphony. It is extremely important to mention that all the research dialogues were developed together with Cultural Studies, which supported us with the historical and cultural ground for the identity construction, the exclusion, and also for the power relations that crossed the minority groups' discourses in the *corpus*. It is also relevant to state that we took the Translation Studies as a base, not only from a linguistic and literary perspective, but involving aspects from the society to provide a Cultural Translation. Our approach has been to reduce the cultural differences and, therefore, cultural borders have been disregarded due to the media available and virtual nature of our time. Due to the intense and rapid aspects, the translation issues emerge more frequently in the discussions. In general, given these theoretical bases, our focus was, mainly, on the discursive formation of the black, illiterate female discourse, where the subject is also sexually abused and who fights for life in a marginal world, where the white dominated society forces restriction, prohibition and silence on the minorities.

Key Words: Marginal Discourse, Enunciation, Discursive Formation, Identity

LISTA DE ABREVIATURAS

AAVE: African American Vernacular English

AD: Análise do Discurso

BEV: Black English Vernacular

CP R: Color Purple Recorte

CTCCS: Centre for Translation and Comparative Cultural Studies

DARE: Dictionary of American Regional English

E: Enunciador

FD: Formação Discursiva

FI: Formação Ideológica

L: Locutor

LA: Língua Alvo

LF: Língua Fonte

VAA: Vernáculo Africano Americano

WWW: World Web Wide

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| INTRODUÇÃO | 11 |
| CAPÍTULO 1 – Condições de produção do discurso de <i>The Color Purple</i> | 20 |
| 1.1 - O sentido depende de quem e de onde se enuncia | 24 |
| 1.2 - Alice Walker e algumas questões históricas | 27 |
| 1.2.1 - Os Romances de Walker | 30 |
| 1.3 - O discurso de gênero: Relações Sociais e Históricas | 32 |
| 1.4 - Das Condições de produção de um discurso de etnia e gênero | 34 |
| 1.4.1 - Constituição da Identidade étnica nos dois lados do oceano | 37 |
| 1.5 - O gênero discursivo Epistolar | 43 |
| CAPÍTULO 2 - Análise do discurso, Estudos Culturais, Estudos da Tradução: uma <i>web</i> trançada com os fios purpúreos do <i>Black English</i> | 48 |
| 2.1 - Formação discursiva e Interdiscurso | 54 |
| 2.2 - O Sujeito polifônico da Enunciação | 60 |
| 2.3 - O Processo de Referenciação em A cor Púrpura | 66 |
| 2.3.1 - Referência Nominal Definida e Indefinida | 71 |
| 2.3.2 - Sintagma Nominal Definido | 71 |
| 2.3.3 - Sintagmas Nominais Indefinidos | 72 |
| 3 - Estudos Culturais: Um olhar multicultural | 74 |
| 3.1 - Identidade, Diferença, Exclusão Social e Poder | 79 |
| 4 - À guisa de uma Tradução Cultural | 84 |
| 4.1 - Traduzimos Textos ou Discursos? | 93 |
| CAPÍTULO 3 - <i>African American Vernacular English</i> (AAVE): Uma Materialidade Lingüística | 97 |
| 3.1 - <i>Black English: The Traces</i> | 106 |
| 3.2 - Entornos do vocabulário | 107 |
| 3.3 - Entornos da gramática | 109 |
| 4 - <i>The illusion of an end</i> | 115 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 128 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 136 |

INTRODUÇÃO

A Análise do Discurso de escola francesa (AD), os Estudos da Tradução e os Estudos Culturais constituem amplos e peculiares projetos, porém se tocam, com pontos de intersecção como: polifonia, identidade, exclusão e desconstrução que se viabilizam no/pelo discurso, portanto, exigindo uma exposição que deve ser organizada nesta dissertação.

Tendo com objetivo estudar como Alice Walker, autora de *The Color Purple*, se inscreve na sociedade norte-americana, como mulher afro-descendente, por meio de seus locutores/enunciadores, investigamos as principais características do discurso da mulher, o discurso de exclusão, do minoritário, do preconceito racial e sexual as formações identitárias, definidoras de diferenças, enfim, de um discurso que não está inscrito na “ordem” de quem está “autorizado” a dizer e, talvez, do que poder ser dito.

Antes de prosseguirmos, enumeremos alguns trabalhos que foram realizados com o mesmo objeto de estudo, *The Color Purple*, porém, sob outros prismas. Maristela Cury Sarian defendeu sua dissertação de mestrado intitulada *A tradução e a Sociolingüística: um estudo sobre The Color Purple e sua tradução* (2002), que teve como objetivo investigar a linguagem do romance original, o emprego do *Black English*, estabelecendo uma relação entre a linguagem da obra e o grupo social dos personagens que a utiliza. Essa pesquisadora não teve o objetivo de criticar a tradução realizada, nem tampouco sugerir uma nova tradução, mas verificar, a partir das escolhas realizadas pelas tradutoras, como se pode estabelecer uma relação entre a tradução e a sociolingüística.

Sarian, hoje docente da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), publicou também um artigo *Para uma sociolingüística do texto literário traduzido: um olhar sobre The Color Purple e sua tradução*, na Revista Gragoatá (2002). Estabeleceu uma relação entre a tradução e a sociolingüística, a partir da análise da tradução do romance epistolar *The Color Purple*, de Alice Walker, como *A cor púrpura*, realizada por Peg Bodelson, Betúlia Machado e Maria José Silveira, a fim de investigar como a heterogeneidade lingüística evidenciada na obra original, associada, sobretudo, à maior ou menor frequência de uso do inglês padrão e de *Black English* pelos locutores/enunciadores, foi construída na tradução. Nessa análise, a pesquisadora verificou quais foram os recursos utilizados na caracterização da linguagem dos enunciadores/locutores e como aqueles podem ser associados aos diferentes graus de

escolaridade e de letramento de Celie e Nettie, valendo-se, como instrumental para essa análise, de descrições da variação sociolingüística, das teorias do letramento e dos processos de aquisição de língua escrita.

Sarian (2004) publicou, ainda, no periódico *Tradução e Comunicação*, o artigo intitulado O olhar da crítica para a linguagem de *The Color Purple* e sua tradução. Ela estudou a recepção da crítica no que se refere à linguagem do romance *The Color Purple*, de Alice Walker, e de sua tradução para o português (*A Cor Púrpura*), a fim de apresentar as diferentes formas pela qual o romance foi abordado pela crítica nos Estados Unidos e no Brasil, os papéis desempenhados no contexto norte-americano e brasileiro e o *status* alcançado pela obra.

Outra dissertação de Mestrado, intitulada *Activism & Literature: a possible combination? – A critical survey departing from works by Alice Walker* (2003), escrita por Heloísa do Nascimento no Programa de Mestrado em Literaturas de Língua Inglesa da UFRJ, teve como objetivo examinar obras da escritora afro-americana Alice Walker sob a ótica do caráter ativista que elas contêm. O romance mais famoso da autora, *A Cor Púrpura*, é o foco principal do trabalho. Porém, para que a análise fosse mais abrangente, contos e ensaios foram também incluídos. A dissertação é composta de quatro capítulos.

O primeiro introduz o tema e apresenta conceitos teóricos relacionados diretamente com os tópicos abordados por Alice Walker em suas obras. O segundo lida com a questão do olhar do outro, tratando de sexualidade, identidade, etnicidade e racismo. O terceiro engloba temas presentes nas obras analisadas e que fazem parte do universo de ativista política da autora, entre eles, o conceito de literatura “womanista”, a loucura das personagens femininas e o tratamento dado pela autora a questões religiosas. O último capítulo destaca o talento da autora em se expressar por meio de diferentes gêneros literários, sempre mantendo visíveis suas convicções ideológicas.

Citamos ainda a dissertação de mestrado de Raphael Albuquerque de Bôer (2008) no Programa de Pós-graduação em Letras/Inglês e Literatura Correspondente da UFSC, sob o título *Representations of women in the movies The Color Purple and Monster - questions about sexuality and identity*. Esse estudo tem por objetivo analisar, sob a perspectiva dos estudos de gênero e feministas, as representações de identidade e de sexualidade das personagens Celie e Aileen, respectivamente dos filmes *A Cor Púrpura* (1985), dirigido por Steven Spielberg, e *Monster* (2003), dirigido por Patty Jenkins. Na análise estão também incluídas as representações dos relacionamentos

homoeróticos entre as personagens Celie e Shug, bem como Aileen e sua namorada Selby. Tais relações são investigadas em cenas selecionadas daqueles filmes, para mostrar como os elementos cinematográficos (edição, luz, cenários, cores, movimentos de câmera, ângulos, símbolos) estão organizados, a fim de retratar associações lésbicas tendenciosas. As conclusões do estudo mostram que as ligações femininas entre as personagens citadas parecem possuir um marca ambígua: em que o desejo lésbico é explicado como consequência de maus tratos masculinos.

A pertinência de nossa investigação com base na AD, nos Estudos da Tradução e nos Estudos Culturais é alicerçada nos trabalhos, principalmente, de Michel Pêcheux, Maria Helena de Moura Neves, Stuart Hall, Marcio Seligmann-Silva, Tomaz Tadeu da Silva, Rosemary Arrojo, Paulo Ottoni e Jacques Derrida, que de maneira relevante estabelecem uma relação entre as três áreas. Outro fator importante reside no fato de não termos encontrado na literatura, em pesquisas lingüísticas, em âmbito nacional, nenhum trabalho que aliasse o Discurso aos Estudos da Tradução e dos Estudos Culturais, com o objetivo de travar um diálogo em que, discurso, tradução e cultura possam se tocar mutuamente na obra *The Color Purple*, objeto deste estudo.

O nosso *corpus* é constituído de 54 recortes, que foram retirados de um conjunto de 91 cartas da obra *The Color Purple*, das quais as primeiras cinqüenta e duas foram escritas por Celie a Deus, as próximas sete cartas são de Nettie à sua irmã Celie, as três seguintes são a Deus, as sete posteriores de Nettie a Celie, a próxima de Celie a Deus. E pela primeira vez na seqüência, uma carta de Celie a Nettie, sendo seguida de mais três de Celie a Nettie que, curiosamente, são assinadas, com a cristalizada expressão religiosa *Amem*. Nas duas próximas cartas, Celie escreve a Nettie e assina (na primeira) novamente com a expressão anterior *Amem*; e mais, na segunda: escreve *Sua irmã, Celie. Calças Populares, Ilimitada. Avenida Docí Avery, Memphis, Tennessee*,¹ É a primeira vez que ela assina as cartas com seu nome. Nas três posteriores, respectivamente, Celie assina *Amem*, sua irmã, *Celie*; *Amem e Amen*.² Seguem mais duas de Nettie a Celie. Seguindo, mais quatro de Celie a Nettie tendo como assinaturas, respectivamente, a carinhosa expressão *Your loving sister Celie*.³; *Pray for me. Your sister, Celie*.⁴; *Your sister, Celie e Your sister, Celie*. A próxima é de Nettie a Celie e a seguinte o contrário, sendo assinada da mesma forma anterior: *Sua irmã, Celie*. Mais

¹ Tradução brasileira do livro *A Cor Púrpura*, 1986.

² Tradução brasileira do livro *A Cor Púrpura*, 1986.

³ Sua adorada irmã Celie (Tradução do livro *A Cor Púrpura*, 1986).

⁴ Reze por mim, sua irmã, Celie (Tradução do livro *A Cor Púrpura*, 1986).

uma de Nettie a Celie e a posterior de Celie a Nettie, com assinatura idêntica às últimas anteriores. Finalmente, sua última carta Celie remete a: *Querido Deus. Queridas estrela, queridas árvore, querido céu, querida gente. Querido tudo. Querido Deus* e assina *Amem*.

Fez-se necessário, por questões metodológicas, traçar metas e eleger os conceitos relevantes, em uma perspectiva da AD, que iluminassem os caminhos de nossas análises e pudessem encontrar, nas práticas discursivas dos indivíduos aparatos ideológicos que os constituem como sujeitos. Portanto, utilizamos nosso entendimento do conceito de referência, a partir das leituras realizadas em Neves (1999; 2001), Koch (2005), Marcuschi (2003), Mondada (2005) e Cardoso (2003), entre outros. Segundo Neves (2001), referenciar, no processo da língua em uso, envolve interação, isto é, os participantes de um discurso negociam o universo de discurso de que falam e, dentro dele, num determinado momento, escolhem referir-se a algum (alguns) indivíduo (indivíduos) cuja identidade estabelece(m) – ou não – segundo queiram – ou não – garantir a sua existência nesse universo.

Privilegiamos também a noção de que o discurso não se caracteriza pela unidade do sujeito, mas sim pela sua dispersão, a partir da perspectiva foucaultiana, pois, segundo Foucault (1997), ao analisar a constituição da subjetividade, estuda-se o homem nas suas diferentes práticas discursivas. Tal dispersão é decorrente das várias posições possíveis de serem assumidas por ele no discurso, conferindo-lhe diferentes estatutos.

No estabelecimento do diálogo com a AD, o conceito de interdiscurso açambarca outros conceitos como formação discursiva, discurso, sujeito, posição do sujeito, recorte, entre outros.

Segundo Pêcheux (1988, p. 213), “toda prática discursiva está inscrita no complexo contraditório-desigual-sobreterminado das formações discursivas que caracteriza a instância ideológica em condições históricas dadas”. Imbuídos no saber de que os indivíduos são “interpelados” em sujeitos falantes (ou seja, sujeito de *seu* discurso) por formações discursivas que representam “na linguagem” as formações ideológicas que lhes são correspondentes, e que tal interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se realiza pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina, torna-se claro que optar por esta noção nos ajudará, de maneira relevante, nas análises.

Tendo em vista o estudo do discurso a partir de seus efeitos de sentido articulados na obra de Walker, cujo destinatário é a sociedade americana e dos descendentes afro-americanos, o estudo analisa, mais especificamente, as cartas que Celie envia a Deus, a sua irmã e também algumas que são enviadas por Nettie, irmã de Celie. Os dados são analisados sob a noção de recorte proposto por Orlandi (2006, p.22):

[...] ao se passar para o texto como unidade de discurso, se passa da operação de segmentação para a de recorte. Passa-se da distribuição de segmentos para a relação das partes com o todo, em que se procuram estabelecer, através dos recortes, unidades discursivas.

Num procedimento metodológico, os enunciados retirados da obra recebem o nome de recortes, somados a uma seqüência numérica, sem critério hierárquico, seguindo a ordem de aparecimento na dissertação. Assim, para efeito de exemplificação, o primeiro enunciado que analisaremos na dissertação configurar-se-á no texto como CP R1, ou seja, Color Purple Recorte 1.

Esclarecemos, ainda, que os recortes analisados são retirados, ora da obra original *The Color Purple* (2004), em inglês, ora da obra traduzida no Brasil, *A Cor Púrpura* (1986), e que, ao longo do trabalho, tal informação é dada em nota de rodapé, seguida da tradução quando ocorrer um recorte retirado da obra em inglês.

Ao estudar o *Black English* na obra em pauta, também vamos observar a construção da identidade da mulher, a sua memória enquanto sujeito do processo discursivo, as formações ideológicas que estão na “ordem do discurso” e que deslizam pelas formações discursivas, assim como os discursos que cruzam o discurso do feminino, da exclusão, da margem.

Esta dissertação é textualmente constituída em três partes, além desta Introdução e das Considerações Finais. No Capítulo 1, **Condições de produção do discurso de *The Color Purple***, apresentamos as condições de produção do discurso da mulher na obra, revelando as circunstâncias em que esse discurso foi produzido. Ainda nesse capítulo, em *O sentido depende de quem e de onde se enuncia*, levamos em consideração o lugar do sujeito no discurso, sua função no ato da enunciação e em que condições esse discurso foi produzido, porque acreditamos serem questões relevantes, uma vez que são determinantes de significado.

Discorremos, também, sobre as questões históricas em que a autora Alice Walker escreve seu discurso feminino, suas concepções, e sobre a decisão de utilizar como materialidade lingüística o *Black English*, já que ela tinha conhecimento e domínio da língua inglesa padrão.

Nesse capítulo, verificamos a questão do gênero epistolar como ferramenta preciosa na transmissão de pensamento das mulheres. Embora o romance epistolar seja um gênero inventado por homens escritores para falar de mulheres, estas desenvolveram tal tipo de escrita para descrever seu mundo interior desde o século XVIII. Por meio do gênero epistolar, as mulheres podem colocar seus pontos de vista sobre assuntos de suma importância num contexto maior e especialmente sobre si mesmas.

No capítulo 2, **Análise do discurso, estudos culturais, estudos da tradução: uma web trançada com os fios purpúreos do *Black English*** apresentamos os construtos teóricos que dão fundamento aos conceitos percorridos em todo o trabalho, especialmente, nas análises que fazemos nesta dissertação.

Motivados pela trajetória construída por Pêcheux em *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* (1975), traduzida por Eni P. Orlandi e publicada em português em 1988, momento em que ele traz para o interior da Lingüística, entre outras, reflexões do Marxismo e da Psicanálise, desconstruindo, dessa maneira, a concepção de linguagem como instrumento de comunicação, lançamos olhar sobretudo para as noções de formação discursiva, interdiscurso, sujeito polifônico e referência.

É nosso objetivo detectar como se manifestam as diferentes vozes, muitas vezes silenciadas na obra *The Color Purple* de Alice Walker, materialmente marcadas pelo *Black English*.

Ainda analisamos a construção identitária, a exclusão e as relações de poder que perpassam os discursos dos personagens do nosso *corpus*, apoiados em uma teoria sobre a produção de identidade e da diferença. Investigamos como as identidades são desenhadas entre as comunidades negras afro-descendentes e a sociedade maior, branca e americana, a partir das comunidades que se apresentam em *The Color Purple*.

Como é o sujeito do discurso, sob o viés de Pêcheux, em nossos dados? É este questionamento que nos conduz a uma reflexão pautada nos pressupostos teóricos da AD. Leituras e reflexões nos apontam que é pelo viés da *forma-sujeito* que o sujeito do discurso se inscreve numa determinada formação discursiva, com a qual ele se identifica e que o constitui sujeito.

Pêcheux (1988) destaca que uma das formas de manifestação da ideologia é a atividade discursiva. O sujeito, para ele, é interpelado ideologicamente e também assujeitado, exercendo a atividade discursiva, que é travada no seio das instituições sociais, em que se manifestam, conseqüentemente, as lutas de classes, que, por sua vez, trazem imbricadas no seu processo de produção sinais de produção, reprodução e transformação das condições em que foram produzidas. Propomos-nos assim explicar em nossas análises quais sentidos são formados nos/pelos dados selecionados, em sua instância de discurso, e como o são.

Por um lado, é nosso objetivo, também, investigar as marcas ideológicas que são enunciadas, não somente em palavras, mas na discursividade, ou seja, como a ideologia produz efeitos que se materializam nos discursos, e como afeta as relações de indivíduo com a realidade.

Por outro lado, pelo viés da referência, analisamos, no léxico, o discurso materializado no/pelo *Black English*, com o intuito de entender/compreender os efeitos de sentido na situação discursiva.

Alinhavamos, ainda, no capítulo 2, uma retrospectiva histórica intitulada **Estudos Culturais: um olhar multiculturalista**, que são estudos sobre a diversidade dentro de cada cultura e sobre as diferentes culturas, suas multiplicidades e suas complexidades. Os Estudos Culturais fazem parte de um campo acadêmico de pesquisa sobre comunicação e cultura, geralmente relacionando-as sob uma perspectiva político-econômica de orientação inicialmente marxista. São estudos orientados pela hipótese de que, entre as diferentes culturas, existem relações de poder e de dominação que precisam ser questionadas. Nesse capítulo dedicado aos Estudos Culturais, articulamos conceitos de identidade, exclusão social e relações de poder via Stuart Hall (2003), Hugo Achugar (2006), Tomaz Tadeu da Silva (2000), Kathryn Woodward (2000), Márcio Seligman-Silva (2005) e Maria Elisa Cevalco (2003).

Tendo em vista que o nosso objetivo também é analisar a construção identitária, a exclusão e as relações de poder que perpassam os discursos dos enunciadore/locutores, pertencentes a grupos minoritários, verificamos a necessidade de nos apoiarmos em uma teoria sobre a produção da identidade e da diferença. Ao falarmos em grupos minoritários, termo muito questionado quando se trata de solo norte-americano, temos também a pretensão de investigar, em nossa pesquisa, como as identidades são desenhadas nas relações entre as comunidades negras afro-descendentes

no interior da sociedade maior, branca e americana, a partir daquelas que se apresentam na obra *The Color Purple*.

Em nossas análises, atentaremos para questões de identidade e diferença nas quais estão imersos os personagens/locutores/enunciadores de Alice Walker, tocando os pontos onde tais conceitos nos apresentem a relação de poder pelo viés da inclusão/exclusão; demarcação de fronteiras; normalização e classificação, que os diferentes grupos sociais em “*The Color Purple*” nos permitem olhar.

Hoje, na contemporaneidade, as diferenças culturais têm sido reduzidas e, por conseguinte, fronteiras culturais são esgarçadas pela natureza midiática e virtual do nosso tempo. Por esse caráter intenso e acelerado, coloca-se em discussão cada vez mais acirrada a questão da tradução. Não somente a tradução Lingüística, literária, e sim a tradução que envolve os aspectos da sociedade, ou seja, a tradução cultural.

Walter Benjamin (1992), em seu ensaio *A tarefa do tradutor*, faz uma reflexão anti-hermenêutica a respeito das questões ligadas à autoridade e ao compromisso do tradutor. O autor afirma que o pensamento contemporâneo assume e desloca essa reflexão, colocando a tradução como questão central na vida da cultura. Acontece um (re) enquadramento conceitual da tradução, decorrente das transformações na forma de pensar a representação e a subjetividade, que vem aliado ao questionamento da autoridade do autor e das bases coletivas de enunciação, mostrando as profundas relações entre língua, texto e cultura. A tradução cultural passa a ser vista como um dos problemas centrais da contemporaneidade.

E, finalmente, no capítulo 3, *Black English: The traces e The illusion of an end*, com base nas teorias da AD francesa, a partir da materialidade lingüística, numa perspectiva cunhada no “*Black English*”; do processo de referenciação; de formações discursivas, de interdiscurso; de polifonia, traçamos as principais características do discurso da mulher, o discurso de exclusão, do minoritário, do preconceito racial e sexual, as formações identitárias, definidoras de diferenças, enfim, de um discurso não-canônico.

Ainda com base nas teorias dos Estudos Culturais e dos Estudos da Tradução, serão delineadas as características dos novos intelectuais que priorizam, em suas pesquisas, ligações com os grupos sociais, com temas relevantes, tais como sociedade das mídias e as subculturas. A maneira como a mídia ataca a cultura da classe da minoria marginalizada, em favor da cultura da elite.

Nossa pesquisa não tem a pretensão de fazer uma análise exaustiva, nem esgotar as possibilidades de reflexão sobre os dados analisados, já que se trata de um trabalho científico e que vem, entre suas proposições, contribuir para a construção de uma sociedade mais atenta às problematizações dos discursos cristalizados que perpassam o nosso cotidiano, deixando em aberto muitas outras possibilidades de análise.

Postas essas considerações, podemos continuar as discussões suscitadas pela análise da obra mencionada, por meio das quais buscaremos enveredar na busca do já dito, no que há por trás dos não-ditos e, mais, naquilo que a materialidade lingüística, o *Black English*, nos apresenta. Não explicitamente, mas na implicitude do(s) discurso(s), as suposições, as clarezas, os silêncios, as movências e os sentidos imperativos que a AD não deixa à deriva. Vamos a eles.

CAPÍTULO 1

CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO DE *THE COLOR PURPLE*

[...] o discurso anônimo, o discurso cotidiano, todas essas falas esmagadas, recusadas pela instituição ou afastadas pelo tempo, o que dizem os loucos nas profundezas dos asilos há séculos, o que os operários não cessaram de dizer, de clamar, de gritar, desde que o proletariado existe como classe e tem consciência de constituir uma classe, o que foi dito nessas condições, essa linguagem a um só tempo transitória e obstinada, que jamais ultrapassou os limites da instituição literária, da instituição da escrita, é essa linguagem que me interessa cada vez mais.

(FOUCAULT, 2003, p. 198)

A AD francesa pressupõe que a língua seja estudada somente coadunada com as condições de produção, uma vez que os mecanismos que a constituem são histórico-sociais. A historicidade da língua tem que ser considerada, sabendo que é indiscutível a sua diacronia, seja porque traz consigo as influências dos processos de colonização e de miscigenação, ou por ser um processo dinâmico que passa por permanentes mutações, realizando-se somente por meio da interação de seus usuários, ou seja, no social.

A noção incorporada à AD por Pêcheux (1969), de que não devemos procurar encontrar significado em cada parte do discurso, mas quais são as regras que tornam possíveis qualquer parte, quer se realize ou não, somos conduzidos a observar um desvio do eixo central no objeto de estudo da Linguística: é a língua que funciona no lugar de texto, numa visão pós-saussuriana.

Pêcheux parte do esquema informacional de Jakobson (1963), colocando em cena os participantes do discurso e seu referente, e procura em definir as condições de produção do discurso a partir da ação de regras e normas que os interlocutores estabelecem entre si e dos lugares determinados que ocupam na estrutura de uma formação social, marcados por propriedades diferenciadas. Segundo o autor, é uma série de formações imaginárias que designa os lugares que os interlocutores atribuem a si mesmos e aos outros, isto é, a imagem que fazem do seu próprio lugar e do outro e a imagem que os interlocutores fazem do referente.

Partindo do exposto, o analista deverá agrupar os enunciados, em face das condições de produção que ele acredita serem pertinentes, ao organizar o *corpus*. Trazer à luz essas condições de produção, portanto, é fundamental para a cientificidade em AD.

As condições de produção do discurso devem ser como sua representação no imaginário histórico-social, e não apenas como sendo a situação empírica do discurso. Os participantes do discurso (interlocutores) também devem ser considerados como representação de lugares determinados na estrutura social: o lugar do médico, do paciente, do político, do eleitor, do colonizador, do colonizado etc.

Ao usarmos a linguagem de maneira significativa, produzimos discursos, que envolvem certas condições, de modo que as escolhas de quem diz não são aleatórias.

Para tanto, nesta pesquisa mostraremos, primeiramente, as condições de produção dos discursos de margem que emergem na obra *The Color Purple*, de Alice Walker, abordando o contexto histórico norte-americano, as posições ideológicas da autora e dos personagens/locutores/enunciadores centrais, a estrutura epistolar cunhada no *Black English*, e os acontecimentos na construção de identidades.

Segundo Bradbury e Thompson (1995), a recente história norte-americana tem como importante divisor de águas o Movimento Pelos Direitos Civis do qual participou Walker, que mobilizou milhares de cidadãos, na maioria negros, por meio de protestos e greves, com a finalidade de banir da lei máxima daquele país os decretos e leis que instauraram a segregação racial.

A princípio, tais manifestações foram lideradas por Martin Luther King, e posteriormente lideradas por *Malcom X* ou pelos *Black Panthers*. Obtiveram-se importantes vitórias na história dos afro-descendentes, particularmente nos anos 1960 e 1970, pois, como um efeito cascata, as leis foram derrubadas uma a uma.

Outro movimento de extrema importância para a história foi liderado pela *Southern Christian Leadership Conference*, organizado pelo Reverendo Martin Luther King Junior, e que perdurou de dezembro de 1955 a dezembro de 1956. Esse movimento decretou o fim da segregação racial nos ônibus, que havia começado com a prisão de uma mulher negra, chamada Rosa Parks, ao se recusar a dar seu assento no ônibus para um homem branco, deflagrando-se então o Movimento de Boicote aos ônibus no estado do Alabama.

Tal Movimento assumiu dupla função, pois foi o primeiro grande passo na conquista dos direitos civis e fez-se destacar a figura de Martin Luther King aos Estados Unidos e, mais tarde, ao mundo.

Movidos pelo sucesso da vitória desse movimento, estudantes negros começaram a freqüentar bares, bibliotecas, lojas, restaurantes, ficando lá pacificamente a espera de atendimento. Deu-se o nome a esse movimento de *sit in*. Em Atlanta,

Georgia, num desses *sit in*, quase uma centena de pessoas foi levada à prisão, inclusive Martin Luther King. Com a prisão dessa figura já tão popular no contexto norte-americano, entraram em cena o então candidato à presidência dos Estados Unidos, John F. Kennedy, e seu irmão Robert Kennedy, que intervieram e a liberdade foi conquistada.

Outros movimentos seguiram-se em busca do fim da segregação racial nos ônibus interestaduais e municipais, como aquele liderado pelo *Congresso f Racial Equality*, chamado de *Freedom Riders*. Quando o primeiro ônibus com os Freedom Riders chegou ao Alabama, foi atacado, de maneira impiedosa, por membros da Ku Klux Klan.

Na Universidade de Mississippi, no ano de 1962, o estudante negro James Meredith, legalmente amparado para freqüentar a Universidade, só consegue assistir às aulas depois de ser escoltado por soldados das tropas federais americanas.

No ano seguinte, há um alastramento desses *sit in* por todo o estado do Alabama, iniciando-se por uma das cidades mais ricas do sul do país, Birminham. E como não poderia ser diferente, sob o comando do Secretário da Segurança Pública, T. Eugene Connor, grande adepto da segregação racial, muitas pessoas, inclusive crianças, foram presas de maneira cruel.

No mesmo ano, o presidente John F Kennedy ordenou à Guarda Nacional do Alabama assegurar a matrícula de dois estudantes negros na Universidade Estadual, pois a esses estudantes tinha sido negado o direito de entrar no prédio, e devemos citar: foram obstruídos de entrar no prédio da Universidade pelo governador daquele estado, George Wallace, que o fez pessoalmente.

Devido ao grande êxodo de negros para o norte do país na década de 1930, surgem os guetos em regiões periféricas, conseqüentemente, por causa das grandes dificuldades encontradas na busca por trabalho e pelas condições sociais em que viviam, outra forma de segregação racial se instala no seio da sociedade norte-americana. Vimos, anteriormente, que a segregação racial regida por lei, que vigorava no sul do país, só foi extinta no ano de 1961. Junta-se a esse panorama a segregação de fato, que vigorava de maneira informal e praticamente em todo o norte do país.

Assim, os negros nortistas convivem com um tipo de inimigo real e com outro virtual. De um lado, assistiam a política pacífica de Martin Luther King, baseada na caridade cristã e que buscava a integração entre as raças e, por outro, sofriam duras derrotas em todos os campos.

Tais experiências dicotômicas levam alguns jovens negros a se reunirem e criarem organizações armadas e com suas próprias regras como: *Black Power*, *Black Panther* e *Black Muslim*, lideradas por Stokely Carmichael, Huey Newton e Bob Seale e Malcom X, respectivamente.

A partir daí, muitos motins ocorreram em guetos, deixando mortos, feridos, desabrigados e muito prejuízo financeiro. Tal tensão atinge seu maior posto com a morte de Martin Luther King no ano de 1968, por um homem branco: James Earl Ray.

Dialeticamente, toda essa cadeia de acontecimentos gerada pelas relações de desigualdades, ente negros e brancos tem um efeito positivo: os negros começam a ter orgulho de sua raça. Nasce, no seio de uma comunidade, a auto-estima, simbolizada mundialmente pela frase ou adágio *Black is beautiful*. Até mesmo a escolha da palavra *black* foi considerada a mais adequada para se referir aos membros de uma raça, que muda seu paradigma: distinguir-se da raça branca e assumir a sua identidade cultural.

Nessa fase tensa, incerta e de (des) construções, somente uma não conhecida literatura afro-americana, que discute experiências com o racismo e com a opressão sofrida pelas mulheres, questiona o papel do negro na sociedade. Vamos a eles: *Blueschild Baby*, de George Cain, *Marked by Fire*, de Joyce Carol Thomas, *Meridian*, de Alice Walker, *The Bluest Eye*, de Toni Morrison, e *I know why the Caged Bird Sing*, de Maya Angelou.

Os escritores afro-americanos, ao levantarem tais questões, expõem um trabalho que desempenhará relevante papel no processo de construção da identidade cultural dos afro-descendentes.

A fim de celebrar este processo, tomemos como exemplo *The Color Purple* (A Cor Púrpura), romance de Alice Walker, de 1982. A história acontece entre 1910 e 1940.

Esse romance é centrado em Celie, uma garota negra de 14 anos (no início do romance), que vive nos campos ensolarados do sul dos Estados Unidos, onde a pressão racial é tão certa quanto a pobreza e o desamor. Violada, brutalizada até mesmo pelos homens negros, ela então começa a escrever para Deus.

1.1 O SENTIDO DEPENDE DE QUEM E DE ONDE SE ENUNCIA

Levar em consideração de onde o sujeito do discurso enuncia, qual sua função no ato da enunciação, em que condições esse discurso foi produzido, são questões relevantes, uma vez que determinantes do sentido. Segundo Orlandi (1999, p. 42-3),

[...] o sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas. As palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam. Elas “tiram” seu sentido dessas posições, isto é, em relação às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem.

Na esteira de Pêcheux (1998, p.160-161), conferimos o *status* ideológico de responsável pelo fornecimento das evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve. Por conseguinte, são tais evidências que fazem que uma mesma palavra ou um enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e que mascaram assim, sob a “transparência da linguagem”, aquilo que chamaremos o *caráter material do sentido* das palavras e dos enunciados.

Esse caráter dependente dá-se pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico, em que essas palavras, enunciados, expressões e proposições estão sendo produzidas, ou seja, elas adquirem sentido em referência às posições ocupadas por aqueles que as empregam, isto é, em referência às formações ideológicas nas quais essas posições se dão.

Ao falarmos de formações ideológicas, antecipamos um de nossos temas, a ser detalhado posteriormente, o que não nos impede aqui de fazer menção ao fato de que trataremos de formação discursiva, sob a óptica de Pêcheux (1988), que é aquilo que, numa formação ideológica dada, numa conjuntura dada e determinada pelo estado da luta de classes determina *o que pode e deve ser dito*.

Portanto, estamos afirmando, com o consentimento de Pêcheux (1975, p. 161), que as

[...] palavras, expressões, proposições mudam de sentido segundo posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que significa que elas tomam o seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem.

e que, conseqüentemente, os indivíduos que produzem seus discursos são “interpelados” em sujeitos-falantes pelas formações discursivas, que representam na linguagem as formações ideológicas que lhes são pertinentes.

Abrindo um parêntese: no trecho da segunda carta que compõe o *corpus* de nossa pesquisa, Celie responde para sua mãe, ao ser interrogada sobre o destino de seu nenêzinho: “Eu [Celie] falei, Deus levou ele” (WALKER, 1986, p.11).

É uma idéia cristalizada na sociedade ocidental, cristã de que quando esse enunciado é proferido tal pessoa está morta, deixou o plano terrestre, desencarnou. Porém, Celie, na condição de locutora e sua mãe de alocutária, nesta situação intra-familiar, se vê na condição de ter de silenciar a verdade: que seu pai era o pai da criança e que a havia levado embora. Então, Deus assume o sentido de Pai terrestre em vez de pai celestial. E o verbo *levou* não significa *morrer*, assume o sentido de ter sido levado pelos braços para a floresta.

Os sentidos são regulados socialmente, de modo que a mesma expressão ou gesto produz sentidos diferentes, segundo quem enuncia e de onde enuncia a posição que ocupa, uma vez que o sentido não se depreende da materialidade discursiva, mas de uma série de relações a serem estabelecidas entre o enunciado, seu enunciador e o amplo contexto que envolve a enunciação.

Os dizeres não são, como dissemos, apenas mensagens a serem decodificadas. São efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz, deixando vestígios que o analista de discurso tem de apreender. São pistas que ele aprende a seguir para compreender os sentidos aí produzidos, pondo em relação o dizer com sua exterioridade, suas condições de produção. Esses sentidos têm a ver com o que é dito ali, mas também em outros lugares, assim, como com o que não é dito, e com o que poderia ser dito e não foi. Desse modo, as margens do dizer, do texto, também fazem parte dele (ORLANDI, 2005, p. 30).

Temos a pretensão de alicerçar nossa análise na obra original *The Color Purple* e também na obra traduzida no Brasil *A Cor Púrpura*, por meio da materialidade lingüística, registrada em *Black English*, a trajetória de Alice Walker, por meio de seus diversos enunciadores, a condição de mulher, negra, sem escolaridade, que luta contra a discriminação racial, a dominação machista e a exploração sexual; metaforicamente, é como se suas protagonistas (enunciadores/locutores) fossem colônias (africanas) ou não,

lutando por sua independência política, econômica, social e cultural contra a metrópole (americana) ou não.

É por meio dessa materialidade lingüística, estabelecida em *A Cor Purpúra* que tentaremos analisar como isso se processa, uma vez que a protagonista, Celie, que em nossas análises posteriores chamaremos de Locutor (L1), trava sua luta escrevendo cartas a Deus, a princípio e, mais tarde, a sua irmã Nettie. Fato instigante e por isso digno de investigação é que todas as cartas escritas por ela jamais foram postadas. As cartas escritas para sua irmã também não são postadas, por motivos não tão óbvios assim. No entanto, respostas voltaram por meio de suas crenças, de suas forças ancestrais, de sua vontade de falar, de gritar, de mostrar que estava ali, presente, viva, num mundo onde a mulher deve ser respeitada, valorizada e ouvida. Na esteira de Hugo Achugar (2006, p. 41), os que falam da periferia, como espaço de carência, devem reivindicar nem que seja um “balbucio”. Segundo ele,

O balbucio é nosso orgulho, nosso capital cultural, nosso discurso raro, nosso discurso *queer*. O orgulho daqueles raros que, supostamente, não têm boca como os planetas de Lacan e, portanto, carecem de discurso. Ou, segundo alguns pior ainda, pois falam ou produzem um discurso antigo, nativo, *crioulo*, moderno, imitativo, derivado, carente de valor.

E esse lugar periférico/marginal, porém concreto/real, que se articula a falta, por isso o lugar da carência, é também o lugar da produção de valor destas culturas: as minoritárias.

Ao refletirmos acerca desse olhar, perguntamo-nos: quem tem autoridade para determinar o que é margem e o que é centro? Obviamente este é um olhar europeu/norte-americano, colonizador, dominador... Retornaremos a esta discussão mais adiante.

Alice Walker encontra, nessas protagonistas/enunciadoras mulheres, a chance de retirar essa figura feminina, negra, analfabeta, abusada sexualmente, da margem, do lugar da carência. Mas por que ela não fala? Por que não tem o que falar ou por que não querem ouvi-la? Walker dá voz, dá direito, traz essa mulher ao centro da cultura, sabendo, de antemão, que há centro em toda periferia.

Achugar, em *Planetas sem boca* (2006), diz que quem decreta o fato de que a periferia não fala é a metrópole, e também a academia. Se é margem, se é periferia, é

analogamente lugar de subalterno, de excluído. E segundo a crítica literária indiana Gayatri Spivak, famosa por seu artigo *O subalterno pode falar?*, o subalterno não pode falar, pois se fala já não o é. O subalterno é falado pelos outros.

Acenamos, desde já, que é nas/pelas relações familiares, marcadas profundamente pela figura feminina, que essa independência chega lenta e gradualmente.

O colonizado luta silenciosamente; é uma guerra fria e velada, em que o colonizador vai se enfraquecendo e rendendo-se, num jogo sedutor, porém nada tranqüilo, nada amistoso e transgressor.

1.2 ALICE WALKER E ALGUMAS QUESTÕES HISTÓRICAS

Alice Malsenior Walker, filha de Lillie Lee e Minnie Tallulah Walker, é a escritora vencedora do Prêmio Pulitzer, nascida no dia 9 de fevereiro de 1944, em Eatonton, na Geórgia. Como em muitos personagens ficcionais de Walker, ela é a oitava filha de um casal de agricultores. Aos oito anos, Walker foi acidentalmente atingida por uma bala de revólver em seu olho, por seu irmão. Sua cegueira parcial fez que ela mergulhasse em seu mundo interior e começasse a escrever poesias para abrandar sua solidão. Ela logo descobriu a tarefa de escrever exigia paz e silêncio, porém essas eram coisas difíceis de encontrar quando dez pessoas viviam em quatro cômodos. Então ela passava a maior parte de seu tempo fora de casa, sentada embaixo de uma árvore.

Walker frequentou escolas segregadas, as quais poderiam ser descritas como escolas inferiores aos padrões da época, embora ela se lembre de que teve brilhantes professores que a encorajaram a acreditar que o mundo que ela buscava existia de fato. Embora tenha crescido em um ambiente que tradicionalmente poderia se chamar de marginal, ela foi sustentada por sua comunidade e pela crença em que poderia escolher sua própria identidade. Laclau (1990, p. 33) argumenta, de forma convincente, que a “constituição de uma identidade social é um ato de poder”,

[...] pois se uma identidade consegue se afirmar é apenas por meio da repressão daquilo que a ameaça. Derrida mostrou como a constituição de uma identidade está sempre baseada no ato de excluir algo e de estabelecer uma violenta hierarquia entre os dois pólos resultantes – homem/mulher etc. Aquilo que é peculiar ao segundo termo é assim reduzido – em oposição à essencialidade do primeiro – à função de um acidente. Ocorre a mesma coisa com relação ao negro/branco, na

qual o branco é, obviamente, equivalente a “ser humano”. “Mulher” e “negro” são, assim, “marcas” (isto é, termos marcados) em contraste com os termos não-marcados “homem” e “branco”.

Walker afirma que sua mãe, desde sempre, a incentivara a escrever, inclusive inspirando-a, por meio de seus relatos, na construção dos contextos sociais, espirituais e morais para suas histórias. Esse processo criativo, somado a uma autoridade pessoal, presença ancestral, desejo de continuidade de geração, consciência histórica, sofisticação em inteligência e integridade cultural, resultaram em muitos contos, poesias e romances.

Graças à sua dedicação, ela conseguiu sucessivas bolsas de estudos, graduando-se em artes pelo Sarah Lawrence College, em 1965, e anteriormente freqüentara o Spelman College em Atlanta, onde se envolveu com o Movimento de Crescimento dos Direitos Civis. Ainda no Sarah Lawrence College, passou um ano na África como aluna de intercâmbio, experiência comum a todos os alunos negros do terceiro ano de faculdade nos Estados Unidos. Depois de se graduar, voltou para a Geórgia e casou-se com Melvyn Leventhal, um advogado em direitos civis (um ativista). Teve uma filha, Rebecca, e divorciou-se em 1976.

Em 1968, Walker publicou sua primeira coleção de poesias: *ONCE*. Sua carreira de professora e escritora se consolidou durante os anos 1970, quando ela escrevia em casa e ministrava aulas em um Programa de Estudos sobre Negros no Jackson State College (1968-1969) e no Tougaloo College (1970-1971). Enquanto ensinava, escrevia seu primeiro romance: *The Third Life of Grange Copeland* (1970), que lhe rendeu um prêmio.

Mudou-se para o norte e iniciou um curso sobre gêneros nos EUA, chamado *Gender studies*, na faculdade Wellesley College e na Universidade de Massachusetts, em Boston (ambos de 1972-1973).

Ao desenvolver pesquisas sobre escritoras negras, encontrou o trabalho de Zora Neale Hurston, que passou a ser fonte de pesquisa e de inspiração para ela. Surge em 1973 sua coleção de contos: *In love and Trouble*, histórias de mulheres negras, e uma coleção de poesias: *Revolutionary Petunias*.

Zora Neale Hurston, autora da *Renascença do Harlem*, na década de 1920, é aclamada como a voz exemplar que influenciou a carreira literária da escritora negra contemporânea Alice Walker. A *Renascença do Harlem*, obra iniciada após a I Guerra Mundial, foi considerada um momento de grande efervescência cultural na história afro-

americana. Intelectuais negros, por meio da literatura, buscavam a sustentação da raça negra na excludente América branca. No entanto, como o Movimento do Harlem estava voltado exclusivamente para as aspirações masculinas, a escrita feminina ficou relegada às margens da sociedade. Apesar de sua obra literária não ter sido reconhecida no momento de sua produção, Hurston, escritora de ficção e antropóloga, tornou-se posteriormente uma figura de grande representatividade em meio ao movimento literário afro-americano.

Para Walker, Hurston tornou-se um modelo a ser seguido, não apenas em literatura, mas em sua própria vida. Nas palavras de Walker (1979), Zora Neale Hurston *had already done a through job preparing the ground which she [I] was moving [...]*⁵. Desse modo, as questões abordadas por Hurston, como efeitos da marginalização feminina e a ruptura ou perpetuação dos estereótipos reificadores destinados à mulher negra, são ampliadas na obra de Walker. Ela, como outras, resgata o que foi produzido no passado, com o intuito de manter a tradição negra viva ou mesmo questioná-la segundo os parâmetros de seu tempo.

Em 1976, Walker escreve seu segundo romance, *Meridian*, o qual ganhou o prêmio Guggenheim de 1977-1978. Em 1979 lançou outra coleção de poesias, seguida da publicação de outra coleção de contos. O seu terceiro romance, *The Color Purple*, objeto de nosso estudo, foi premiado com o Prêmio Pulitzer e deu origem a um dos mais belos filmes de Steven Spielberg, com a atriz Whoopi Goldberg no papel principal, com o mesmo nome do romance. Na obra, Walker mostra representações de uma mulher negra sulista, quase analfabeta, que vive em uma realidade dura de pobreza, opressão e desamor.

Walker foi uma ativista pelos direitos dos negros e das mulheres, destacando-se também na luta contra o *apartheid* e contra a mutilação genital feminina em países africanos.

À época da publicação de seu primeiro romance, *The third life Grange Copeland* (1970), Walker disse em uma entrevista para o *Library Journal* que, para ela, o relacionamento familiar é sagrado. Na verdade, muitos dos trabalhos de Walker retratam a devastação emocional, espiritual e física que ocorre quando a confiança familiar é traída. Seu foco é em mulheres negras que, para viverem num mundo maior, lutam para alcançar suas independências da dominação masculina. Embora suas

⁵ Já havia feito um trabalho preparando o terreno pelo qual ela estava se encaminhando (tradução nossa).

personagens sejam fortes, elas são, vulneráveis. Suas forças se encontram na sabedoria de suas mães, em suas sensualidades e nos relacionamentos entre mulheres.

Essas resistências são celebradas nos trabalhos de Walker, juntamente com os problemas que as mulheres encontram em seus relacionamentos com homens que as consideram menos significantes do que eles, somente porque são mulheres. Tais considerações não poderiam gerar outra coisa senão violência. Resulta daí as histórias de Walker focarem não somente a violência racial entre estranhos, mas a violência entre amigos e membros da família, um tipo de crueldade deliberada, inesperada, mas sempre previsível.

Ela começou a exploração do terror que atormenta a vida de mulheres negras em sua primeira coleção de contos, *In love and Trouble*. Em sua segunda coleção de contos, *You Can't Keep a Good Woman Down*, ela dramatiza a resiliência de mulheres negras que se voltam contra a opressão racial, sexual e econômica.

1.2.1 OS ROMANCES DE WALKER

Seu primeiro romance, *The Third Life of Grange Copeland* (1970), centra-se na vida de uma garotinha negra, Ruth Copeland, e seu avô, Grange. Já idoso, Grange descobre que é livre para amar, mas o amor não vem sem uma responsabilidade dolorosa. No auge do romance, Grange reúne seus mais novos conhecimentos para resgatar sua neta, Ruth, do seu filho brutal, Brownfield. O resgate exige que Grange assassine seu filho para cessar aquele ciclo de crueldade deliberada.

Em seu segundo romance, *Meridian* (1976), ela descreve a vida de uma trabalhadora em direitos civis, Meridian Hill. Meridian alcança proporções heróicas porque ela se recusa a acusar outros pelas suas derrotas, tornando-se um modelo para todos a sua volta.

O terceiro e mais famoso romance de Walker, *The Color Purple* (1982), é um romance epistolar que narra a história de uma garota negra, com 14 anos no início da narrativa, que é obrigada a casar-se com o Sinhô (chamado Albert). A história tem como pano de fundo o racismo no sul dos Estados Unidos, entremeado ao machismo, ao patriarcalismo perverso, à amizade, ao amor e ao desamor, às carências educacionais para as mulheres, entre outros temas que saltam aos olhos dos leitores. Pela primeira vez, uma obra que trazia o registro do *Black Inglês*, provoca o interesse do público e da crítica. A obra foi severamente criticada pelo machismo encarnado pelo marido de

Celie, que alguns viram como símbolo de todos os homens negros, pelo espancamento às esposas, pela teimosia e pela incompetência. A resposta da escritora foi a publicação de sua autobiografia *In Search of Our Mother's Garden's*, em 1983.

No campo específico da linguagem, as reflexões sobre a subjetividade recuperaram da filosofia cartesiana a noção de representação. Como os primeiros que refletiram sobre a linguagem foram filósofos, não poderia ser diferente na linguagem, o reconhecimento de duas tendências. Por um lado, uma tendência epistemologicamente clássica, positivista, que via a língua como representativa do real, e outra que faz emergir uma nova maneira de ver a língua, apreendendo-a enquanto função demonstrativa. Situamos Walker nessa nova tendência, pois

[...]o sujeito passa a ocupar uma posição privilegiada já que a verdade não é mais algo que se manifesta por sua força interna, mas algo que é representado por um sujeito que lhe confere sentido. A noção de representação desloca-se do eixo da verdade para ser solidária com a de subjetividade. Subjetividade que se constitui na linguagem e pela linguagem (BRANDÃO, 1998, p.37).

A estrutura da obra de Walker é uma escolha bastante significativa, pois opta por expor os fatos em cartas que a protagonista escreve a Deus e para sua irmã Nettie. Uma vez escolhida essa forma para o livro, a linguagem também é diferenciada, pois não usa a norma culta, e sim, uma escrita rústica e simplória, repleta de erros gramaticais e regionalismos, extremamente próxima da fala, mas não de qualquer fala, a daquela utilizada na região mais agrária dos EUA, o Sul, o *Black English*. Sem que seja preciso ver aqui uma ordem que nos obrigasse a começar por uma e não por outra, abordaremos, agora, a questão da utilização do *Black English* em *The Color Purple*, objeto deste estudo.

Se o *Black English* não é uma língua, então o que é? É um gênero literário? Tais questionamentos foram levados à baila em nosso encontro com Dominique Maingueneau, no dia 28 de março de 2008, na 1ª Jornada Internacional de Estudos do Discurso, realizada pela Universidade Estadual de Maringá – PR – entre os dias 27 a 29 de março. Tal evento proporcionou-nos o privilégio de levar tais questões pessoalmente a ele que, de maneira receptiva, esclareceu-nos que o *Black English* não é um gênero literário, é, sim, “uma língua, já que as pessoas em determinadas comunidades, americanas e inglesas, se comunicam exclusivamente por meio dela, pois desconhecem uma outra”. Disse mais: “Alice Walker se utiliza dessa língua na obra por questões

políticas, sociais e ideológicas, pois ela é conhecedora do inglês padrão utilizado nos Estados Unidos da América”.

1.3 O DISCURSO DE GÊNERO: RELAÇÕES SOCIAIS E HISTÓRICAS

Como muitas obras de escritoras norte-americanas, entre elas Toni Morrison e Alice Walker trava uma luta com a língua e com a tradição literária que há muito tempo excluiu as mulheres. Mas ela também tem que escolher qual escrita utilizar – a do modo dominante ou a do modo que fala de seu próprio legado multicultural. Embora tenha domínio do inglês padrão, ela não o reivindica como sua língua materna e nem a destitui dos discursos das pessoas sobre as quais ela escreve.

Sua busca, no entanto, é uma maneira de transplantar a sua língua para o seu texto, mesmo arriscando ser (politicamente) ininteligível para a maioria dos leitores. No entanto, os interesses em jogo são altos. Para a autora, reaver a língua mãe é muito mais do que reproduzir um dialeto ou concatenar um novo vocabulário; é também trazer à vida, para o centro do debate, uma tradição oral rica, da qual mulheres têm ativamente participado.

Em *A Cor Púrpura*, quebrar o silêncio, reconhecendo a importância da mulher, e preservar as características culturais e nacionais é uma arte coordenada. A tortura particular e o progresso excepcional das protagonistas são inseparáveis do sexo e de suas origens étnicas, por isso para Walker, é difícil distinguir entre autor e protagonista e fazer comparações envolvendo duas ou mais sociedades diferentes deve estar presentes desde o início da narrativa.

Para alguém interessado em examinar as batalhas lingüísticas das heroínas negras americanas, é especialmente difícil manter-se fiel aos textos, sem referir-se às suas autoras negras americanas.

O problema está na diminuição das distâncias artísticas neste trabalho, ou pior, em ver as narrativas como representativas dos grupos minoritários, no caso, os negros. Walker, na verdade, apoiou-se pesadamente em sua cultura. Ela é uma escritora feminista que procura rever a sua história, não só como mulher, mas como mulher e negra.

Para distinguir cada “eu” imaginário da escritora e evitar confusões na representação de uma experiência particular literária com a Antropologia, focalizamos, em nossa análise das condições de produção do(s) discurso(s) primeiramente a

protagonista Celie, porém fazemos referência a outras personagens e também à escritora, quando desejarmos chamar a atenção para sua habilidade artística.

The Color Purple registra trinta anos da vida de Celie e da Nettie, de 1910 a 1940, no sul da América do Norte. As histórias são reveladas por meio de 91 cartas escritas pelas duas irmãs. Desde os primeiros anos de sua adolescência, Celie é abusada sexualmente por seu padrasto, que vende os dois filhos nascidos desses estupros. Depois de alguns anos, ela se casa com Albert, que, durante décadas, a subjugava à violência doméstica. Por isolamento, desespero e ignorância, Celie começa a escrever a Deus e depois à sua irmã Nettie, na esperança de que esta possa ajudá-la a desenrolar sua vida, mas suas respostas nunca chegam. Para escapar de sina parecida, sua irmã Nettie decide trabalhar como missionária na África. De lá, ela escreve para Celie, mas suas cartas são sempre interceptadas por Albert, e só vão ser lidas por ela vinte anos mais tarde. Celie finalmente encontra salvação em suas amigas Docí e Sofia, as quais criam um modelo positivo para todas as mulheres à sua volta, ajudando-a a encontrar o seu lugar no mundo.

No final, Celie junta-se a seus familiares e seus amigos. O romance retrata o processo pelo qual Celie passa para escapar da opressão sexual e racista de uma sociedade patriarcal e consegue estabelecer-se como uma pessoa independente. É pela voz de Celie, de Nettie, de Sofia, de Docí e de tantas outras locutoras, que Walker fala para as mulheres não somente negras, que passam por semelhantes sofrimentos e, finalmente, determinam suas próprias identidades com ajuda mútua

Segundo alguns teóricos da AD, as condições de produção podem ser consideradas em dois sentidos: o estrito e o amplo. No primeiro, falamos exclusivamente dos enunciados, que, segundo Foucault são, essencialmente, raros. Eles são, por direito, inseparáveis de uma lei e de um efeito de raridade. E a raridade do que realmente é dito deve-se a um enunciado que nega ou que contradiz outros enunciados, multiplicando os seus sentidos com tudo aquilo que não diz. E, em sentido amplo, as condições de produção compreendem o contexto sócio-histórico e ideológico.

Já que as condições de produção compreendem os sujeitos e a situação, e como todo sujeito tem memória, ela não poderia deixar de fazer parte da produção do discurso. Entendemos memória como o interdiscurso, quando em relação ao discurso, pois ela é definida como aquilo que já se falou, independentemente do lugar onde foi proferido. Trata-se, pois, da memória discursiva: “o saber discursivo que torna possível

todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada palavra” (ORLANDI, 2005, p. 31).

Como mulher, Celie é desrespeitada pelos filhos de seu marido, abusada por seu padrasto e por seu marido. Porém, concluir no final da leitura que homens negros odeiam mulheres é estereotipar esse grupo individualmente. Também temos consciência de que a questão do sexismo na cultura negra apóia-se no silenciamento imposto pela escravidão.

A repressão de Celie é brutal e violenta e seus recursos de luta são muito limitados. Ela se expressa precariamente no início, porque é carente de escolarização, de amor, de afeto, de classe.

Autoras e críticas feministas negras têm sido excepcionalmente portadoras do silêncio, do não dito como instrumento artístico. Algumas dessas mulheres são, além disso, três vezes caladas, por causa do sexo, do racismo e de uma mudez que resulta de proibições e barreiras lingüísticas.

A obra de Walker começa com uma mulher que é severamente punida pela proibição de falar e de ser falada. Celie, e mais tarde sua irmã Nettie, são coagidas por seus agressores. Alphonso, que Celie pensa ser seu pai, na verdade é o padrasto, que a proíbe de falar sobre as repetidas agressões sexuais.

Albert, o marido de Celie, impede que as duas irmãs se correspondam, após ter sido rejeitado por Nettie em suas investidas sexuais. Nettie escreve para Celie: “Ele disse que por causa do que fiz, eu jamais ouviria falar de você outra vez e você jamais ouviria falar de mim” (p.134). A ameaça era verdadeira. Escondendo as cartas de Nettie a Celie, Albert dá a mesma punição a Nettie que Alphonso dá a Celie: a interrupção da comunicação durante décadas.

1.4 DAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DE UM DISCURSO DE ETNIA E GÊNERO

Um ponto crucial em *The Color Purple* é alcançado quando Celie recupera as cartas escondidas de sua irmã, ausente por tanto tempo, Nettie. A descoberta não é somente um marca da iniciação de uma nova narradora nesse romance epistolar, mas também promove a transformação de Celie de escritora em leitora. Na verdade, a passagem na qual Celie luta para descobrir as pistas contidas no primeiro envelope

enviado por Nettie fornece uma concreta ilustração, tanto do horizonte particular de interpretação de Celie, quanto da abordagem epistolar escolhida por Alice Walker.

Foi em um sábado de manhã, quando Docí coloca a carta de Nettie no colo de Celie. No envelope podia se ver a rainha gordinha da Inglaterra em um selo, e mais um selo com amendoim, palmeira, seringueira e escrito “África”. Ao olhar para o envelope com todos esses detalhes, Celie diz:

Eu num sei onde fica a Inglaterra. Também num sei onde é a África.
Por isso, eu ainda num sei onde a Nettie tá (WALKER, 1986, p. 137).
CP R1

Partindo do princípio de que uma noção de interdiscurso é designar o “exterior específico” de uma FD que irrompe no interior desta FD, reconhecemos nessa passagem pontos de confronto polêmico nas fronteiras internas da FD que revelam a ignorância de Celie até mesmo nos mais rudimentares contornos de um mundo maior. Aqui se define o lugar doméstico da mulher iletrada que ocupa o lugar de principal narradora/locutora do romance.

Em especial, a dificuldade que Celie tem em interpretar o envelope representa a sua tendência em entender acontecimentos em termos de conseqüências pessoais, em vez de categorias políticas. O problema de não saber onde fica a África – de acordo com Celie – é não saber onde Nettie está. Ao Clarear o ângulo de visão característico de Celie, a passagem chama a atenção pela profunda perspectiva pessoal que Walker traz para este seu canto de opressão sexual – uma perspectiva que descreve, em grande parte, o poder emocional do texto.

Ao analisar a representação da identidade nacional de Celie, identifica-se uma separação do discurso político e estético no romance e conclui-se que a narrativa final de Celie enfatiza uma essência individual contrária à história institucional. Revelando uma agenda política muito diferente em seus ataques de postura feminista, no romance percebe-se um apontamento sobre a tensão entre elementos públicos e pessoais no texto, e também a defesa do doméstico sobre o poder masculino que opera no mundo público. Tendo como suporte a opressão sexual e racial, as cartas pessoais de Celie cumprem precisamente a estratégia textual pela qual muito da história afro-americana, que focaliza luta e conflito racial, manifesta-se.

Contrapondo o discurso público e pessoal no romance e problematizando a perspectiva doméstica da narrativa, sugerimos que o tratamento escolhido do ponto de vista limitado, de uma mulher do campo não escolarizada – uma mulher que admite que ela nem mesmo saiba onde fica a África – pode também restringir a habilidade do romance em analisar questões de raça e gênero.

Embora pensemos que a vida privada de Celie antecipe a exploração da vida pública dos negros, por outro lado argumentamos que o ponto de vista de família bem orientado de Celie e os modos de expressão podem substituir análises étnicas e de gênero para o ponto em que a abstração das relações de classe virtualmente desaparece. E numa rejeição fortemente redigida no romance como literatura revolucionária, muda-se o foco sobre a opressão sexual final e deixa-se de enfatizar a situação crítica dos negros e inválidos. Em resumo, para muitos dos leitores de *The Color Purple*, a habilidade do texto em expor opressão sexual parece vir à custa de sua habilidade em analisar problemas étnicos e de gênero.

Parece-nos que uma análise da representação da “raça” nos romances leva a uma conclusão: o domínio no tipo epistolar de Walker é revelado precisamente por sua habilidade em manter a integridade nas perspectivas familiares de Celie e de Nettie, mesmo quando ela simultaneamente assume uma crítica maior das relações étnicas, e especialmente da integração étnica. Em geral, os romances familiares de Walker envolvem assuntos étnicos e de gênero por meio de duas estratégias narrativas importantes: o desenvolvimento de uma linha narrativa firme que oferece uma perspectiva pós-colonial em ação e o uso de relações familiares – ou de parentesco – como um discurso textual cuidadosamente elaborado sobre as relações étnicas e de gênero.

Essas estratégias permitem a Walker colocar em primeiro plano as histórias pessoais de seus narradores, posicionando firmemente essas histórias dentro de um contexto mais amplo étnico e de gênero.

A dificuldade de Celie em interpretar o envelope enviado por Nettie, a princípio somente parece dar suporte à alegação de que sua perspectiva doméstica apaga as preocupações de raça e de gênero na narrativa. Mas se essa pequena passagem delinea um ângulo de visão particular de Celie, ele também introduz características textuais que convidam os leitores a ressituaem a narração dentro de um discurso mais amplo. Onde Celie vê somente uma “rainha gordinha da Inglaterra”, os leitores que reconhecem a Rainha Vitória podem historicizam a passagem. E se a justaposição dos dois selos no

envelope – a exibição da realeza da Inglaterra, e a África repleta de seringueiras - não sugere absolutamente nada para Celie, senão sua ignorância, para outros leitores as duas imagens servem como uma nítida lembrança do imperialismo inglês, embora a África, mencionada pelo nome pela primeira vez na passagem, inscreva-se no romance já situada dentro de um contexto pós-colonial.

Importante é que Walker mantém-se fiel à personagem de Celie, mesmo quando ela recontextualiza a perspectiva de mulher jovem, porque as imagens do envelope focadas por Celie são inteiramente naturais para que ela possa notar, embora elas sejam politicamente investidas de significado, o que talvez outras figuras não teriam (por exemplo, Celie poderia ter ficado impressionada com detalhes puramente pessoais e mais convencionais, como o tamanho familiar da escrita da irmã).

Densas do começo ao fim, as características narrativas em *The Color Purple*, com nítidas associações políticas e históricas como as demonstrações acima, complicam o ponto de vista do romance, convidando a uma perspectiva pós-colonial nas ações e criando uma camada de linha narrativa que é criada por diferentes efeitos técnicos e temáticos. A própria Celie não tem sempre consciência das implicações políticas da sua narrativa (embora ela se politize cada vez mais, conforme o romance progride).

Não é somente por meio da narrativa indireta e da recontextualização que o romance envolve assuntos étnicos e de gênero. A narrativa doméstica de Walker assume uma análise mantida por etnia, por meio do desenvolvimento cuidadoso das relações familiares, como uma figura textual estendida por relações étnicas e de gênero. Qualquer tentativa de opôr-se aos discursos pessoais e políticos no romance desaba quando alguém reconhece que a narrativa adota o discurso das relações de família, tanto para determinar um “ideal doméstico” por integração racial, quanto para problematizá-lo, por meio de grupos específicos de famílias na África e na América.

1.4.1 CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICA NOS DOIS LADOS DO OCEANO

[...] na Europa pós-colonial e nos Estados Unidos, tanto os povos que foram colonizados quanto aqueles que os colonizaram têm respondido à diversidade do multiculturalismo por meio de uma busca renovada de certezas étnicas. Seja por meio de movimentos religiosos, seja por meio de exclusivismo cultural, alguns grupos étnicos têm reagido à sua marginalização no interior das sociedades

“hospedeiras” pelo apelo a uma enérgica reafirmação de suas identidades de origem (WOODWARD, 2000, p.22).

A parte final do romance coloca a olho nu as refutações da etnia negra em solo americano, que estão ligadas às afiliações sociais, culturais e religiosas, enquanto classe minoritária. Por outro lado, os grupos dominantes também estão buscando antigas crenças étnicas, como se pode assistir nos Estados Unidos a um movimento por um retorno aos “velhos e bons valores da família americana” (WOODWARD, 2000, p. 23).

The Color Purple encerra com uma celebração de parentesco, sendo sua ação final composta de várias reuniões de família: Sofia fazendo as pazes com Harpo; Docí visita seus filhos desconhecidos (pela primeira vez em 30 anos), e as duas narradoras do romance, Celie e Nettie, reunidas alegres e chorosas. Essas reuniões no final do romance depõem pela importância do parentesco para a felicidade de cada indivíduo.

Mas, além disso, sugerindo que cada um desenvolveu seu pleno potencial somente por laços sustentados por um forte grupo de parentesco (não importa quão inconveniente aquele grupo possa ser definido), a conclusão do romance discursa questões preocupantes feitas por Adam: o progresso nas relações étnicas é possível?

Fechando dois fios anteriores na narrativa – um tratando-se de Sofia e Miss Eleanor Jane, e o outro com o relacionamento de Sofia com o trabalho – o romance sugere que o progresso nas relações étnicas é possível. Mas, ao final, a narrativa também mostram-se imagens alicerçadas na segregação racial, tanto na África quanto na América, que complicam a idéia de progresso e, por fim, levam a narrativa em direção a uma definição final de parentesco baseado na etnia. Tal desfecho pode também representar a impossibilidade *pacífica* entre “raças” ou etnias.

O romance contrasta as histórias do pai biológico e do padrasto de Celie como donos da loja, histórias que contestam os meios para se alcançar sucesso nos negócios e especialmente, põem à mostra o fato de que, mesmo tendo competência, o negro não pode reivindicar um lugar no espaço do branco. Parece-nos, também, que há uma denúncia: para ser tolerado no espaço do branco, o negro precisa “embranquecer” (e “embranquecer” significa adotar os meios, quase nunca lícitos ou “politicamente corretos”). Assim como os brancos, os negros também se vendem, porque, no mundo do capital – o mercado subordina-se ao capital -, o dinheiro compra a honra. Nesse lócus, brancos e negros são iguais. Se se tem dinheiro, a cor não interessa.

A propósito da cor situada no título, ela simboliza riqueza e alta dignidade social e resulta de uma mistura entre o vermelho (que predomina e evoca sangue) e o escuro

(não necessariamente o negro), de que resulta um efeito de violeta (cor que simboliza o feminino). Por outro lado (ou talvez por isso mesmo...), a cor púrpura é “emprestada”: é resultado de um processo de tingimentos, apontando para um efeito de atividade *versus* passividade.

O verdadeiro pai de Celie, na tradição de histórias de sucesso em terras americanas, trabalha duro, compra seu próprio armazém e emprega dois de seus irmãos para trabalhar com ele.

Ironicamente, seu modelo de indústria e empreendimento fracassa, já que a loja de muito sucesso conduz os

[...] comerciantes brancos a se reunirem e reclamarem que esse armazém estava tirando deles toda a clientela negra (WALKER, 1986, p. 195). CP R2

Não tolerando a livre competição do proprietário-negro e funcionários negros, os brancos finalmente queimam o armazém, lincham o pai de Celie e seus dois irmãos. A trágica história do pai de Celie, portanto, faz que os leitores reinterpretem a história da família de Celie em termos da histórica impossibilidade de acesso dos afro-americanos no “Sonho Americano”.

Acreditando que o pai de Celie não soubesse como resolver o problema, Alphonso, o pai adotivo de Celie, manifesta uma nova trajetória de integração econômica:

Acredite em mim, ele falou, eu sei como eles são. A chave pra todos eles é o dinheiro. O problema com nosso povo é que logo que eles saíram da escravidão eles num quiseram dar mais nada pro branco. Mas o fato é que você tem que dar alguma coisa pra eles. Ou seu dinheiro ou sua terra ou sua mulher ou sua bunda. Então o queu fiz foi logo de cara oferecer dinheiro pra eles. Antes de plantar uma semente, eu deixei claro pra esse e praquele que uma semente de cada três que ele plantava era pra ele. Antes de muer um grão de trigo, também a mesma coisa. E quando eu abri a antiga loja do seu pai na cidade, eu comprei o meu próprio rapazinho branco pra cuidar dela. E o que foi melhor, ele falou, é queu comprei ele com dinheiro dos branco (WALKER, 1986, p. 202). CP R3

A decisão de Alphonso em pagar aos brancos e comprar um garoto para trabalhar na loja dá-lhe uma reputação na tradição de trapaceiro, que paga o sistema

com seu próprio benefício; no entanto o modelo de integração que ele representa é finalmente visto como prestador. Alphonso, na verdade, é identificado, desde o início, como poderoso, pois ele é visto saindo com um grupo branco de homens armados. Depois de ter feito sua fortuna, ele lembra o comprometido presidente africano descrito na carta de Nettie – como ele, Alphonso mora numa casa que parece agora com “uma casa de uma pessoa branca”, e, como ele, estabelece relações paternalistas com outros negros.

Significativamente, pequenos passos em direção ao progresso nas relações étnicas não vêm somente de realizações do ideal do povo Olinka ou de qualquer reconhecimento de identidade étnica, mas de uma evolução separatista e de um crescimento paralelo dentro da África e das comunidades afro-americanas. A possibilidade de tratar a todos como “filhos de uma só mãe” é alcançada dentro e não entre os grupos étnicos no final do romance *The Color Purple*. Em vez disso, a conclusão deixa os leitores com imagens de um emergente Pan-africanismo⁶ na África e um nascente nacionalismo negro na América do Sul.

Na África, o separatismo é representado pelos

[...] *mbeles* (povo da floresta), guerreiros, que vivem bem no coração da selva, recusando-se a trabalhar para os brancos ou serem governados por eles (WALKER, 1986, p. 251). CP R4

Composto de homens e mulheres de dezenas de tribos africanas, os *mbeles* são muito importantes porque eles constituem um grupo remanescente não definido pela tradicional aldeia sanguínea, mas por sua experiência comum de opressão racial e por seu compromisso em ativar a resistência, que ocorre por meio de

[...] missões de sabotagem contra as plantações dos brancos (WALKER, 1986, p. 304). CP R5

⁶ Define-se Pan-africanismo como um movimento cultural que visa à igualdade de direitos e à melhoria das condições morais e intelectuais das populações submetidas ao colonialismo. O termo surgiu, pela primeira vez, em 1900, na Conferência de Londres. Inicialmente, tomou a feição duma simples manifestação de solidariedade fraterna entre africanos e gentes de ascendência africana das Antilhas Britânicas e dos Estados Unidos da América. Serviram-lhe de móbil a discriminação a que eram sujeitos os negros nos Estados Unidos. A sua longa evolução apareceu como um movimento racial, como um movimento cultural e como um movimento político ou sindical. Ocasionalmente houve em que estes três aspectos se confundiram no espírito de alguns dos seus fatores. Disponível em: <http://www.geocities.com/EnchantedForest/Pond/9060/pan.html>. Acesso em 28 jan.2008.

Com a história dos *mbeles*, *The Color Purple* descreve precisamente a origem histórica de muitas tribos africanas ou nações na tentativa de reorganização das sociedades mais velhas, dizimadas pela colonização. Os *mbeles* representam uma forma de parentesco que é definida por etnia em vez de identidade nacional.

Na América, um crescimento paralelo da identidade negra é sugerido por Celie na última carta do romance. Na verdade, o espírito comemorativo em família, no qual o romance termina, é alcançado pelo grupo de Celie, especificamente pelo isolamento dos brancos, como Harpo explica:

O branco tão ocupado comemorando a independência deles da Inglaterra no 4 de julho, e aí a maioria do pessoal preto num tem que trabalhar. A gente pode passar o dia celebrando um ao outro (WALKER, 1986, p. 314). CP R6

Neste recorte, em sua versão original, lê-se o seguinte:

White people busy celebrating they independence from England July 4th, say Harpo, so most black folks don't have to work. Us can spend the day celebrating each other (Walker, 2004, p. 261). CP R7

É a visão do enunciador, neste caso Harpo, que fala do seu povo, ao mesmo tempo em que fala da sociedade branca americana, mostrando o lugar discursivo da comunidade em que os negros estão inseridos. Isto é, Walker, a locutora, e Harpo, o enunciador, se expressa por meio do léxico, do referente explícito *negro*, representando um interlocutor constitutivo do discurso social do oprimido. Apesar da valorização do léxico *black*, que em contexto norte-americano não tem sentido ofensivo ou excludente, se comparado a *nigger*, notamos no contexto maior do recorte o distanciamento, a separação entre brancos e negros. O lugar e o motivo de celebração são diferentes, os brancos celebram a independência, os negros celebram a família.

No contexto brasileiro, *negros* são indivíduos com alguma ascendência africana, mesmo que tenham também ascendência europeia, asiática ou indígena, com exceção dos miscigenados de origem latina, que constituem um grupo racial à parte. No recorte, em sua versão traduzida para o português, encontramos a palavra *preta*, considerada pejorativa no Brasil, enquanto que *negro* refere-se à raça negra, portanto termo aceito.

Constatamos que o enunciador brasileiro, neste caso, os tradutores da obra *A cor Púrpura* falam do povo excluído.

O histórico de preconceito contra os *negros* é grande e decorre principalmente de sua condição de escravos, quando foram trazidos a países da América como o Brasil, os Estados Unidos e alguns países do Caribe. Há, ainda, um forte preconceito dentro da sociedade brasileira, o que seria uma forma a mais de dificultar a inserção do negro na sociedade. Isso mostra o lugar discursivo da imparcialidade do tradutor.

Mas, se a conclusão do romance sugere que os sentimentos de identidade étnica podem transcender fronteiras nacionais, o romance, por si mesmo, não fornece tal reafirmação, de que as fronteiras entre etnias podem ser, sempre, negociadas com sucesso. Tal conclusão sóbria é confirmada pelo resultado de duas outras tentativas de integração. A primeira envolve o filho de Docí, um missionário numa reserva indígena no oeste americano. Os índios americanos recusam-se a aceitar seu filho, e Docí explica por que “quem num for índio num tem valor nenhum pra eles” (WALKER, 1986, p. 293). O fracasso do filho de Docí, em tornar-se um membro integrado da comunidade indiana americana, contrasta com a integração de sucesso de Mary Agnes com os diversos povos de Cuba, mas a experiência dela também ressalta a importância da identidade racial na definição das relações familiares.

Finalmente, sem surpresa, na elaboração de seu tropo doméstico de relações de raça, Walker é capaz de pôr em primeiro plano as experiências pessoais de sua narradora, enquanto simultaneamente oferece uma crítica extensiva de integração étnica. Como as famílias integradas de Walker nos apresentam, a família negra tem raramente existido como privada, como classe média, com espaço protegido da interferência do Estado; por conseguinte, as famílias afro-americanas são particularmente inscritas com significado social disponível para narração. Em vez de se opor às esferas públicas e privadas, a narrativa de Walker ressalta suas tentativas de interpenetrações. Se a sua narrativa realmente revela uma oposição, não é entre o discurso público ou privado, mas entre o espírito universalista do ideal Olinka em relações étnicas e a experiência histórica dos afro-americanos, como refletido na análise da narrativa dos grupos familiares especificamente integrados. Mas, se o ideal do povo Olinka questiona a verdadeira natureza das relações familiares nas famílias integradas do romance, essas famílias também servem para criticar o mito Olinka, rastreando as origens da discriminação de volta a alguns pecados imaginários dos negros, em vez da discriminação histórica feita pelos brancos.

Pode ser, no entanto, que, no crescimento no sentido do separatismo racial na conclusão de *The Color Purple* não esteja necessariamente em conflito com o ideal Olinka por relações étnica. A própria discriminação passada pode determinar que relações melhoradas entre as etnias devem começar com a destruição das falsas relações – a descoberta de parentesco entre os marginalizados sem direito a voto, o inevitável primeiro passo, talvez, para chegar ao reconhecimento de todos os outros como parte da mesma família. Como no mito dos Olinka, a conclusão de Walker levanta a questão do futuro das relações étnicas, mas também, como naquele mito, o romance não oferece previsões certas.

Acreditamos que *The Color purple* sacrifica sua habilidade para criticar o mundo público dos negros em favor da dramatização da experiência pessoal de seus locutores/interlocutores, que não somente correm o risco de reduzir a complexidade técnica da narrativa, como também o de deixar passar a crítica sustentada do trabalho da integração étnica imposta dentro da esfera doméstica. Por meio de sua sólida narrativa e da elaboração cuidadosa de seu tropo familiar das relações raciais, *The Color Purple* promove uma crítica de etnia que explora a possibilidade de todas as pessoas tratarem-se mutuamente como “filhos de uma só mãe”, enquanto permanece(mos) ininterruptamente sensíveis à distância que frequentemente separa mesmo o melhor dos ideais humanos da verdadeira condição histórica.

1.5 O GÊNERO DISCURSIVO EPISTOLAR

Segundo Durigan e Batistote (2008), todo discurso exerce uma função social específica em toda sociedade e todos esses discursos apóiam-se sobre a linguagem verbal, que emerge de atos de fala individuais, oriundos da apropriação de um processo coletivo: o sujeito apodera-se da cultura, origina-se nesse processo e retorna a ele quando se manifesta, seja para contestá-lo, seja para aceitá-lo.

Percebemos no gênero epistolar a manifestação de um conjunto de questões que instigam seu aparecimento-acontecimento: as condições de uma mulher negra, não escolarizada, as relações de poder com os homens, os interesses patriarcais, a iminente destruição da relação de subjugação e, por consequência, a “criação” de sua outra identidade. Na fala de Celie, como sujeito-enunciador, ela parece esperar dele o reconhecimento de seus sofrimentos. Ela precisa de um aliado para sair da condição em que se encontra – razão pela qual “se” escolhe o gênero epistolar, que, também, simula

ou representa o direito à fala. Por esse ângulo, o texto assume uma posição política, já que discute sobre algo que interessa ao mundo como coletividade: a salvação da subversão racista, sexual e de classe das mulheres afro-descendentes, com o premente desejo à fala, ao discurso.

Surgem, portanto, outros sentidos que norteiam as relações de poder, uma vez que estas se entrecruzam nas relações sociais.

É na discursividade da própria narrativa que resgatamos momentos histórico-sociais que intercalam a construção de sentidos materializados no gênero epistolar.

O gênero epistolar começou a ter uma maior expressividade como forma literária no século XVIII com o romance sentimental chamado *Pamela*, de Samuel Richardson. Embora o romance epistolar inglês seja um gênero inventado por homens escritores para falar de mulheres (ROBINSON, 1996, p. 542), muitas mulheres desenvolveram esse tipo de escrita para descrever seu mundo interior desde o século XVIII. Por meio do gênero epistolar, as mulheres podem trazer à tona seus posicionamentos sobre questões de suma importância num contexto maior. Segundo Ann Margaret Sharp (p. 1), em seu texto *Letter-writing: A tool in feminist Inquiry*⁷, elas tornam-se “as produtoras de seus próprios sentidos, sentidos que podem desafiar ou subverter a leitura patriarcal e desfazer a hierarquia tradicional de gênero”.

O gênero epistolar pode ajudar na (re) construção do eu. Geralmente fornece um caminho: o de fazer sentido da existência de alguém e da conquista de um outro espaço no mundo mais justo para si. Esse gênero pode ser uma ferramenta de construção de mundo. Ele também pode revelar a experiência cognitiva de indivíduos, como eles percebem a realidade e o mundo, quem eles pensam que são e como eles mudam com o passar do tempo.

Ao usar essa forma literária, Walker concede às mulheres o poder para construir suas próprias identidades e reconstruir as suas realidades. Escrevendo cartas a Deus, permite a Celie, uma mulher negra não escolarizada e sem nenhum poder, falar de si mesma. As cartas de Celie, durante algum tempo, são a única salvação de sua existência. Escrever a Deus não é somente um meio de falar de si mesma, mas também de estruturar sua nova identidade. O progresso de *The Color Purple* pode ser visto como um processo em que Celie faz sua auto-representação a caminho da consciência, da formação de seu poder e do controle como escritora.

⁷ Texto disponível em: <http://www.chss.montclair.edu/inquiry/spr95/sharp.html>. Acesso em 13 de maio 2008.

Ducrot (1987) concebe a dupla função da assinatura, baseando-se em trabalhos de Christian Plantin. Para Ducrot, o papel da assinatura é fundamental para indicar quem é o locutor, o *eu*, e quem é responsável pelo enunciado, o que nem sempre é possível se a assinatura não for “legível”, ou quando o texto não tem indicação do locutor, Ducrot, como ocorre no abaixo-assinado. Por outro lado, a assinatura é essencial para garantir a identificação entre o locutor e o indivíduo empírico, que se realiza por uma convenção social que exige que a assinatura seja autêntica.

Inicialmente, as cartas de Celie a Deus – que não têm assinaturas, são talvez, registros de sua resignação e de sua fé cega em Deus, ou quiçá, a falta de assinatura pode ser interpretada como a desidentificação do sujeito: ela não sabe quem é. E quando ela descobre que Deus não presta atenção e nem se compadece de sua miséria, passa a crer que “Deus age igualzinho aos outro homem queu conheço” (WALKER, 1986, p. 214). Ela, então, pára de escrever a Ele. Sua rejeição é, de fato, uma revolta contra o pior do patriarcalismo. Vejamos o diálogo entre Celie e Docí:

[...]

O que Deus fez por mim? Eu (Celie) perguntei.

Ela falou, Celie! Como se tivesse ficado horrorizada. Ele deu a vida pra você, uma boa saúde, e uma boa mulher que ama você até a morte.

É, eu falei, e ele me deu um pai linchado, uma mãe louca, um cachorro ordinário como padrasto e uma irmã queu na certa nunca mais vou ver. De todo jeito, eu falei, o Deus pra quem eu rezo e pra quem eu escrevo é homem. E age igualzinho aos outro homem queu conheço. Trapaceiro, esquecido e ordinário.

Ela falou, Dona Celie, é melhor você falar baixo. Deus pode escutar você.

Deixa ele escutar, eu falei. Se ele alguma vez escutasse uma pobre mulher negra o mundo seria um lugar bem diferente, eu posso garantir (WALKER, 1986, p. 213-214). CP R8

Quando ela começa a escrever para Nettie, inicia a recuperação de sua própria individualidade. Tais cartas não só permitem a Celie fugir do caos que é sua vida social e mergulhar no seu mundo interior, como também permitem revelar uma voz que é muito importante para ela e para sua independência, no bojo de uma sociedade patriarcal. A decisão tomada na carta número setenta e sete, ou seja, próxima ao final do romance, mostra-se que Celie finalmente está construindo sua identidade, enquanto mulher, negra e não mais desescolarizada. “Mulher você já ta ganhando sua vida, Celie, ela (Docí) falou. Mulher você ta indo em frente” (WALKER, 1986, p.237).

Em AD, a leitura e, por conseguinte, a interpretação constituem-se como práticas sociais que mobilizam a memória do dizer (o interdiscurso). A noção de "memória discursiva" é entendida no sentido de que toda a produção discursiva acontece numa conjuntura dada e coloca em movimento formulações anteriores já enunciadas. Encontramos em Foucault (1972) a sustentação para a noção de "memória discursiva". Segundo esse autor (op. cit.),

a configuração de um campo enunciativo comporta também formas de coexistência. Estas delineiam inicialmente um campo de presença (... todos os enunciados já formulados alhures e que são retomados em um discurso a título de verdade admitida, de descrição exata, de raciocínio fundado ou de pressuposto necessário; [...] também os que são criticados, discutidos e julgados, e os que são rejeitados ou excluídos); [...]. Finalmente, o campo enunciativo comporta o que se poderia chamar domínio de memória (trata-se dos enunciados que não são mais nem admitidos nem discutidos, que não definem mais, em consequência, nem um corpo de verdades nem um domínio de validade, mas em relação aos quais se estabelecem laços de filiação, gênese, transformação, continuidade e descontinuidade histórica). (op. cit., p. 72-73)

Pêcheux (1999, p. 49-57), salienta que a memória que interessa para a AD não é a "memória individual", mas aquela que entrecruza os sentidos da memória mística, da memória social, inscrita em práticas e da memória construída do historiador. A memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os pré-construídos, os elementos citados e relatados, os discursos transversos, etc. de que sua leitura necessita: "a condição do legível em relação ao próprio legível". Segundo ele,

[...] uma memória não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricas e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização [...]. Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos. Todo o discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sociohistóricas de identificação, na medida em que ele se constitui, ao mesmo tempo, como um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço: não há identificação plenamente bem sucedida (PÊCHEUX, 1990, p. 56).

É no interdiscurso que o sujeito enunciador “busca” os objetos (enunciados) que incorpora no intradiscurso. Observemos: [...] ele me deu um pai linchado, uma mãe louca, um cachorro ordinário como padrasto e uma irmã que eu nunca mais vou ver. [...] é homem. [...] trapaceiro, esquecido e ordinário. Celie contesta a verdade do nosso Deus que sempre ouve nossas súplicas num discurso que diz respeito à alteridade constitutiva do dizer e ao *novo vir a ser* do discurso – é esta caracterização que possibilita falar em dispersão, deslizamento, reinscrição, reatualização de saberes. O nosso Deus todo-poderoso, é colocado em dúvida, é questionado, é tido como um outro homem qualquer, terreno.

Após termos adentrado nas questões que se encontram no exterior constitutivo do discurso, das práticas em que se fundamenta e em que se reconhecem os sujeitos, que os levam a se assujeitarem ou a resistirem, passaremos aos conceitos teóricos que orientam esta pesquisa.

CAPÍTULO 2

ANÁLISE DO DISCURSO, ESTUDOS CULTURAIS, ESTUDOS DA TRADUÇÃO: UMA WEB TRANÇADA COM OS FIOS PURPÚREOS DO *BLACK ENGLISH*

[...] todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação reestruturação... nas filiações sócio-históricas de identificação, a medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho de deslocamento no seu espaço (PÊCHEUX, 1990, p. 36).

Bakhtin, ao teorizar a busca de um discurso primeiro, “adâmico”, afirma que isso é simplesmente uma ilusão. Teorias do discurso nos autorizam a dizer que, ao constituírem discursos, os sujeitos selecionam dizeres que perpassaram sua vida, ora não percebendo a voz dos outros, ora marcando fronteiras do que é de outros e do que lhe é próprio. Certamente que, na epígrafe, nesse discurso fundido em uma aparente e única “fonte”, indiretamente apresenta-se uma pluralidade de pensamentos, idéias e conceitos althusserianos, canguilhemianos, bakhtinianos, foucaultianos, marxistas, freudianos, etc.

Antes de prosseguirmos, gostaríamos de nos esquivar, sub-repticiamente, por alguns momentos, do século XXI, considerando algumas reflexões da Idade Antiga. Vozes de ancestrais sussurram em nossos ouvidos querendo nos dizer algo sobre o estudo da linguagem, sobre o discurso.

Na história dos estudos da linguagem, conhecemos, nos/pelos filósofos da Grécia antiga e nos/pelos antigos hindus, relatos de longas discussões com o intuito de saber se as palavras imitavam as coisas, ou se os nomes eram dados por convenção, e a sagacidade no tratamento da linguagem verbal, que se tornou sofisticado após a descoberta do sânscrito (língua sagrada da Índia antiga). Na Idade Média, reflexões sobre a linguagem tiveram manifestações relevantes no que diz respeito à autonomia da Gramática em relação à Lógica. Para não sermos exaustivos em nossas histórias, concluimos que muitos fatos mostram a atenção com que os homens, de diferentes épocas, sempre curiosos, dedicaram-se à linguagem.

Mas é no século XX que essas manifestações de curiosidade do homem tornam a Lingüística uma ciência, com seus objetos e método. O trajeto, sincrônico e diacrônico dos estudos da linguagem tem sido marcado por descobertas, definições, construções, (re) descobertas, (re) definições e (des) construções.

A Lingüística tem no século XVII, o chamado das gramáticas gerais, talvez, uma de suas melhores contribuições, que foi a de estabelecer princípios que não se prendiam à descrição de uma língua particular, mas de pensar a linguagem em sua generalidade. O século XIX, o das gramáticas comparadas, chama a atenção dos estudiosos que trabalham com a linguagem para o fato de que as línguas se *transformam* com o tempo, tendo como figura mais expressiva F. Bopp.

Nesse percurso, observamos as tendências psíquicas da linguagem, que observam as relações entre o pensamento e a linguagem, chamada de formalismo. Oposto a esta corrente, localizamos o sociologismo, que tendia a estudar o social, explorando a relação entre linguagem e sociedade.

No início do século, os estudos lingüísticos de Ferdinand de Saussure e seus seguidores priorizam a descrição sincrônica da língua, com base no signo lingüístico, tendo a palavra como elemento de estudo. Tal ciência se constitui em quatro diferentes disciplinas: a fonologia; a sintaxe; e a morfologia, que juntamente à sintaxe, constitui a gramática; e a semântica.

Com Saussure, a Lingüística ganha um novo objeto de estudo: a língua. Seus conhecimentos servem de base para o desenvolvimento do estruturalismo no século XX.

Tendo sido muito bem sucedido desde o seu surgimento, o estruturalismo serviu a várias ciências e teve muitas formas no interior da própria Lingüística. Dentre elas, o *funcionalismo*, cujo objetivo era considerar as funções desempenhadas pelos elementos lingüísticos, sob qualquer de seus aspectos: fônicos, gramaticais, semânticos; e o *distribucionismo*, com o objetivo de detectar unidades e estabelecer classes de equivalência entre elas, por meio da comparação dos contextos em que ocorrem; quando ocorrem nos mesmos contextos pertencem às mesmas classes.

Esses estudos sobre linguagem devem muito aos chamados Círculos Lingüísticos, que estudiosos criaram para discutir a linguagem sob certas perspectivas. Para citar alguns deles: o Círculo Lingüístico de Moscou, de Praga, de Copenhague, de Viena, etc.

E no fim dos anos 1950, o lingüista americano Noam Chomsky elabora uma escrita formal rigorosa, integral à teoria dos sistemas, da Matemática. Portanto, tal formalização não se dá de maneira pacífica. Com ele, a sintaxe torna-se o centro dos estudos lingüísticos. Em sua teoria, o componente semântico não ocupava lugar relevante, apenas de caráter interpretativo. Uma vertente decorrente do gerativismo chomskyniano, o transformacionalismo, cedeu lugar ao componente semântico em

detrimento do sintático, embora todas essas teorias focalizassem a linguagem sob o ponto de vista abstrato.

Foi somente com estudos como os da *Teoria da Enunciação* e os da *Teoria dos Atos de Fala*, que deram origem ao que normalmente se denomina de *Estudos Pragmáticos*, é que a linguagem como atividade voltada às relações entre língua e seus usuários, como ação exercida, passou a ser efetivamente objeto de investigação nos estudos lingüísticos.

Tais teorias voltam-se para os estudos dos fatores que regem as escolhas lingüísticas de um locutor na interação social e os efeitos dessas escolhas sobre o alocutário, que participa do processo de locução.

Reunidas sob a concepção interacionista da linguagem, que remete a uma lingüística da enunciação, várias correntes teóricas se encontram, como por exemplo: *a lingüística textual, a teoria do discurso, a análise do discurso, a análise da conversação, a semântica argumentativa* e todos os estudos que se ligam à Pragmática.

Despercebidamente aterrissamos na segunda metade do século XX, pois percebemos que aqui é onde queremos chamar de “nosso porto seguro”, (apesar da efemeridade contemporânea), nesta margem/centro, centro/margem que passa a ser o novo palco dos estudos da linguagem, com uma lingüística que considera o discurso e seu processo de constituição, levando em conta o locutor, o alocutário, a elocução, a produção do discurso, enfim, todo um contexto histórico-social, e fundando-se na idéia de que toda ação lingüística é subjetiva.

Iniciamos nosso discurso embasados na concepção de que todo discurso se constitui pela existência de discursos anteriores.

Tal afirmação encontra respaldo científico na AD, que surgiu no cenário da intelectualidade francesa na década de 1960, como reação a duas fortes tendências em evidência nos estudos da linguagem e que já foram mencionadas. Na posição panóptica desse novo modelo, situa-se o estruturalismo lingüístico a servir de norte e de inspiração. A Lingüística, em seu papel de ciência-piloto das ciências humanas, tem condições de fornecer aos estudiosos do novo paradigma as ferramentas essenciais para análise da língua enquanto estrutura formal, submetida ao rigor do método e às regras da ciência, tão valorizada na época.

Denise Maldidier, em seu livro *A inquietação do discurso: (RE) Ler Michel Pêcheux hoje*, acompanha, cronologicamente, o período de formação e as condições de

produção em que se dava cada tentativa e toda inquietação, para a construção de seu objeto de estudo: o discurso.

De fato, Malidier toma uma posição diante da história da ciência e elege a cronologia como pretexto para falar do movimento das idéias que deu origem à Análise do Discurso. Além disso, Orlandi orienta-nos, também, que “o olhar de Denise não é o olhar distanciado do historiador, mas o de quem, de dentro da disciplina que praticou, conta a sua história” (2003, p. 10). Um olhar, portanto, destituído de ingenuidade e claramente comprometido.

Malidier trata, dentre outros fatos, das importantes contribuições dadas à M. Pêcheux por Althusser e Canguilhem, o primeiro contribuindo com o pensamento político, e o outro, para a história das ciências e a epistemologia. Comenta, ainda, que é nesse momento, munido por uma “conivência” entre a crítica da análise de conteúdo e a psicologia social, que M. Pêcheux, Paul Henry e Michel Plon, o primeiro filósofo, o segundo com formação em Matemática e o terceiro em Psicologia, formam a retaguarda do grande projeto de M. Pêcheux.

M. Pêcheux constitui um novo objeto: o discurso, a que ele chama de “máquina discursiva”, pois naquele momento ele acreditava ser possível analisar um discurso por meio da informática. Esse projeto interdisciplinar elaborado por M. Pêcheux e vários companheiros como Althusser, Canguilhem, Jean Dubois, Harris, Paul Henry e Michel Plon, é a criação de um dispositivo da análise do discurso.

Em *Semântica e discurso*, de 1975, Pêcheux apresenta o lado mais acabado da teoria, e é nessa obra, cuja figura central é o discurso, que ele se apresenta como um filósofo bastante inquieto com a Lingüística. Ali, o discurso liga todos os fios da Lingüística e da História, do sujeito e da ideologia, da ciência e da política. O ponto de partida é a Semântica, sob um novo olhar, sob o signo da evidência. Naquela obra M. Pêcheux ordena os conceitos criados desde 1969.

O período dos tateamentos rumo ao preenchimento de lacunas deixadas no encontro da língua, da psicanálise e da política, terminará na virada dos anos 1980. Grandes nomes como Althusser, Lacan, Elisabeth Roudinesco, Françoise Gadet, Mitsou Ronat e Peter Schottler oferecem suas contribuições da parte da psicanálise, da lingüística, da filosofia, da ideologia jurídica e proletária e do discurso profético.

Em um seminário oferecido de janeiro de 1976 a junho de 1979 a respeito das *Pesquisas sobre a teoria das ideologias*, diversos estudiosos de diferentes escolas e disciplinas abraçam questões da língua, da psicanálise e da política. No seio dessas

reflexões acerca da análise da crise da Linguística, que colocava a nu as divergências sobre as questões da língua e do sujeito, surge de forma decisiva a AD Francesa.

As novas inquietações surgidas naqueles seminários abrem variadas discussões em que M. Pêcheux aborda questões do materialismo histórico que nos fazem compreender as diferenças entre os textos “Remontemos...”, de 1977 e “ Só há causa daquilo que falha”, de 1978⁸, pois o primeiro polemiza as tendências da análise de discurso e o segundo retifica seu percurso. Esses textos se complementam na questão das ideologias dominadas, em outras palavras, das resistências.

De 1980 a 1983, Pêcheux declara ter desejos de renovar os objetos na análise de discurso, questionando a própria leitura, uma vez que a análise de discurso não pode ser rigorosamente estruturada. M. Pêcheux, ao lado de lingüistas como Françoise Gadet, Jean-Jacques Courtine, Bernard Conein e Jean-Marie Marandin, cada um com suas especificidades, tenta renovar a problemática do discurso.

O encontro de Pêcheux com Marandin é de grande importância, em decorrência de suas novas reflexões lingüísticas e filosóficas. Os dois têm uma mesma paixão: a informática. Grandes filósofos e lingüistas dão a M. Pêcheux contribuições na constituição do colóquio *Materialidades Discursivas*⁹. Marandin contribui na questão do intradiscurso; Jacqueline Authier na questão do sentido e da enunciação. O colóquio precisava ser reorganizado sob o signo da heterogeneidade. 1983 é o período em que nos seminários se discutia sobre o sucesso da análise do discurso.

Ficam definidas, portanto, três fases na elaboração teórica de Pêcheux, a que ele denominou de três épocas. A primeira, o momento da construção do dispositivo de análise e da teoria do discurso (1966-1975); a segunda, o período de profícuos questionamentos (1976-1979), que resultou na terceira fase (1980-1983), configurando-se como um projeto com longas perspectivas.

Atualmente, a AD vem se destacando por um número considerável de pontos de vista, marcados pela diversidade, o que configura um mapeamento em construção.

⁸ *Remontemos de Foucault a Spinoza* é o título da comunicação que M. Pêcheux apresentou em novembro de 1977 no simpósio do México intitulado *O discurso político: teorias e análises*. O título é uma tradução “doméstica”, realizada pelo GEADA de Araraquara; e *Só há causa daquilo que falha*, de 1978, foi escrito em fevereiro de 1978, apresentado no seminário HPP nos dias 21 e 28 de março. Era a primeira elaboração do anexo acrescido à tradução inglesa do *Lês Vérités de La Palice (Semântica e discurso em português)*, aparecido bem mais tarde, em 1982, com o título, em inglês, de *The French Political Winter: Beginning of a rectification*. Em francês, o título deste livro é *Lês Vérités de La Palice*.

⁹ O colóquio *Materialidades Discursivas* ocorreu em 1980 na França, marcando um começo importante em torno das reflexões sobre heterogeneidade. No colóquio Pêcheux aborda a leitura e faz de suas palavras uma autocrítica.

Considerando a língua como condição de possibilidade do discurso, Pêcheux estabelece para a AD um quadro epistemológico geral do empreendimento:

Ele reside, a nosso ver, na articulação de três regiões do conhecimento científico:

1. o materialismo histórico, como teoria das formações sociais e suas transformações, compreendida aí teoria e ideologia;
2. a lingüística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos semânticos.
3. a teoria do discurso como a teoria da determinação histórica dos processos semânticos.

Sabendo-se que todas essas regiões são, de certo modo, atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica) (PÊCHEUX; FUCHS, 1990, p. 163-164).

O materialismo histórico foi, a princípio, concebido por Marx e Engels em 1845-1846 e formulado em sua obra *A ideologia alemã*. A História passa por uma concepção materialista, assim explicando as formações sociais de idéias a partir da práxis.

Baseando-se nas formações sociais e nos modelos de produção, Althusser (1980), a partir de uma concepção materialista de história, formulou uma teoria de ideologias.

Pêcheux retoma essa concepção para fundamentar a teoria do discurso na obra *Semântica e Discurso* (1975), destacando que uma das formas de manifestação da ideologia é a atividade discursiva. O sujeito, para esse autor, é interpelado ideologicamente e também assujeitado, exercendo a atividade discursiva, que é travada no seio das instituições sociais, em que se refletem, conseqüentemente, as lutas de classes, que, por sua vez, trazem imbricadas no seu processo de produção sinais de formação, reprodução e transformação das condições em que foram produzidas.

É nesse enfoque de desconstrução que a AD trabalha sobre a materialidade discursiva, com o objetivo de determinar os funcionamentos discursivos que promovem os processos de significação, dos quais participa o efeito de sentido construído pelo discurso como sentido único.

A Lingüística, segunda área do conhecimento sob a óptica da AD, é apresentada como uma proposta não subjetiva da enunciação, compreendida como o estudo dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação.

A terceira região do conhecimento, o discurso propriamente dito, em sua relação com a segunda área, manifesta-se materialmente por meio de textos, ou seja, ao falarmos estamos produzindo textos os quais são expressos em língua natural, e, em sua base lingüística, tem-se a possibilidade de verificar seu funcionamento lingüístico discursivo.

A AD propõe analisar a relação discurso-língua a partir da identificação de marcas lingüísticas, responsáveis pelas diferentes formas de funcionamento dos discursos. Tais marcas devem ser tomadas como pistas, porém pistas que não são encontradas de maneira direta; como diz Orlandi: “é preciso um gesto de leitura, teorizar para entendê-las, porque a relação entre elas e o que significam é indireta” (1997, p. 57).

A partir de agora, tais considerações guiar-nos-ão pelo desenrolar histórico dos estudos da Análise do Discurso, fruto das reflexões de Pêcheux, em especial os conceitos de formação discursiva e interdiscurso.

2.1 FORMAÇÃO DISCURSIVA E INTERDISCURSO

[...] chamaremos, então, formação discursiva aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) (PÊCHEUX, 1988, p. 160).

No cerne dos estudos da Análise do Discurso, considera-se a dupla paternalidade da noção de formação discursiva. A princípio proposto por M. Foucault e, mais tarde, pelo viés do marxismo althusseriano, por M. Pêcheux, torna-se inescapavelmente indissociável da noção de interdiscurso. Apesar de estarem em contexto teórico que se modifica, as noções de formação discursiva (FD) e de interdiscurso mantêm estreita relação com a organização do *corpus* para a Análise do Discurso. Em Foucault, mais precisamente em *A Arqueologia do Saber*, a noção de FD associa-se à importância do campo dos acontecimentos discursivos e ao arquivo. Em *Semântica e Discurso*, de Pêcheux, a noção, a princípio, vincula-se à noção de sentido remetida ao exterior ideológico. Posteriormente, dá-se um deslocamento em direção aos efeitos do momento da conjuntura e do acontecimento.

Segundo esse autor,

é a ideologia que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e que mascaram, assim, sob a “transparência da linguagem”, aquilo que chamaremos o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados (PÊCHEUX, 1988, p. 160).

Se as ideologias são feitas de práticas, logo consideramos que elas não são impostas de maneira tranqüila, homogênea, nem podem ser atribuídas a distintas classes sociais. E segundo Althusser (1980, p. 206), “as ideologias não são anteriores à luta de classes e são realizadas a partir da instalação dos aparelhos ideológicos do Estado”.

Pêcheux aplaude a idéia de que os aparelhos ideológicos do Estado não são puros instrumentos da classe dominante, ou máquinas ideológicas, que somente reproduzem as relações de produção existentes. Para ele, os aparelhos “constituem, simultânea e contraditoriamente, o lugar e as condições ideológicas da transformação das relações de produção” (1988, p.145).

Tais esclarecimentos, trazidos à luz por questionamentos, possibilitam-nos afirmar que no romance *The Color Purple* a personagem Sofia, ao enunciar, carrega marcas ideológicas, não somente em suas palavras, mas na discursividade, ou seja, a ideologia produz efeitos que se materializam em seus discursos e a articulação com a ideologia afeta as suas relações de indivíduo com a realidade.

No romance citado, mostra-se que não somente a repressão machista, mas também a racista, podem amordaçar uma pessoa. Com ar de superioridade, Dona Millie, branca e esposa do prefeito, pergunta a Sofia se ela quer trabalhar como sua empregada. Sofia é a sincera esposa, negra, do filho do padraсто de Celie, que responde: “Diabos, não” (WALKER, 1986, p. 101). O prefeito então dá uma bofetada na face de Sofia que, em seguida, devolve-lhe um soco, levando-o ao chão. Consequentemente, ela é enjaulada e torturada. Celie assim relata o acontecimento:

Eles quebraram a cabeça dela, eles quebraram as costela dela. Eles deixaram o nariz dela solto de um lado. Eles cegaram ela de um olho. Ela tava inchada da cabeça ao pé. A língua dela tava do tamanho do meu braço, saía de dentro dos dentes feito um pedaço de borracha. Ela num podia falar (WALKER, 1986, p. 103). CP R9

A mulher negra que ousa retornar insultos e trocar socos está aprisionada, brutalizada e muda. A língua imprudente é espancada para cerrar sua boca.

Apesar da silenciosa resignação de Celie, a esposa do prefeito, o prefeito e os policiais são presos em flagrante. As surdas e mudas testemunhas tornam-se denúncias contra o abuso, e é por meio da palavra escrita que Celie dá voz às suas queixas e finalmente encontra alívio. No começo, no entanto, a composição é mais um meio de sobrevivência do que uma tática retaliativa.

No enunciado que segue,

O homem corrompe tudo. Ele ta na sua cumida, na sua cabeça, e o tempo todo no radio. Ele tenta fazer você pensar que ele ta em todo lugar. E quando você pensa que ele ta em todo lugar, você começa a pensar que ele é Deus (WALKER, 1986, p. 218). CP R10

constata-se, por meio da materialidade lingüística, que esse sujeito não fala de si, mas do lugar que esse “eu” ocupa na sociedade, apresentando o que lhe é permitido e exigido dizer, garantindo o contrário: o não permitido e nem cobrado, mas desejável. Ou seja, “é interpelado em sujeito-falante machista (sujeito de *seu* discurso) pelas formações discursivas que representam na linguagem as formações ideológicas que lhes são correspondentes” (PÊCHEUX, 1988, p. 161).

Se forem as formações discursivas as responsáveis pelo recebimento de diferentes sentidos de um mesmo enunciado, elas o são porque um enunciado não tem, ele próprio, um sentido único, literal. O que não nos desautoriza a afirmar que enunciados diferentes podem mudar de sentido ao passarem de uma formação discursiva a uma outra, e a de ir mais longe ainda nesse percurso: afirmar que um enunciado literalmente diferente pode ter o mesmo sentido dentro de uma formação discursiva dada.

Conforme Pêcheux, uma noção que bem caracteriza a teoria do discurso como não subjetiva é a das ilusões do sujeito. Essa noção emerge do vínculo entre FI e FD. Creditando a teoria de que os processos discursivos não têm origem no sujeito, isso porque os processos discursivos são determinados pela FD em que o falante se inscreve, essa determinação é questionada na AD pela ilusão discursiva do sujeito falante.

Pêcheux denomina de esquecimento nº1 o fato de, ao dizer, o sujeito ter a ilusão de ser ele mesmo a fonte do sentido, pensa ter o controle absoluto daquilo que diz. O sujeito se reconhece como o “detentor absoluto” de suas palavras, de seu processo de enunciação e cria e domina estratégias adequadas para manter o seu dizer, para que ele seja legitimado e acreditado. A esse ato de ilusão, o autor denominou de esquecimento nº2.

Pelo viés da AD, todo discurso é determinado pelas FD's e pela autonomia relativa da língua. Essas pistas de determinação do discurso e a relação produzida entre ambas dão origem a uma outra noção: a paráfrase discursiva como constitutiva dos efeitos de sentidos. Assim, os processos discursivos, de acordo com Pêcheux, constituem-se entre elementos lingüísticos de uma formação discursiva.

Compreender dois relevantes processos: a paráfrase e a polissemia, faz-se mister para a compreensão dos funcionamentos discursivo e da linguagem. Uma corresponde ao diferente, e a outra, ao mesmo. A primeira, considerada na Lingüística a matriz do sentido, está sempre em confronto com a polissemia que desloca o “mesmo” para o diferente, para o múltiplo, por isso a razão de ser a fonte de sentido, por ser a própria condição de existência da linguagem.

E os sujeitos? Como se constituem? Para cumprir tal tarefa, eles se identificam com aquilo que foi dito, e significam-se ao retomarem palavras já existentes, como se elas fossem suas. É nesse contorno que eles se significam em suas significações. Eles se remetem aos já ditos, mas de maneira diferente, com outros sentidos, com outros significados.

Sob a ótica da AD, o sujeito é atravessado tanto pela ideologia quanto pelo inconsciente, o que produz não mais um sujeito uno ou do cogito, como em algumas teorias da enunciação, mas um sujeito *cindido*, *clivado*, descentrado, não se constituindo na fonte e na origem dos processos discursivos que enuncia, uma vez que estes são determinados pela formação discursiva na qual o sujeito falante está inscrito.

Pêcheux, à sua maneira, diz que o sujeito é descentrado, cindido, elidido sobre sua autonomia. Constitui-se pela dispersão/multiplicidade de discurso e, ao enunciar, o faz ocupando diversas posições que marcam a heterogeneidade constitutiva de redes de filiações históricas e ideológicas.

Para o analista de discurso deslindar uma superfície lingüística, é necessário, segundo Orlandi (2005), proceder ao exame dos mecanismos sintáticos e ao funcionamento enunciativo em questão, procurando desestruturar ou decompor tais

mecanismos e identificar as famílias parafrásticas, para estabelecer as fontes de sentido. E assim é possível continuar a análise discursiva e alcançar o processo discursivo que o sustenta e, por meio desse, identificar a FD que, no caso, afeta o sujeito.

Emerge daí uma outra noção: o interdiscurso, que é o exterior específico de uma FD, constituído pelo complexo dominante das FD's.

A formação discursiva é, portanto, o lugar onde os sentidos se constituem, e, se há uma clareza sobre esse espaço, opostamente vemos uma opacidade no que Pêcheux (1988) chama de “*todo complexo com dominante*” das formações discursivas, que se intrinca no complexo das formações ideológicas. A esse “*todo complexo com dominante*” corresponde ao interdiscurso, que se define como um espaço em que os discursos circulam e simplesmente são retomados, ou até imaginados pela memória do saber e da discursividade. Segundo Pêcheux (2002, p. 68), “é o interdiscurso que especifica as condições nas quais um acontecimento histórico (elemento histórico, descontínuo e exterior) é suscetível de vir a inscrever-se na continuidade interna, no espaço potencial de coerência próprio a uma memória”.

Segundo Guerra (2003, p. 217),

[...] a linguagem possui uma relação com a exterioridade, esta entendida não como algo fora da linguagem, mas como condições de produção do discurso que intervêm materialmente na textualidade, como interdiscurso, isto é, como uma memória que abrange o universo do que é dito.

Assim, na perspectiva da AD, a memória é condição para a significação. O interdiscurso, ao se relacionar às redes de memória e à historicidade, sofre o efeito do apagamento da palavra do outro; e tudo que é dito pelo sujeito é somente possível pela existência de outros dizeres. As redes de memória são como uma voz ecoando no interdiscurso, ligando o passado e o presente e tornando o “novo” um “já dito”.

Tomando o interdiscurso como um elemento constitutivo da memória social, buscamos, por meio das imagens cristalizadas na memória social, as regularidades enunciativas referentes ao “querer-falar”, quebrar o silêncio, tirar as mordças na obra *The Color Purple*.

Uma Celie mais velha e mais sábia, que se libertou da violência doméstica e da vergonha do incesto, novamente expressa sua dor pela escrita. Docí, sua amiga e amante, apaixonou-se por um garoto de dezenove anos e, ansiosa por contar a

alguém, descreve-o lentamente para Celie, sua amiga confiável de sempre, que se mantém calada durante todo o suplício: “Eu rezo pra morrer”, ela escreve, “assim eu não tenho que falar nunca”. Finalmente, ela rabisca um bilhete a Docí “Cala a boca” (WALKER, 1986, p. 274). Essa troca triste relembra o período em que Celie era muito hesitante em falar com alguém e quando escrever era seu último e único recurso.

Seu bilhete, para ser claro, é também uma maneira inteligente que vai desde a aceitação da mudez até ao comando verbal (como exemplificado por seu padrasto, no início do romance, quando ainda tinha catorze anos: “É melhor você nunca contar pra ninguém. Só pra Deus. Isso mataria sua mamãe”). Mas longe de exercer uma autoridade despótica, a mensagem transmite a dor de um desesperado para falar (discursar).

Pêcheux (1988, p. 164) distingue dois tipos de elementos do interdiscurso, “o pré-construído e as articulações”. O primeiro, segundo ele, “corresponde ao sempre-já-aí da interpelação ideológica que fornece-impõe a “realidade” e seu “sentido” sob a forma da universalidade (“o mundo das coisas”)", enquanto que a articulação constitui o sujeito em sua relação com o sujeito, de modo que ela representa, no interdiscurso, aquilo que determina a dominação da forma-sujeito”.

Guimarães (1985) define interdiscurso a partir de uma formulação de Pêcheux e do que afirma Orlandi na obra *As formas do silêncio* (ORLANDI, 1992). Nessa formulação, podemos ver a presença da palavra “relação” como definidora: o autor entende que o interdiscurso é a relação de um discurso com outros discursos e que essa relação não se dá a partir de discursos prioritariamente específicos. São as relações entre discursos que dão a particularidade que constitui todo discurso. Desse modo, o interdiscurso é o conjunto do dizível, histórica e lingüisticamente definido. Portanto, o enunciável é um já-dito e, como tal, é exterior à língua e ao sujeito, apresentando-se como séries de formulações peculiares e dispersas que formam em seu conjunto o domínio da memória.

Ao definir interdiscurso como relação de um discurso com outros discursos, a relação é de cruzamento, confronto e de recorte. E essa relação interdiscursiva é analisada em enunciados de discursos diferentes em um texto.

Como se pode verificar, há aqui diferentes forças atuando sobre a construção teórica desses estudiosos; no entanto, é a primeira noção que vislumbramos em nosso trabalho, aproximando-nos de Pêcheux e compreendendo o interdiscurso como memória discursiva, um conjunto de já-ditos que sustenta todo dizer, que nos interessa. De

acordo com esse conceito, as pessoas estão filiadas a um saber discursivo que não se aprende, mas que produz seus efeitos por meio da ideologia e do inconsciente. O interdiscurso está articulado ao complexo de formações ideológicas: alguma coisa fala antes, em outro lugar, independentemente. De acordo com Pêcheux (1988), as palavras não têm um sentido ligado à sua literalidade; o sentido é sempre uma palavra por outra; ele existe em relação de metáforas (transferências) que se dão nas formações discursivas, que são seu lugar histórico provisório.

Em decorrência do que precede, para o analista de discurso é impossível não relacionar o discurso com outros discursos, é impossível analisá-lo como um texto, ou simplesmente como um segmento lingüístico. O atravessamento do interdiscurso no discurso por relações interna e externamente estabelecidas faz transitarem sentidos com os quais se deleitam ou de que padecem. Desse modo, não é possível pensar o discurso sem os seus locutores, enunciadores, interlocutores e enunciados.

Eis o mecanismo da enunciação, tão caro a esta pesquisa, pois que possibilita colocar em confronto os sujeitos, os seus dizeres, a superposição das várias vozes que falam simultaneamente. Como se relacionam, então, esses sujeitos? Eles representam o “eu” no discurso, o sujeito empírico, ou representam a função social que esse “eu” assume enquanto produtor de linguagem? Essa questão merece uma abordagem exclusiva, a que nos convida o próximo tópico.

2.2 O SUJEITO POLIFÔNICO DA ENUNCIÇÃO

[Enunciação]... é o acontecimento constituído pelo aparecimento de um enunciado. A realização de um enunciado é de fato um acontecimento histórico: é dado existência a alguma coisa que não existia antes de se falar e que não existirá mais depois. É esta aparição momentânea que chamo enunciação (DUCROT, 1987, p. 168).

Nesta dissertação, apresentamos a concepção de enunciação que Ducrot propôs, e no capítulo seguinte analisamos alguns recortes da obra *The Color Purple*.

O conceito de recorte é pensado nesta dissertação a partir da concepção de que a AD tem como unidade o texto. E, nessa perspectiva, o texto é desenhado pragmaticamente como a unidade complexa da significação, levando-se em consideração as condições em que foi produzido, constituindo-se, portanto, no processo

de interação. Nessa relação entre discurso e texto, o primeiro é definido como objeto teórico e o segundo como objeto empírico. Enquanto unidade da análise do discurso, a noção de texto vai além da informação e da segmentação; ele não é uma superposição de frases e nem é fechado em si mesmo.

Nos termos de Orlandi (1988, p. 22):

[...] ao se passar para o texto como unidade de discurso, se passa da operação de segmentação para a de recorte. Passa-se da distribuição de segmentos para a relação das partes com o todo, em que se procuram estabelecer, através dos recortes, unidades discursivas.

A partir desta afirmação, a autora, então define a noção de recorte: “o recorte é uma unidade discursiva. Por unidade discursiva entendemos fragmentos correlacionados de linguagem-e-situação. Assim, um recorte é um fragmento de situação discursiva” (ORLANDI, 1984, p.14).

Entendemos enunciação como um processo de reformulação de um enunciado por meio do qual ele é posto em funcionamento, surgindo como uma de suas possíveis formas de atualização. Os processos de enunciação consistem em uma série de determinações sucessivas, pelas quais o enunciado se constitui gradualmente e que têm como característica colocar o “dito”, em consequência, rejeitar o não dito.

Na teoria polifônica da enunciação, Ducrot (1987) defende que o sujeito representa-se em quatro noções: a do falante, ser empírico; a do locutor “L”, o locutor enquanto tal; a do locutor “λ”, o locutor enquanto ser no mundo; e a do enunciador, ser cuja enunciação é vista como expressão seu ponto de vista.

Ducrot contesta veementemente as teorias da “Linguística moderna” de que cada enunciado possua um, e somente um autor. Ele afirma que foi somente a partir da elaboração do conceito de polifonia por Bakhtin, de que em qualquer texto literário há a necessidade de se reconhecerem as várias vozes que falam simultaneamente, posição contrária à da literatura clássica. Mas, segundo Ducrot, aquela teoria somente foi aplicada a textos, e nunca aos enunciados dos quais os textos são constituídos, não colocando em questionamento a unicidade de voz em um enunciado isolado.

Para Ducrot, contrário ao dogmatismo da unicidade do sujeito, um enunciado assinala, em sua enunciação, a superposição de diversas vozes. Essas vozes pertencem

aos enunciadores (E1 e E2), seres que se expressam por meio de seus pontos de vista e não por meio de palavras precisas.

Em enunciados do tipo *p mas q* (ou do tipo *embora q*), o fenômeno da polifonia consiste na apresentação não só do ponto de vista do locutor (L = E2), mas também da apresentação do ponto de vista do alocutário, de um terceiro, ou de uma voz pública (E1). Num enunciado como “*o tempo está bom*”, *mas estou cansado*(DUCROT, 1987, p. 170), percebem-se essas vozes, bem como a articulação entre elas. Observa-se:

E1 (alocutário): O tempo está bom (p) [logo você deve sair] (r);

L (locutor) O tempo está bom (p) (E1), mas estou cansado (q) (E2) [logo não devo sair] (~r).

Nesse enunciado tomado de Ducrot, o locutor diz, da perspectiva de E1, que *o tempo está bom* – argumento que leva à conclusão “*logo eu devo sair*” -, mas imediatamente acresce, da perspectiva de E2, que está cansado, argumento para a conclusão decisiva “*logo não devo sair*”

Constata-se, então, no sentido da sequência linguística, “O tempo está bom, mas estou cansado” aquilo que Pêcheux (1988) afirma: o sujeito não é um dado *a priori*, mas é constituído no discurso. E Authier-Revuz, ao partir da concepção dialógica da linguagem formulada por Bakhtin e também, situando-se com ele, numa perspectiva relacionada à Linguística, mostra como a Psicanálise questiona a unicidade significante de uma concepção homogeneizadora da discursividade.

Authier-Revuz entende o sujeito como efeito da linguagem e que a Psicanálise busca as formas de constituição desse sujeito na discursividade de uma fala “heterogênea”, que é consequência de um sujeito dividido entre o consciente e o inconsciente. Ela analisa em seus trabalhos as marcas explícitas daquilo que chama de heterogeneidade mostrada (ou seja, as formas do discurso relatado, o uso de aspas, os enunciados metadiscursivos) como “formas de ruptura, de fraturas que intervêm no fio do discurso, colocando em confronto a identidade/alteridade do sujeito” (ALTHIER-REVUZ, 1990, p. 28).

É pela relação que todo discurso mantém com outros discursos, ou seja, pela interdiscursividade que a heterogeneidade mostrada articula-se com uma heterogeneidade constitutiva da linguagem, que não é mostrada, que não está na superfície.

Brandão(1998), analisa a polifonia no nível de locutores (L1 e L2): dois locutores afrontam-se e o movimento de oposição entre um e outro dá-se de um

enunciado para outro enunciado (daí a presença da negação metalinguística), em outra instância de análise, a polifonia ao nível dos enunciadores: várias vozes emergem do interior de um mesmo enunciado.

O sujeito, inescapavelmente, ao explicitar a presença do outro, sem possibilidade de fugir da heterogeneidade constitutiva da linguagem e por meio da heterogeneidade mostrada, tem a ilusão de ser a origem de seu discurso. Segundo Althier-Revuz (1990), o sujeito movido pela ilusão do centro, pela ilusão de ser a fonte de seu discurso, por um processo de denegação, localiza o outro e delimita o seu espaço para circunscrever o próprio território. Desse modo, afetado por um sujeito que divide, que tem que dividir seu lugar discursivo com o outro, o sentido se subjetiviza, tornando-se heterogêneo, interceptando a tendência natural à homogeneização do sentido absoluto. Ainda segundo essa autora, esse processo se dá pela negociação que ocorre entre a heterogeneidade mostrada *na* linguagem e a heterogeneidade constitutiva *da* linguagem.

O conector argumentativo *mas*, por exemplo, liga dois atos distintos “P *mas* Q”. Ou seja, “mas” introduz uma proposição *q* que orienta para uma conclusão *não r*, contrária a uma conclusão *r* a que *p* poderia conduzir. Por exemplo:

- E1: Celie é amorosa
- E2: (logo) pode arrumar um namorado
- E3: (mas) é negra, feia e analfabeta
- E4: (logo) não manterá seu namorado

Do ponto de vista da argumentação que está por construir, o locutor negligencia o primeiro enunciado e apóia-se sobre o segundo, imprimindo-lhe maior força argumentativa, para conduzir a uma conclusão *não r*.

Consideraremos, neste momento um recorte no texto *A Cor Púrpura* de Alice Walker, com o objetivo de detectar como se manifestam essas diferentes vozes nas análises adiante explicitaremos outros recortes:

Nós sabemos que há lugares no mundo onde as mulheres vivem de uma maneira diferente das nossas mulheres, MAS nós não aprovamos essa maneira diferente para nossas crianças¹⁰ (WALKER, 1986, p. 180). CP R11

¹⁰ O enunciado foi proferido por um morador da aldeia Olinka na África, pai de Tashi, futura esposa de Adam, filho de Celie. Esse enunciado encontra-se na carta nº 64 (grifo nosso), de Nettie a Celie. Nessa carta, o pai de Tashi está expondo sua preocupação em relação à sua filha, por estar passando muito tempo com Olívia, uma menina americana, filha de missionários. Ele critica o trabalho missionário, que

Vejamos:

E1: Nós sabemos que há lugares no mundo onde mulheres vivem de uma maneira diferente das nossas mulheres.

E2: (mas) não aprovamos essa maneira diferente para nossas crianças.

E3: (logo) não servem para serem nossas mulheres.

E1, ao utilizar o pronome *nós*, inclusivo, diz todos os homens da aldeia Olinka, que ideologicamente acreditam que as mulheres de sua aldeia são para o lar e que sempre haverá um homem que cuidará delas. O emprego do referenciador *nossas* admite a relação de posse estabelecida pelos homens dessa aldeia para todas as mulheres que pertencem a ela. O E2 congrega Nettie e todas as mulheres que vivem fora de seu país, que assumem as rédeas de suas vidas e não esperam pelos homens para que seus destinos se cumpram. O E3 é a opinião pública da aldeia, que desaprova a mudança do mundo, opinião esta impregnada do machismo colonizador diante do colonizado. O fora e o dentro, aqui, são representados pela África e pela Inglaterra.

Ao analisarmos essa unidade, marcada pela heterogeneidade, e que emerge do princípio da autoria como uma função enunciativa, conforme Orlandi (2006), temos as várias funções enunciativas do sujeito falante, ou seja: o locutor, o enunciador e o autor. Orlandi entende que o locutor é aquele que se representa como “eu” no discurso, o enunciador é a perspectiva que esse “eu” constrói e o autor é a função social que esse “eu” assume enquanto produtor de linguagem.

Coadunados com esse princípio de Orlandi, entendemos que o autor é, das dimensões enunciativas do sujeito, a que está mais determinada pelo contexto sócio-histórico e mais afetado pelas exigências de coerência, de não-contradição e de responsabilidade. E de alguma maneira, “explicitar o princípio da autoria é desvelar o que produz o apagamento do sujeito” (ORLANDI, 2006, p. 61).

Numa perspectiva da semântica da enunciação, utilizamos o conceito de polifonia que foi formulado por Bakhtin (1995), que considera possibilidades de diferentes sujeitos de uma enunciação. Se, como já foi explicitado anteriormente, o

segundo ele vêm tentar a qualquer custo mudar as pessoas da aldeia, depois ficam doentes e voltam para a Inglaterra, ou para o lugar de onde vieram (América).

locutor o “eu” da enunciação e o alocutário é o “tu” do discurso, dizemos aqui que há uma diferença entre locutor/alocutário e enunciador/destinatário proposta por Ducrot (1980, 1984) e por Guimarães (1985a, 1985b).

São essas categorias que caracterizam a polifonia dos enunciados sob dois prismas. Temos polifonia no enunciado se o recorte representar mais de um locutor para o enunciado. Ele pode marcar-se como “eu” no enunciado, ou indefinir-se pessoalmente, mais do que se representar responsável pela enunciação, representar-se como locutor, a pessoa como origem do discurso.

Por outro lado, outro tipo de polifonia se dá na representação de mais de um enunciador em um mesmo recorte, podendo haver um enunciador que se passa por locutor e um enunciador genérico.

Numa tentativa de distinguir as multifaces da enunciação em relação à frase e ao enunciado, Ducrot (1987) discorre sobre três acepções que podem ser atribuídas àquele termo. Segundo esse autor, a enunciação pode, primeiramente, designar a atividade psico-fisiológica implicada pela produção do enunciado, acrescida do jogo de influências sociais que a condiciona. Posteriormente, a enunciação é o produto da atividade do sujeito falante, ou seja, um segmento do discurso, ou o que Ducrot chama de enunciado. E por último, ele designa como enunciação o acontecimento constituído pelo aparecimento de um enunciado. E é com esta última acepção que ele se identifica. Segundo ele, o termo enunciação é

o acontecimento constituído pelo aparecimento de um enunciado. A realização de um enunciado é de fato um acontecimento histórico: é dado existência a alguma coisa que não existia antes de se falar e que não existirá mais depois. É esta aparição momentânea que chamo “enunciação”(DUCROT, 1987, p.168).

Propomo-nos assim, a partir do que foi exposto teoricamente, tentar explicar em nossas análises, no capítulo seguinte, o que e como os sentidos são formados nos/pelos recortes discursivos em sua instância de discurso.

A discussão acerca das noções de enunciação norteia-nos, neste momento, para a análise do discurso comprometida com a materialidade linguística, a fim de que possamos refletir sobre o discurso. Discurso materializado no/pelo *Black English*, e que nos é tão caro para entender os efeitos de sentidos na situação discursiva colocada em ação, a partir das diferentes estratégias da referenciação.

2.3 O PROCESSO DE REFERENCIAÇÃO EM A *COR PÚRPURA*

Tomar como dispositivo teórico a AD implica, necessariamente, refletir sobre o seu objeto: o discurso. Tal objeto torna-se imprescindível para que possamos entender qualquer acontecimento discursivo. Essa escola de orientação francesa tem realizado inúmeras pesquisas qualitativas no Brasil, concebendo que todo enunciado é constituído de uma materialidade.

É na linguagem e pela linguagem que as diferenças se manifestam, abrindo possibilidades para que se possam observar as diferenças de gêneros. No gênero discursivo epistolar são evidenciadas as condições de um povo, as suas relações de poder e os seus interesses contraditórios, nesse caso, os descendentes africanos nos Estados Unidos.

Com base nas orientações funcionalistas propostas por Neves (1999, p. 13), cujo objetivo final é

[...] buscar os resultados de sentido, partindo do princípio de que é no uso que os diferentes itens assumem seu significado e definem sua função, e de que as entidades da língua têm de ser avaliadas em conformidade com o nível em que ocorrem, definindo-se, afinal, na sua relação com o texto.

Em nossa pesquisa, estudamos os efeitos de sentido no discurso literário, a partir de diferentes estratégias de referenciação na situação discursiva posta em ação pelos enunciadores da obra *A Cor Púrpura*, de Alice Walker, entendendo que o referente, no texto, assume significados que excedem as particularidades que lhes são próprias.

A língua não é apenas um simples sistema de representações semânticas ou configurações de um mundo objetivo, ou um sistema de comunicação autônomo e homogêneo.

Segundo Dik (1997, p.129) podemos falar em dois modos de referenciar: o construtivo e o identificador. No primeiro, o locutor usa um termo para que o interlocutor construa um referente para esse termo, e introduza esse referente em seu modelo mental; no segundo, o falante usa um termo para que o ouvinte identifique um referente que não está disponível para ele.

Na interação lingüística, os locutores instituem os objetos-de-discurso, isto é, as entidades que constituem termos de predicções: ao usar um termo, o locutor constrói ou ajuda o interlocutor a encontrar um referente para colocá-lo numa predicção e,

assim, outras representações mentais são acrescentadas, de modo a ser recuperáveis pelos subseqüentes elementos anafóricos. Sob outra ótica, os objetos-de-discurso têm a função de identificar no texto uma rede referencial que constitui uma das marcas da própria textualidade, o que leva a uma segunda noção de referência, que é a de identificação de referentes.

Ao participarmos de atividades discursivas, centramos-nos muito mais nos objetos-de-discurso do que nas próprias expressões utilizadas, pois esses objetos interagem e negociam sentido.

Segundo Marcuschi (2003, p. 15), nossos discursos se dão como atividades de enunciação em formações discursivas históricas e sociais, tornando a interação uma matriz de sentidos. Assim, é necessário observar o que os interlocutores fazem e como agem para construir um mundo público mediante a co-produção discursiva.

Por questões metodológicas, referência e referenciação assumem significados distintos aqui, pois o último termo diz respeito ao ato da construção discursiva, a constituição textual. As referências são definidas como uma relação que se mantém entre uma expressão e o que ela significa em ocasiões particulares do discurso (LYONS, 1977, p. 174).

Mondada (2005, p.11) explicita que a questão da referência atravessa a filosofia da linguagem e a Lingüística, assumindo formas teóricas diferenciadas: para uns, a referência é concebida no interior de um modelo de correspondência entre as palavras do discurso e os objetos do mundo, de modo que a validade das primeiras é avaliada em um quadro vericondicional; para outros, a referência é resultado de um processo dinâmico e, sobretudo, intersubjetivo, que se estabelece no quadro das interações entre locutores, sendo suscetível de se transformar no curso dos desenvolvimentos discursivos, de acordos e desacordos.

Por ser um campo de grande diversidade no interior da bibliografia contemporânea, em decorrência de não ser mais considerada um problema lingüístico, mas um fenômeno que concerne simultaneamente à cognição e aos usos da linguagem em contexto e em sociedade, há uma multiplicidade de quadros teóricos diferentes para apreendê-la. Tais teorias dividem-se em abordagens cognitivas e abordagens interacionistas.

A referência define-se, portanto, como uma relação mantida entre uma expressão e o que ela significa em ocasiões particulares do discurso. Em uma oração declarativa como “*Docí Avery era uma mulher muito linda*”, o enunciador refere-se a uma certa

pessoa por meio de uma expressão referencial (Docí Avery: nome próprio). Para o leitor do livro *A Cor Púrpura*, temos, nesse caso, uma referência bem sucedida, pois o uso apropriado do referente empregado pelo locutor Celie faz que o leitor identifique o referente. Temos uma única referência nessa oração, cujo referente está como sujeito da oração.

No entanto, podemos ter orações declarativas com duas ou mais expressões referenciais, como: “*Sinhô* pega uma *enxada* e começa a *cavar*”, em que cada uma remete a seu referente, pois algo é declarado não apenas sobre a expressão referencial que é o sujeito, mas também sobre as expressões referenciais conectadas pela predicação.

Segundo Neves (1999), quando o referente já está introduzido no discurso, o locutor apresenta-o como um referente determinado e, assim, o termo empregado para nomeá-lo - uma terceira pessoa -, além de implicar referência, também implica correferência, em decorrência de não ser somente um elemento já conhecido, mas por ser um elemento previamente dado. No caso de correferência absoluta, existe uma identidade total entre o antecedente e a anáfora:

(a) A **Nettie** está aqui com a gente. **Ela** fugiu de casa. (WALKER, 1986, p. 27). CP R12

(b) Até um **pastor** fala da Docí Avery, agora ela está por baixo. Ele toma o exemplo dela pro sermão **dele** (WALKER, 1986, p. 56). CP R13

(c) **As jovens** de hoje não são mais como antes, ele fala. **Abrem** as pernas pra qualquer João, Pedro ou José (WALKER, 1986, p. 43). CP R 14

No enunciado (a), há um antecedente do tipo referencial - Nettie -, que permite ao leitor reconhecê-la em “ela”. Na frase (b), “dele” (co) refere-se a “pastor” – anáfora. A diferença está no pronome indefinido “um” em que o antecedente “pastor” não é identificável para o leitor. Em (c), o antecedente possui antecedente genérico do tipo identificável, por se tratar de referência a todos os indivíduos da classe.

Na oração declarativa (a), o locutor refere-se à determinada(s) pessoa(s) por meio de uma expressão referencial (a gente=nós). Se a referência é bem sucedida, o interlocutor identificará o(s) referente(s).

Para que possa haver uma correferência total, é necessário que o referente antecedente seja identificável para o locutor, caso não o seja já ainda para o interlocutor.

Há correferência total quando o(s) referente(s) representado(s) pela anáfora é(são) o(s) mesmo(s) indivíduo(s) designado(s) pelo antecedente. Assim, nesse modo de ver, quem investiga a que se refere uma expressão “y” está investigando a que o locutor se refere quando usa a expressão “y”.

No entanto, há muitos processos em que não ocorre a identificação total do referente, como em:

(1) Ela tá ocupada olhando uma **revista**. Mulheres branca tão lá, rindo, segurando o colar com um dedo, dançando na capota dos carro. Pulando nas fonte. Ela vira rápido as **página**. Parece chateada (WALKER, 1986, p. 64). CP R15

(2) E depois, eu falo, a **hora do jantar** também num ta longe. **Umás três quatro hora** (WALKER. 1986, p.73). CP R16

(3) Eu dei um **lenço** pra ele. Ele **suou o nariz**, olhou pra mim com os olho fechado que nem punho (WALKER, 1986, p. 75). CP R17

No caso (1) a relação entre o referente “página” licencia uma anáfora associativa orientada por relação de ingrediência com a âncora “revista” uma vinculação metonímica, ou seja, uma relação semântica de contigüidade.

Em (2) não há identidade entre antecedente e anáfora; os termos em relação anafórica mantêm entre si uma afinidade semântica, mas não há correferência.

Em (3) a relação é baseada em aspectos cultural e discursivo, que é viabilizada parcialmente pela memória discursiva e parcialmente pela memória episódica (lenço – nariz).

Baseados em nossas reflexões, anotações e estudos, consideramos que quanto menor a forma de expressão referencial, maior a preferência por uma leitura de correferência. Desse modo, os sintagmas nominais favorecem menos a interpretação correferencial do que os pronomes e estes menos que a expressão zero. Assim, o locutor preferirá usar, sempre que possível, pronome a sintagma nominal, zero a pronome; e o interlocutor entenderá que a escolha feita pelo locutor de uma expressão por outra deve ser interpretada como efeito de sentido de expressão de referência independente e não de correferência.

Veremos claramente isso no recorte CP R18 a seguir, da carta de Celie a Deus, em que há: 1) zeros marcando elipses de elemento correferencial, especialmente na posição de sujeito; 2) alguns pronomes pessoais representando elemento correferencial;

3) sintagmas nominais introduzindo referentes novos no texto, ou seja, criando objetos de discurso, ao mesmo tempo em que representam conceitos ativos.

Querido Deus,

Harpo num é melhor que eu pra brigar com o pai **dele**. Todo dia o pai **dele** levanta, O senta na varanda, O fica olhando pro nada. Às vez O olha pras **árvore** na frente da casa. Olha **uma borboleta** se ela **pousa na grade**. O Bebe um pouco **dágua**, durante o dia. À noite, um pouco de **vinho**.

Mas quase nunca se mexe.

Harpo se queixa porque ele é que **fica arando sozinho**.

O pai dele fala, **Você** tem que fazer isso.

Harpo é quase do tamanho do pai. **Ele** é forte de corpo mas fraco de vontade. **Ele** tem medo.

Eu e **ele** ficamo na roça o dia todo. A gente sua, arando e plantando.

Eu to da cor de café torrado agora. **Ele** ta **preto como chaminé**. Os olho **dele** ficam triste e pensativo. A cara **dele** começa a parecer **cara de uma mulher**. [...] (WALKER, 1986, p. 39). CP R18

Fica evidente que sintagmas nominais serão correferenciais onde pronomes e zeros não possam ser empregados e, por outro lado, também serão correferenciais onde pronomes e zeros poderiam ser usados, mas algum efeito especial é obtido com o sintagma, como ocorre em CP R18, em que a personagem, depois de fazer correferência a Docí Avery com o sintagma nominal *Rainha das Abelha de Mel*, volta a correferenciar o mesmo indivíduo, usando, desta vez, o pronome possessivo *dela* e depois o pronome pessoal de segunda pessoa *você*, haja vista que a mãe está falando diretamente com ela:

Querido Deus,

A **Docí Avery** ta duente e ninguém na cidade quer cuidar da **Rainha das Abelha de Mel**. A mãe **dela** diz, Eu avisei pra **você**. O pai dela diz, Vagabunda. Uma mulher na igreja falou que ela tá morrendo – talvez de tuberculose ou de uma doença horrível de mulher. Qual? Eu queria perguntar, mas num tive coragem. As mulher da Igreja tem vez que são boas pra mim. Tem vez que não. [...] (WALKER, 1986, p. 55). CP R19

Estudiosos desse assunto como, Ariel (1986) e Levinson (1987), contrapõem-se argumentando que expressões referenciais que terão interpretação correferencial, ou, diferentemente, que terão interpretação independente, não ocorrem em contextos perfeitamente complementares e que os sistemas referenciais das línguas não codificam especificamente essa dicotomia entre correferência e independência correferencial.

Ariel defende que os locutores/escritores, de fato, fazem essa distinção, mas que a função primeira das expressões referenciais é marcar diferentes graus de acessibilidade na memória; assim, quando escolhe uma expressão referencial, o locutor/escritor não indica se uma determinada expressão deve ser interpretada correferencialmente ou independentemente, mas sinaliza quão acessível é, para o leitor/interlocutor, uma entidade mental.

2.3.1 REFERÊNCIA NOMINAL DEFINIDA E INDEFINIDA

Na esteira de Givón (1984, p.399), encontramos dois grandes tipos de referência nominal: a referência nominal definida e a referência nominal indefinida. Na primeira, os locutores codificam um sintagma nominal referencial como definido, se pensam que podem assumir que o ouvinte é capaz de atribuir-lhe identidade referencial única; e na segunda, os locutores codificam um sintagma nominal referencial como indefinido, se pensam que não podem assumir que o interlocutor é capaz de atribuir-lhe identidade referencial única.

2.3.2 SINTAGMA NOMINAL DEFINIDO

De forma geral, os sintagmas nominais definidos são codificados por uma variedade muito maior de meios do que os sintagmas nominais indefinidos.

Dentre os mecanismos utilizados para codificar os sintagmas nominais definidos temos:

- a) um sintagma nominal (em que se direciona o ouvinte a identificar o referente definido dentro da memória);
- b) um pronome dêitico (eu, tu);
- c) um dêitico espacial (esse, este, aqui, lá).

Nos sintagmas nominais definidos, o referente pode ser identificado não só pela sua designação, mas também pela sua descrição, desde que ela possibilite ao interlocutor distinguir esse referente de outros referentes presentes no universo discursivo como em, “**eu iscutei o barulho deles**”. (WALKER, 1986, p. 9)

Para que o referente seja compreendido, o interlocutor deve conseguir identificá-lo dentro da classe de referentes potenciais. Algumas vezes é necessário que seja

incorporado ao sintagma nominal um adjetivo ou oração relativa, para que o interlocutor identifique o referente, como segue nos exemplos:

- a) Eu costumava caçar animal **selvagem** com arco e flecha (WALKER, 1986, p.53).
- b) Eu parei com o tremor **que tinha começado quando eu vi ela chegando** (WALKER, 1986, p.53). CP R20

Muitas vezes, o uso de um substantivo precedido por um artigo definido é suficiente para que o interlocutor identifique o referente, não havendo necessidade de mais descrições, mesmo que o referente ainda não tenha sido mencionado, como ocorre a seguir:

[...] O jeito pra você saber quem descobriu a América, Nettie falou, é pensar nos calombo. É parecido com Colombo. Eu aprendi tudo sobre Colombo no primeiro grau, mas parece que foi a primeira coisa que esqueci. Ela falou que Colombo veio aqui nos barco com nome de Nina, Pinta e Santamaria. **Os índio** foram ótimos pra ele e ele levou um monte deles forçado de volta com ele pra servir **a rainha**. Mas é difícil pensar com o casamento com Sinhô pindurado na minha cabeça. Da primeira vez que fiquei de barriga, **o Pai** me tirou da escola. Ele nunca quis saber se eu gostava de lá ou não.[...] (WALKER, 1986, p. 19). CP R21

Em exemplos como esses, o locutor parece acreditar que o interlocutor reconhecerá na situação discursiva (ou no conhecimento compartilhado), o referente da descrição.

2.3.3 SINTAGMAS NOMINAIS INDEFINIDOS

Lyons (1977, p.190) explica o emprego das referências indefinidas da seguinte maneira: numa oração como

E quando eu cheguei aqui, Docí falou, eu tratei você tão mal. Como se você fosse **uma impregada** (WALKER, 1986, p. 141). CP R22

é proposta para a expressão destacada uma interpretação dupla:

a. como uma expressão referencial que tem uma referência específica indefinida, implicando a existência de algum indivíduo que satisfaz a descrição; e o sintagma nominal indefinido não identifica o referente do mesmo modo que ocorreria se fosse usado referencialmente um sintagma nominal definido;

b. como um sintagma nominal que não especifica um indivíduo e, além disso, não pressupõe sua existência; essa é a característica dos sintagmas nominais descritivos (definidos ou não) que ocorrem após verbos que denotam atitudes proposicionais (crença, dúvida, intenção, volição, etc.)

No primeiro caso, trata-se de uma referência indefinida específica e, no segundo, de uma referência indefinida não-específica.

A referência indefinida específica de nomes contáveis é indicada, em português, por:

- 1) artigo indefinido um/uma (para o singular);
- 2) artigo indefinido uns/umas e O (para plural).

Após refletirmos sobre a questão da referência, em termos funcionais da língua, surge uma outra questão que diz respeito à referência discursiva, engendrada por Cardoso (2003, p. 123) ao afirmar que esta

[...] abordagem leva em conta um plano “hipergramatical”, o que equivale a dizer que o campo lingüístico hoje se organiza a partir de uma fissura original entre a “língua” e o “discurso”, isto é, parece estar dividido entre os pesquisadores que reivindicam a “língua” e os que reivindicam o “discurso.

Cientes da existência de uma abordagem funcionalista e de outra discursiva dita “histórica”, convencemo-nos de que a linguagem não é o objeto de duas Lingüísticas, e sim de um desdobramento na análise desses mesmos fenômenos. São duas vertentes que se misturam e que se repelem. Sendo assim, lançamos um olhar na exterioridade dos discursos, nas suas dispersões, na discursividade histórica que tem procurado encontrar a medida dos confrontos subjetivos e objetivos a que todo discurso está sujeito. Para tanto, a seguir, olhamos nos Estudos Culturais questões que estão colocadas para além de uma causa estritamente lingüística.

3 ESTUDOS CULTURAIS: UM OLHAR MULTICULTURAL

Abríamos a porta aos estudos feministas, como bons homens transformados. E, mesmo assim, quando o feminismo arrombou a janela, todas as resistências, por mais insuspeitas que fossem, vieram à tona – o poder patriarcal plenamente instalado, acreditara ter-se desautorizado a si próprio (HALL, 2003, p. 197).

Assim como a AD, que nasce no entremeio de três disciplinas evocando, desde a sua gestação a interdisciplinaridade, uma tríplice aliança - uma Teoria da História, uma teoria da Lingüística e a Teoria do Sujeito -, o perfil dos Estudos Culturais também passa por três vias convergentes - um objeto de estudo que não tem fronteiras definidas.

Parece-nos oportuno, discorrermos, brevemente, acerca de duas perguntas elementares: para que servem os Estudos Culturais, e a que eles se destinam? As leituras e incursões no texto de Álvaro Luiz Hattnher intitulado Estudos Culturais? em a *Teoria Literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas* (2003) organizado Thomas Bonnici e Lúcia Osana nos permitem refletir sobre tais questões.

As três vias que convergem no esboço do perfil dessa área de pesquisa são: 1. seu objeto de estudo; 2. os pressupostos teóricos; 3. a sua história. Essa trindade fundadora dos Estudos Culturais permite-nos vislumbrar, no mínimo, duas linhas importantes que constituem o perfil dessa área.

Inicialmente, a atuação política engajada, associada à sua origem de acontecimento. Essa primeira linha foi uma tentativa de obter um melhor entendimento das relações de poder, em determinado contexto, numa convicção de que o conhecimento capacitaria as pessoas a mudarem as relações de poder.

Em segundo lugar, outra característica dos Estudos Culturais é o caráter interdisciplinar do projeto – as movências e a não definição de fronteiras; o seu não lugar previamente estabelecido tornou-se a chave para entendê-lo. Assim, a antropologia, a sociologia, a história, a teoria literária, estudos de gênero e os estudos étnicos deram pistas decisivas na direção desse projeto caracterizado pela mutação.

O caráter interdisciplinar desse projeto, onde os lugares fronteiriços das disciplinas não ousaram atravessar, é remapeado; era o momento de desestabilizar o sentido já cristalizado nos textos considerados canônicos, atribuir-lhes outros sentidos e representar os sites de conflito.

Esses novos olhares, ainda tímidos, estavam atentos às revisitações ao conceito da literatura e da crítica do cânon. O *up side down* das idéias vigentes traz à baila das discussões um prestar atenção, “em especial”, à literatura feminina, à produção literária das minorias e à cultura popular. Segundo HATTNER (2003, p. 251),

No que diz respeito ao cânone literário, em especial, é fundamental a noção de que ele passa a ser investigado não só pela inclusão ou exclusão de autores e obras, mas por sua articulação com o sistema cultural mais amplo que o envolve e pela miríade de significados que sua existência cria nesse sistema.

A proposição desses estudos não acontece de maneira tranqüila, pois há um deslocamento discursivo em que ocorrem confrontos entre o *centro e a margem, entre dominantes e dominados, entre a alta e a baixa cultura*. Esses choques chegam a outras áreas do conhecimento como: o cinema, a música, as histórias em quadrinhos, a informática e a literatura.

Esboçamos, assim, com a permissão de Hattner, a resposta “para que servem os Estudos Culturais”, que, segundo ele, tal projeto está “interessado na exposição, por assim dizer, pública das relações entre poder e cultura, seu comentário e seu questionamento” (2003, p. 252).

Quanto ao segundo questionamento “a quem se destina?”, não poderíamos deixar de pensar naquele contexto norte-americano, naquele mosaico social – espaço *no limits* de diálogos, de orientações, de culturas e etnias. É para todos, não somente aos intelectuais e acadêmicos, mas sim a todos aqueles que estão vivendo o mal-estar da contemporaneidade, comprometidos com a busca de novos rumos, novos saberes da realidade circundante. É para todos que, como nós, buscamos algumas possíveis respostas no arcabouço teórico gerado pelas práticas dos Estudos Culturais na direção das inquietações de Walker/Celie.

Traçadas as condições de produção da autora feminina Alice Walker, tornar-se-ia muito difícil, senão impossível, avançar sem a contribuição dos Estudos Culturais que, em primeira instância, ventila questionamentos a respeito do cânone, em todos os espaços e expressões de manutenção de posturas, de abordagens e de idéias.

Vejamos com mais minúcias a constituição do perfil desse projeto.

Os Estudos Culturais nascem com a publicação das obras *The uses of literacy* (1957), de Richard Hoggard, e *Culture and Society* (1958), de Raymond Williams, e *The*

Making of the English working class, de Edward P. Thompson (1963), em Birmingham, Inglaterra, após a Segunda Guerra Mundial.

Os Estudos Culturais preocupam-se, desde o começo, com a diversidade de cada cultura e sobre as diferentes culturas, sua multiplicidade e sua complexidade, especialmente com estudos sobre aquelas marginalizadas. Na Inglaterra, eles nascem com a classe operária e as minorias, que eram ensinadas no período noturno no *Centre for Contemporary Cultural Studies* (CCCS).

Acreditamos que os primeiros intelectuais a se preocuparem com os Estudos Culturais não estavam interessados em definir o que era cultura, mas em estudar as mudanças no modo de vida das sociedades e dos grupos da década de 1950, haja vista o surgimento de um local obscuro em que a cultura popular e a cultura erudita se entrecruzavam, lugar em que os processos culturais estavam antecipando a mudança social.

O projeto dos Estudos Culturais tinha como tarefa primeira afastar-se das atividades habituais dos intelectuais tradicionais e inventar um novo tipo de intelectual orgânico, porém o elo entre uma instituição e os movimentos sociais era muito complexo. Os próprios idealizadores do projeto eram os intelectuais orgânicos, embora sem referências orgânicas e com vontades e esperanças. Estes deveriam saber mais que os outros, pois eles tinham que dar consistência aos movimentos sociais, divulgar correntes teóricas de esquerda e enriquecer o debate intelectual.

Assim, os novos intelectuais priorizavam, em suas pesquisas, ligações com os diversos grupos sociais, com temas relevantes, tais como a sociedade das mídias e as subculturas. O primeiro discutia a maneira como a mídia atacava a cultura da classe da minoria marginalizada, em face da cultura da elite.

Para o Centro de Estudos, a exclusão da cultura de massas, ou cultura popular, realizada pela mídia e a tentativa de manutenção da cultura consagrada dominante tornaram-se um quadro fértil em seus estudos.

Embora esses estudos apresentassem aspectos negativos, algo pode ser apontado como muito positivo: como num passe de mágica, no plano intelectual e não material, conflitos eram banidos do contexto social.

Maria Elisa Cevalco (2003, p. 78) declara, em *Dez lições sobre Estudos Culturais* que:

Nesses momentos os estudos culturais estão definitivamente “formados”. Seu futuro será, como diz Raymond Williams, na tentativa, nem sempre bem-sucedida, de levar o melhor que se pode conseguir em termos de trabalho intelectual até pessoas para quem esse trabalho não é um modo de vida ou um emprego, mas uma questão de alto interesse para que entendam as pressões que sofrem, pressões de todos os tipos, das mais pessoais às mais amplamente políticas.

Stuart Hall define os Estudos Culturais como um novo campo de estudos em que diversas disciplinas interagem, não havendo constituição empírica de uma nova disciplina. A meta dessa interação interdisciplinar é o estudo dos aspectos políticos, socioeconômicos e culturais que formam sociedades, abarcando múltiplos discursos, em diferentes conjunturas espaciais e temporais, sem a pretensão apriorística de ser um meta-discurso.

Os Estudos Culturais chegam aos Estados Unidos na década de 1960, tendo como mola propulsora os mesmos interesses que tiveram na Inglaterra: a realidade histórica e cultural do país, que naquele momento era o lugar de imigrantes que deixaram suas pátrias.

A classe popular e subalterna a que nos ateremos, neste momento, é a minoria marginalizada representada pela população afro-americana que teve, na década de 1970, teve o ponto de reconhecimento da sua cultura de origem, em decorrência do uso freqüente do adágio *Black is Beautiful* e do ativismo de seus movimentos reivindicatórios.

O momento histórico é marcante para a questão da mulher, pois é o momento em que ela obteve o direito ao voto (1920), que passou a ter direitos, obrigações e mais do que isso, tornava-se sujeito político no novo cenário americano.

Como na Inglaterra, a preocupação dos Estudos Culturais nos Estado Unidos também era a dedicação aos estudos da cultura popular e das classes subalternas.

Segundo a autora canadense Linda Hutcheon (1991, p. 91-92),

[...] as mulheres negras em especial trouxeram para a reordenação ex-cêntrica geral da cultura não apenas uma noção muito precisa do contexto social e da comunidade na qual trabalham, mas trouxeram também aquilo que Bárbara Christian considerou como uma percepção de seu próprio passado particular e histórico como sendo o “fundamento para um autêntico processo revolucionário”. Como mulheres numa sociedade negra (e também branca), heterossexual e dominada pelos homens, escritoras como Alice Walker e Toni Morrison ofereceram alternativas para o outro que é alienado, o

sujeito individual do capitalismo recente, o qual tem sido o tema da ficção burguesa (S. Willis 1985, 214): a história coletiva e uma noção recém-problematizada de comunidade feminina.

Como em toda e qualquer nação, nos Estados Unidos da América, e devemos enfatizá-lo, pois, a história nos prova, conviver com diferenças étnicas é viver entre tensões e conflitos. Tais conseqüências, ora são contidas em seu próprio seio, ora rebentadas em grandes guerras e chacinas.

É sabido que um grande número de imigrantes, vindos de diversas partes do mundo, faz dos Estados Unidos a sua, senão última, tão presente nação. E essa variedade cultural é que faz que lá seja uma das nações onde grandes crises e problemas internos aconteçam e são colocados na pauta da história norte-americana.

Falamos em diferenças étnicas e, ao refletirmos sobre diferença, automaticamente pensamos em aceitação ou não delas. Cada grupo étnico tem suas particularidades, suas características socioculturais, suas identidades. E como pensar então nessa nação norte-americana em que muitos grupos de diferentes etnias convivem, acotovelam-se, misturam-se, aceitam-se ou repelem-se? Pois, afinal, há nesse mesmo espaço uma comunidade maior, a comunidade assumida como padrão, a comunidade branca, dominante, a maioria.

No entanto, percebemos que esse movimento, a constante diáspora àquela terra sonhada como fértil e promissora, tem colocado em dúvida se a maioria ainda é maioria. E se não for ou deixar de ser num futuro próximo, ela ainda será a cultura dominante? Não temos o propósito aqui de responder a essa pergunta, porém é evidente que esses grupos minoritários, na maioria das vezes localizados na margem, estão se tornando centros e tendo como margem uma outra referência. Eles deixam de estar à margem e reconfiguram-se no centro.

Acreditamos que, ao reconhecer que a diferença é um fator vivo e não estático, correremos o risco de, ao ignorá-la, acentuarmos o fato de que a diferença existe; e, se aceitarmos, estaremos também discriminando ao dizer que há uma minoria em relação a uma maioria.

Não temos a pretensão em dar conta dessas complexas relações intra-sociais, porém ao pensar em grupo, em comunidade, logo pensamos em sua constituição, ou seja, todo e qualquer grupo e/ou comunidade são compostos por indivíduos. E cada indivíduo é movido por um desejo de ser reconhecido ou não como x ou y.

Lembramos, então, que, à época em que éramos estudantes na capital inglesa, por várias vezes e em diferentes circunstâncias, convivemos com filhos de indianos que faziam questão de serem assimilados como filhos de indianos, por meio de suas roupas, comidas e crenças. Por outro lado, conhecemos, no colégio onde estudávamos, os coreanos que tentavam, a todo custo, mudar seus traços orientais de forma bastante extravagante, pintando seus cabelos de azul, vermelho e branco, vestindo um estilo muito europeu.

O que pensar diante de tal situação? A diferença deve ser imposta ou a liberdade de cada indivíduo tem que ser respeitada?

De uma coisa temos certeza: não é possível prever, nem arriscar palpites acerca do que será construído com a junção desses diferentes grupos étnicos; que tipo de comunidade será formada? Tais questões não nos impossibilitam de pensar que há um mal-estar rondando o homem contemporâneo.

Tendo em vista que o nosso objetivo, também, é analisar a construção identitária, a exclusão e as relações de poder que perpassam os discursos dos personagens do nosso *corpus*, verificamos a necessidade de nos apoiar em uma teoria sobre a produção da identidade e da diferença.

Assim, trazemos os trabalhos de Tomaz Tadeu da Silva, Stuart Hall, Kathryn Woodward e de Michel Foucault para fundamentar nosso estudo na questão das relações de poder.

3.1 IDENTIDADE, DIFERENÇA, EXCLUSÃO SOCIAL E PODER

É comprovado historicamente que a convivência entre etnias diferentes, na maioria das vezes, senão sempre, gera tensões e conflitos, às vezes implicitamente presentes e outras tantas surgindo em forma de atentados, massacres e guerras civis.

E na contemporaneidade, fatos como esses continuam acontecendo, seja na Inglaterra, em Bangladesh ou em Kosovo. Não importa o tamanho físico ou econômico, toda nação, ou mesmo um continente, possui grupos minoritários que têm cicatrizes deixadas pela marca da diferença.

Os Estados Unidos da América sempre tiveram uma série de etnias, quer por sua herança histórica, quer pelo tão conhecido “sonho americano”. Aquele país constitui, ainda hoje um dos maiores pólos de referência para imigrantes de toda parte do planeta.

Por isso, é tão ordinário ouvir expressões do tipo mosaico americano, ou nação das nações.

Conseqüentemente, grandes conflitos internos surgem e são trazidos para o centro dos grandes debates, graves crises relacionadas com aquela realidade multicultural.

Stuart Hall (2003, p. 50), ao distinguir multicultural e multiculturalismo, afirma que o primeiro é um termo qualificativo que

[...] descreve as características sociais e os problemas de governabilidade apresentados por qualquer sociedade, na qual diferentes comunidades culturais convivem e tentam construir uma vida em comum, ao mesmo tempo em que retêm algo de sua identidade “original”.

E o segundo, é “substantivo, que se refere às estratégias e políticas adotadas para governar problemas de diversidade e multiplicidade, gerados pelas sociedades multiculturais” (HALL, 2003, p. 50).

O debate em torno da etnia tem sido discussão freqüente em comunidades multiculturais, em que as políticas adotadas, muitas vezes, resultam em fatos inesperados. Na Universidade de Mississippi, no ano de 1962, o estudante negro James Meredith, legalmente amparado para freqüentar a Universidade, só conseguiu assistir às aulas depois de ser escoltado por soldados das tropas federais americanas.

Semelhantes fatos culminam em tensões que se acumulam ao longo dos tempos: discriminação e exclusão social, exploração, enfrentamentos étnicos, etc. Na verdade, a história nos habilita a afirmar que soluções para tais questões estão longe de surgir.

O nosso objeto de estudo constitui-se de situações vividas por afro-descendentes nascidos em solo americano e que carregam consigo as marcas trazidas e mantidas por uma sociedade profundamente maculada pelo estigma social, à sua revelia. São pessoas que vivem os dilemas colocados às sociedades multiculturais.

A diferença, seja étnica, religiosa, social, etc., de cada comunidade só pode ser declarada em relação ao oposto, isto é, só existe diferença porque o outro é diferente. Isso posto, significa que a identidade de cada grupo é formada a partir da relação de um grupo com os demais, pertencentes a um sistema maior, a uma nação. Uma identidade cultural não pode ser definida somente por causa do seu aparecimento, pois ela depende de critérios que definem o que é em relação ao que não é.

Se estabelecermos que as identidades só se sustentam a partir de diferenças e que as diferenças só são diferenciais quando distintas em um contexto, concordaremos com Foucault (1986), que afirma serem as identidades construídas no interior de relações de poder. Toda identidade é fundada sobre uma exclusão e, nesse sentido, é um “efeito de poder”. A exterioridade é constitutiva de identidade, e o que falta em um grupo é a presença em outro.

Silva (2000) orienta-nos que o conceito de identidade, a princípio, parece ser uma positividade, uma referência a si mesmo, independente. Segundo ele, a identidade é simplesmente aquilo que se é: “sou brasileiro”.

E numa mesma linha de raciocínio, a diferença também parece ser independente, uma vez que ela é o contrário da identidade, a diferença é aquilo que o outro é: “ele é americano”, e ela simplesmente existe.

O fato relevante é que, embora sejam conceitos diferentes, eles se inter-relacionam, causando dialeticamente uma dependência entre si.

Quando afirmamos: “sou brasileiro”, só o fazemos porque existem outras pessoas que não são. E essa afirmação, portanto, deixa de ser tão transparente ao remeter à idéia de que há muitas outras negações, como: “não sou chinês”, “não sou inglês”, “não sou australiano”.

Compartilhando desse mesmo pensamento, a diferença só deixa de ser transparente, positivista, quando colocada em relação com as afirmações sobre identidade. Ao dizer “ele é francês”, diz-se que “ele não é italiano”. Portanto, certificamo-nos de que as afirmações sobre diferença não são tão tranquilas quanto parecem, pois dependem de uma cadeia de relações que se esconde nas declarações afirmativas sobre outras identidades. Identidade e diferença são, portanto, dependentes uma da outra.

Na carta nº. 76, (WALKER, 1986, p. 228-230), escrita à Nettie, Sinhô, marido de Celie, após saber que ela estaria partindo para Memphis com Docí, diz: “Você é preta, é pobre, é feia. Você é mulher. Vá pro diabo, ele falou, você num é nada” e, Celie ao final desta carta ela Diz: “Eu sou pobre, eu sou preta, eu posso ser feia e num saber cozinhar, uma voz falou pra toda coisa que tava escutando. Mas eu tô aqui” (WALKER, 1986, p. 230). Ainda naquela carta, Celie somente assina Amem.

Na próxima carta nº. 77, (WALKER, 1986, p. 231-237), Celie escreve de Memphis. Lá, Celie passa os dias cuidando da casa de Docí, porém, concomitantemente começa a costurar. Celie diz: “Eu fico sentada aqui pensando no que fazer pra ganhar a

vida e quando eu vejo eu já tô começando um novo par de calça” (WALKER, 1986, p. 235). Nesta carta Celie acrescenta: “Aí Docí quis mais dois par igualzinho ao primeiro. Depois todo mundo da banda dela queria um. Aí começaram a vir pedidos de todo lugar onde Docí ia cantar. Logo eu tava atolada” (WALKER, 1986, p. 236-237).

Os negócios de Celie progridem, e é aberto um ateliê, onde outras mulheres são contratadas para o trabalho. Docí diz a Celie: “[...] vamo botar mais umas mulher aqui pra cortar e custurar, enquanto você fica lá atrás e desenha. Você já ta ganhando sua vida, Celie. [...] Mulher você ta indo em frente.” (WALKER, 1986, p. 237).

Celie, pela primeira vez termina a carta escrevendo seu nome, e mais ainda, Celie termina a carta desse modo: “Sua irmã, Celie. Calças Populares, Ilimitada. Avenida Docí Avery. Memphis, Tennessee.” (WALKER, 1986, p. 237). São nas afirmações destacadas anteriormente que Celie assume sua identidade enquanto mulher negra, feia, mas que está viva, existe e posiciona-se no mundo dos negócios ao escrever, junto a seu nome, o nome de seu estabelecimento comercial. Vemos, por meio de sua própria vontade e também com a ajuda de Docí, a mudança da identidade daquela mulher submissa, sofredora e que se conformava com o que a vida lhe provera. Ao colocar o nome de seu ateliê, Celie se inscreve como mulher profissional, como pessoa jurídica em meio à sociedade branca americana.

Há então a consciência de que identidade e diferença são interdependentes, e isso nos leva a afirmar que elas são produzidas por meio de nossas relações sociais, elas não são coisas que estão por aí, para serem descobertas. Portanto, isso implica dizer que são criadas por meio de atos de linguagem, pois se “sou francês”, confirmamos que “não sou italiano”, e assim a língua torna-se um sistema de diferenças.

A linguagem, como sistema de significação, é, por si, instável pois, como afirma Derrida, “ a linguagem vacila”. Esse fato decorre da idéia de que o signo é um traço, está no lugar de uma coisa concreta ou abstrata. E como ele não coincide com a coisa, não podemos deixar de ter a ilusão de ver no signo a presença (o referente) do conceito. Derrida (1981) afirma, então, que o signo carrega sempre não apenas o traço daquilo que ele substitui, mas também o traço daquilo que ele não é, ou seja, da diferença. Portanto, nenhum signo pode ser reduzido a si mesmo, à identidade.

Como já vimos que a identidade e a diferença surgem de relações sociais, não nos é tirado o direito de dizer que estabelecem uma estreita relação de poder. Afinal, os grupos sociais, ao se dizerem, ao se diferenciarem, marcam a presença do poder, o

poder de incluir-se/excluir-se, demarcar fronteiras (nós e eles), classificar-se (bons/ruins).

Ao afirmar sua identidade, todo grupo marca sua diferença, por meio de critérios de inclusão e de exclusão. Ao declarar “somos mulheres, negras”, há uma inclusão e uma exclusão, concomitantemente das que pertencem e as que não pertencem a esse grupo.

Em nossas análises, atentaremos para questões de identidade e de diferença, onde estão imersos os personagens de Alice Walker, tocando os pontos nos quais tais conceitos nos apresentem a relação de poder pelo viés da inclusão/exclusão; da demarcação de fronteiras; da normalização; e da classificação que os diferentes grupos sociais em *The Color Purple* nos permitem olhar.

Os Estudos Culturais, por conceberem uma certa transgressão de fronteiras culturais, além de encontrarem nos Estudos Literários um aliado na manifestação contrária à unicidade da expressão estética, juntam-se aos Estudos da Tradução que, por séculos, tiveram um caráter tipicamente logocêntrico. A possibilidade do rompimento com o logocentrismo de uma teoria da Tradução é iluminada com a proposta de desconstrução trazida à luz por Jacques Derrida em *A Torre de Babel*, na década de 1970. Derrida destaca a liberdade de o tradutor fazer o seu trabalho, respeitando as diferenças culturais, contrariando o que comumente chamava-se de tradução literal.

A Teoria da Tradução, não menos rebelde projeto teórico do que os Estudos Culturais, passa por diferentes períodos. O primeiro, fortemente influenciado pela teoria dos polissistemas, provoca grandes discussões sobre a equivalência, que negava qualquer relação entre os textos fonte e alvo. O segundo traz em seu bojo a utilização de uma linguagem figurativa. É o período em que a teoria dos polissistemas é retirada de cena, e as metáforas refletem o papel e o *status* da tradução. O terceiro período dos Estudos da Tradução, período contemporâneo, caracteriza-se, especialmente, pelas reflexões desenvolvidas por Derrida em seu ensaio *Torres de Babel* (publicado em 1985), que é a leitura feita por esse autor de Walter Benjamin. Segundo Derrida (2002, p. 24), o que “constitui o texto é a formulação de uma idéia, de um significado, ou seja, ele próprio, é uma tradução”.

Muitas leituras foram feitas em nossa busca na delimitação de uma teoria que contemplasse nossos estudos e, entre os mais diferentes trajetos percorridos em relação à análise do ato tradutório, refletimos sobre algumas que têm sido usadas durante séculos, no que se refere à definição da natureza da tradução ao longo da história.

Dentre elas, nos deparamos com aquela cujo conceito de fidelidade é substituído pelo conceito de pluralidade e a “originalidade” é afrontada por abordagens maiores, de ordem cultural.

Não é nosso objetivo, neste momento, discutir a respeito das diferentes e conflitantes abordagens teóricas dos Estudos da Tradução, mas devemos sim, posicionamo-nos em relação a uma abordagem que contemple nossas análises. Decidimos, então, nos apoiar nos pontos de intersecção “arrojanos”, “ottonianos”, “derrideanos” e “basnettianos”. Pertinente também será lançar um olhar sobre a abordagem que Márcio Seligmann-Silva (2005) nos indica em *O local da diferença*, particularmente quando aporta uma série de conceitos (ou, como diz o autor, de “anti-conceitos”), como os de “identidade como oscilação”, que trazem à tona “a vertigem da identidade enquanto processo sem fim e sem fundo” e abrem brechas para um entendimento novo, não compartimentado, da experiência cultural.

Nosso objetivo é travar um diálogo em que tradução e cultura possam se tocar mutuamente na obra *The Color Purple*, objeto deste estudo.

4 À GUIA DE UMA TRADUÇÃO CULTURAL

Na tradução, as frustrações cotidianas do escrever assumem uma forma explícita, projetada para fora. Se somos impotentes, é porque nossa “mãe” é inadequada. No processo de tradução de uma língua para outra, a cena de castração lingüística – que não é nada mais do que uma cena de tradução impossível, mas inevitável, e que normalmente acontece às escondidas, atrás do cenário consciente – é representada no centro do palco, evocando medo, pena e a ilusão de que talvez tudo tivesse sido melhor se pudéssemos simplesmente ter ficado em casa (JOHNSON, 2005, p.30-31).

Propomos, aqui, um comentário sobre a narrativa que apoiará a proposição teórica acerca da tradução como marca da diferença entre culturas, a política e a história americana e africana, como mecanismo chave, para que possamos entender o procedimento constituinte que é instituído no intercâmbio entre Alice Walker, a escritora de *The Color Purple* e a sociedade norte-americana. Trazemos à luz as reflexões de Paulo Ottoni em *Tradução: A prática da diferença* (2005) como deslocamento da tradução do seu lugar de atividade de segunda linha.

Qualquer trabalho científico que discorra a respeito da tradução não deve desconsiderar o projeto de desconstrução de Jacques Derrida, que pode ser visto como

uma tentativa de provar a instabilidade da tese da intraduzibilidade e que, além disso, procura mostrar como alguns conceitos que foram de extrema importância na história da filosofia, como *pharmakón*, se perderiam caso tivessem sido traduzidos. Sua proposta é discutir a possibilidade de existir uma “tradução de sentido próprio”, e conforme ele mesmo afirma haveria de se pressupor

[...] que existe uma língua, que existe uma tradução no sentido próprio, ou seja, como passagem de uma língua em uma outra língua; e se a unidade do sistema lingüístico não está assegurada, toda esta conceituação em torno da tradução (no sentido dito “próprio” da tradução) está ameaçada (DERRIDA, 1982, p. 134).

Derrida, ao analisar a descrição sagrada sobre o acontecimento da torre de Babel, percebe que ele é o mito de origem da necessidade da tradução, da ampliação. E ele conclui: “Esta história conta, entre outras coisas, a origem da confusão das línguas, a multiplicidade dos idiomas, a tarefa necessária e impossível da tradução, sua necessidade como impossibilidade” (DERRIDA, 1987, p.203).

Esse autor afirma que a tradução não é tida como um acontecimento de segunda classe, ou que deriva de um texto original. A dicotomia entre original e tradução, fonte e alvo é extinta. Que uma outra palavra seja encontrada ou criada em outra língua, que tenha um mesmo significado, que haja a possibilidade de trânsito de uma palavra a um outro local, esta é a possibilidade da desconstrução.

Pela enorme contribuição e pela transposição de fronteiras como as oferecidas por Derrida e outros estudiosos é que, nos últimos anos, a teoria da tradução tem experimentado um frenesi e gradativamente tem conseguido ganhar terreno significativo dentro das discussões e reflexões, tanto fora quanto dentro das academias.

Temos, atualmente, convivido com tensas tendências, que dizem respeito às diferenças históricas e culturais e com rupturas de fronteiras regionais, nacionais e internacionais, por causa da globalização. Tais rupturas de fronteiras, geradas pela internacionalização, têm causado um nivelamento de diferenças e forçado a um modelo de homogeneização.

Segundo Seligmann-Silva (2005), os discursos pós-coloniais têm tentado articular uma modalidade de tradução baseada na ética da diferença: o passado deve ser reatualizado ou descrito em todo respeito com relação às suas particularidades, do modo mais literal possível; por outro lado, há consciência dos limites da tradução e desse ideal

de literalidade, sabendo-se que essa tarefa, como qualquer outra interpretação, é determinada pelas lutas, modos de ver, relações de poder e hierarquias do presente.

A década de 1980 foi a de consolidação da disciplina conhecida como Estudos da Tradução. Durante todos os anos 1980, os interesses pela teoria e prática cresceram constantemente. Nos anos 1990, os Estudos da Tradução, finalmente se concretizam, provando ser a década de sua global expansão. Antes considerada como atividade marginal, a tradução começou a ser vista como um ato fundamental na troca das experiências humanas. É o fim da dicotomia entre original e tradução, fonte e cópia. De um segundo plano para o primeiro, é como se ela deixasse de estar no lugar de um ator coadjuvante, assumindo o papel de protagonista.

A mídia eletrônica atingiu seu mais alto posto nos anos 1990 e suas implicações para o processo de globalização destacam questões a cerca da comunicação intercultural. A globalização tem suas antíteses, como é mostrado para o mundo todo, no ressurgimento de interesses pelas origens culturais e pela exploração em questões de identidade. A tradução tem, portanto, um papel decisivo em ajudar no entendimento de um mundo que não consegue esconder mais sua fragmentação. O tradutor, como o estudioso irlandês Michael Cronin (2006) tem apontado, é também um viajante, alguém que está envolvido em viagens de uma fonte para outra.

O século XXI promete ser a grande era da viagem, não somente através do espaço, mas através do tempo. Sabemos que maior ênfase tem sido colocada na desigualdade da relação de tradução, com escritores como Gayatri Chakravorty Spivak, Tejaswini Niranjana e Eric Chefitz, argumentando que a tradução foi efetivamente usada no passado como um instrumento de dominação colonial, um meio de privar os colonizados de sua própria voz. Para o modelo colonial, uma cultura é dominante e as outras são subservientes.

Na fase do colonialismo, os conceitos oferecidos aos colonizados eram baseados na noção de que havia uma cultura superior que se apossava de uma inferior, de que havia um original, sempre visto como superior às cópias coloniais. Por isso, a questão da inferioridade da tradução ter sido fadada a uma posição de inferioridade em relação à fonte da qual deriva.

Com base nos dados a seguir, exemplificamos com trechos de *A Cor Púrpura*:

[...] O território inteiro, incluindo a aldeia dos Olinka, agora pertencia a um comerciante de borracha da Inglaterra. À medida que ele ia se

aproximando da costa, ele (o chefe da aldeia) se surpreendia vendo centenas e mais centenas de nativos como os Olinka limpando a floresta de cada lado da estrada, plantando a seringueira. [...] Mas o pior ainda estava para ser contado. Já que os Olinka não eram mais os donos de sua aldeia, eles teriam que pagar um aluguel por ela, e para usar a água, que também não pertencia mais a eles, teriam que pagar um imposto (WALKER, 1986, p. 188-189). CP R23

[...] os índios Cherokee que viviam na Geórgia foram forçados a deixar suas casas e andar, pela neve, para os campos de reassentamento no Oklahoma. Um terço deles morreu no caminho. Mas muitos deles se recusaram a deixar a Geórgia. Eles se esconderam como pessoas negras e com o tempo eles acabaram se misturando com a gente (os afro-americanos) (WALKER, 1986, p. 258). CP R24

Constatamos nos exemplos que o colonialismo inglês impusera sua cultura e a dominação econômica pela força, tanto na África quanto na América do Norte. Na África, aldeias são destruídas, seringueiras são plantadas, eles (os ingleses) tornam-se os donos da terra. Por intermédio dos léxicos “agora pertencia” e “não eram mais os donos da terra”, concluímos que o dono torna-se empregado; a fonte de toda a riqueza natural torna-se alvo dos lucros do colonizador. Na América do Norte, os donos da terra, os índios, também são forçados a deixar suas propriedades. Dos proprietários que restaram, passam a empregados. O colonizador não ouve os colonizados, e quando falam, “falam coisas estúpidas. Por que vocês não falam nossa língua?” (WALKER, 1986, p. 261).

Numa relação metafórica, os colonizadores, por seu *status*, acreditam ser a origem do progresso, a fonte, e muito além dessa crença, hostilizam os colonizados, denominando-os cópias de reprodução de riquezas, alvos de dominação.

Numa visão pós-colonial, a relação entre os textos fontes e alvos é repensada. Depende de o escritor fixar as palavras em uma forma ideal e intocável, sendo tarefa do tradutor liberar aquelas palavras das suas restritas fontes de linguagem e permiti-las viver novamente nas línguas para as quais foram traduzidas.

Baseados nessa nova visão, observamos que antigos argumentos são revistos, pois a necessidade de ser fiel ao original começa a se dissolver.

O tradutor é visto então como um profissional que libera o texto dos signos fixados em seu modelo original, fazendo com que a fonte não subordine necessariamente o que se traduz, empenhando-se em diminuir o espaço entre o autor/alvo e o texto.

A abordagem da tradução no período pós-colonial vê a troca lingüística como essencialmente dialógica, como um processo que acontece em um espaço que não pertence nem a fonte, nem ao alvo.

Hoje, no século XXI, a política, a geografia e os limites culturais são estabelecidos como mais instáveis, flexíveis e menos restritos do que em qualquer outra época da recente história; a movimentação das pessoas para além dos seus limites está aumentando cada vez mais. Neste mundo, o papel do tradutor assume uma significância maior. Essa é a razão pela qual a tradução é tão vivamente discutida. Mal podemos imaginar o potencial da tradução com a expansão da World Web Wide (WWW), *A Grande rede Mundial*. E como as traduções eletrônicas se tornam mais sofisticadas, os Estudos da Tradução precisam se desenvolver ainda mais.

Esse contato acelerado e intenso entre culturas solicita a discussão e o aprofundamento nos estudos da tradução. Arrojo, em seu polêmico livro *Oficina de tradução*, subverte a visão do processo tradutório, afirmando não haver um texto “original” em que se basear, pois toda leitura é tradução, é projeção, é criação de significados. A autora revoga a fronteira entre textos científicos e literários, argumentando que os textos não têm características intrínsecas que os definam como um tipo ou outro. Os textos não diferem em si, o que difere é a maneira como são lidos: “a tradução será sempre produto daquilo que somos, sentimos e pensamos”. (ARROJO, 2005, p. 44).

A “polêmica” vai além, e atinge a Semântica, quando Arrojo afirma que uma palavra, uma frase, não têm significados inerentes, pois o leitor/tradutor é que projeta nelas alguma significação. Elas se significam quando contextualizadas, quando o sujeito/leitor/tradutor e o objeto/texto se fundem, confundindo se na produção de significado.

Com base em *The Color Purple*, exemplificamos a seguir:

When we returned home everyone seemed happy to see us. When we told them our appeal to the church and the Missionary Society failed, they were disappointed (WALKER, 2004, p. 218).¹¹ CP R25

The man us knowed as Pa is dead.
How come you still call him Pa? Shug ast me the other day (WALKER, 2004, p. 220).¹² CP R26

¹¹ Quando nós voltamos para casa todo mundo parecia feliz por nos ver. Quando contamos para eles que o nosso apelo à igreja e à Sociedade Missionária havia fracassado, eles ficaram muito desapontados (WALKER, 1986, p. 264).

O CP R25 é escrito por Nettie, uma missionária afro-americana, estudada no Colégio Spelmam, e o CP R26 é escrito por Celie, semi-analfabeta. Chamamos a atenção nestes recortes ao uso do inglês padrão americano dos verbos regulares “returned”, “seemed”, “failed”, empregados por Nettie, e também ao uso do pronome objeto “us”, em favor do uso do *Black English* por Celie em “ast” (asked) e do pronome objeto “us” utilizado com a função de pronome sujeito. Ressaltamos aqui que a presença do *Black English* na escrita de Celie não se dá por questões de escolha, mas por ser o seu único e último recurso.

Celie é ensinada por Docí – uma pessoa de sua comunidade, enquanto Nettie, é ensinada por seus guardiões, missionários que se socializaram numa cultura dominante. Nas longas e intermináveis cartas de Nettie, visivelmente sem empolgação, se comparadas às cartas de Celie, ouvimos os sons que vêm da língua dos mentores de Nettie. Walker parece insinuar que o idioma vernacular de Celie, porque é particular dela, é o “mais natural”, o “mais saudável para amenizar o sofrimento”, é uma inspiração divina. Vejamos dois recortes que seguem, o primeiro de Nettie e o segundo de Celie:

So when Corrine and Samuel asked me if I would come with them and help them build a school in the middle of África, I said yes. But only if they would teach me everything they knew to make me useful as a missionary and someone they would not be ashamed to call a friend. They agreed to this condition, and my real education began at that time (WALKER, 2004, p. 119).¹³ CP R27

But I just say, Never mine, never mine, long as I can spell G-O-D I got somebody along (WALKER, 2004, p. 19).¹⁴ CP R28

Linguísticamente, consideramos a existência de uma variação intra-lingual nítida, e que um leitor busca a significação, ou o motivo considerado pelo autor ao incluí-lo no texto. Textualmente, consideramos que neste texto não há nada reconhecido

¹² O homem que a gente conhecia como Pai tá morto. Como é que eu inda chamo ele de Pai? Docí me perguntou isso outro dia (WALKER, 1986, p. 267).

¹³ Então quando o Samuel e a Corrine perguntaram se eu iria com eles ajudá-los a montar uma escola no meio da África, eu disse que sim. Mas só se eles me ensinassem tudo que sabiam para que eu fosse útil como missionária e para que eles não tivessem vergonha de me ter como amiga. Eles concordaram com esta condição, e a minha verdadeira educação começou aí (WALKER, 1986, p. 151).

¹⁴ Mas eu só disse, Num importa, num importa, enquanto eu puder escrever D-e-u-s, eu tenho alguma coisa (WALKER, 1986, p. 29).

enquanto signo de outro significado, pois o leitor pode aplaudir qualquer elemento para a projeção de um significado, para desenvolver uma interpretação coerente, sem considerar a transgressão das normas padrão da língua como um vestígio de algo não dito explicitamente pelo autor.

Arrojo (2005) considera que são as expectativas dos leitores, enquanto participantes de uma comunidade interpretativa, que diferenciam os textos, e sua leitura/tradução é fiel às concepções da comunidade em relação ao que é poético ou científico e aos objetivos daquela tradução específica. A produção de uma leitura/tradução não está atrelada a característica textual alguma, mas às convenções da comunidade a que o leitor/tradutor pertence.

Não encontramos limites entre o que é dito e o que não foi dito, pois todo significado torna-se projeção, criação do leitor/tradutor. E este não tem acesso ao texto “original”, pois é ele o autor/criador de sua leitura, de sua tradução, do significado que é produzido.

Linguisticamente, descartamos as marcas formais enquanto marcas detectáveis, pois não passam de escolhas feitas pelo leitor/tradutor naquele momento, ao projetar um significado. A gramática, portanto, não serve de vestígio, como marca que oriente o leitor a descobrir o que foi dito pelo autor, ou do que é por ele sugerido. Não há características estáveis para o leitor na distinção e na determinação de significados; ele é que o faz.

A abordagem de Arrojo seduz o leitor criador ao colocar consideráveis marcas como formais e explícitas, as quais só são percebidas por aqueles que as querem ver e que não estão no texto como marcas do dito ou como pistas para a descoberta do não dito.

Sua abordagem liberta o leitor/tradutor da opressão do que é dito pelo autor de um texto “original”, e o lado humano/cultural do tradutor entra em cena, com seus desejos de criação e de produção. Porém, podemos dialeticamente perceber a troca de papéis dos sujeitos escritor/tradutor e do leitor/tradutor, pois há nessa abordagem, também, o risco de se colocar em poder desses últimos a unicidade de produção de significação.

Com base nas leituras de Arrojo, verificamos que ela coloca o leitor/tradutor como o produtor do significado, como quem decide, e mais, qual é o papel do autor em sua produção.

Por outro lado, há abordagens opostas, como as de Nida (1964) e Theodor (1976), de base lingüística, que colocam o autor do texto “original” como o produtor do significado e o leitor/tradutor como o responsável em alterar o sentido dado pelo autor. Tais abordagens consideram que o tradutor não é neutro, totalmente objetivo, ou impessoal; ele faz parte do contexto cultural em que vive, mas precisa reduzir ao mínimo sua intromissão na intenção do autor, não devendo transmitir suas próprias impressões, suas próprias sensações.

Portanto há autores que consideram que o dito explícito pelo autor deve ser salvaguardado contra os desejos do tradutor; e por outro lado, Arrojo (2005) considera que não há características formais e explícitas em textos; a maneira como são lidos é que faz que um leitor/tradutor lance significados; a leitura pode, ou não, sofrer determinadas associações.

Prestar atenção ao diálogo cultural mediado pela prática da tradução desvela que a tradução é um instrumento que direciona a leitura e a interpretação, e assim aproximamo-nos da criação de um outro texto ao estabelecer o diálogo entre as culturas de origem e de chegada. Tal reescritura efetivada por meio do diálogo cultural dos descendentes africanos com diferentes povos nativos americanos representa, para estes estudos tradutórios, um amplo e produtivo campo de investigação, pois se trata de uma cultura de colonizado, de subalterno, de margem impressa numa cultura de colonizador, de padrão, de branco e de centro.

Talvez, o maior bem que a tradução tem proporcionado à contemporaneidade é a projeção de uma literatura que, de maneira eficaz e eficiente, vai se estruturando, como é o caso da literatura afro-americana feminina, que tem conquistado um espaço cada vez mais fértil desde 1983, quando Alice Walker recebeu o Prêmio Pulitzer, e em 1993, quando Toni Morrison recebeu o Prêmio Nobel de Literatura.

Teóricos contemporâneos brasileiros como Paulo Ottoni, Rosemary Arrojo, entre outros, têm afirmado que a tradução se constrói numa relação de dependência, pois não há uma relação de oposição (tradução vs original), nem uma relação de igualdade (tradução = original), porque os significados e os valores se constituem de acordo com as convenções de uma comunidade sociocultural.

Pesquisas recentes e também antigas vêm reforçar essas reflexões quando resultados apontam para o fato de que a tradução não é um processo inter-lingual, mas uma atividade inter-cultural. Há uma estreita e comprometida via entre tradução e Estudos Culturais. O ato da tradução envolve, entre outras coisas, a transferência

cultural e, dependendo da distância entre as diferentes culturas, problemas de diversas ordens tornam-se maiores ou menores. Isso se deve ao fato de que a tradução, dialeticamente, provoca mudanças e possibilidades de integração, mas também promove conflitos de ordem social, cultural, ideológica e política.

Existe na Inglaterra, na Universidade de Warwick, um renomado Centro de Estudos Culturais e de tradução chamado *Centre for Translation and Comparative Cultural Studies* (CTCCS), que tem alcançado alto nível de qualidade, pois sua abordagem focaliza a transferência cultural na tradução, por meio de estudos interdisciplinares e inter-culturais.

Susan Bassnett (1993), pesquisadora britânica que tem participado de investigações interdisciplinares, entre outras, sinaliza que a tradução de textos pós-coloniais, ao trabalhar vozes silenciadas, margem e centro, é abordada a partir de pontos de vista inovadores, reunindo a teoria pós-colonial e os Estudos da Tradução. A autora examina as relações entre língua e poder, ao longo das fronteiras culturais, e revela o papel vital da tradução na redefinição dos significados de cultura e de identidade étnica.

Compartilhando da idéia de que traduzir implica traduzir culturas e não línguas, a posição do tradutor se compara à do autor pós-colonial, pois ambos descrevem a cultura e suas tradições como meta-texto, um no ato de (re)escrever e ou outro do ato de criar literatura. O ponto de referência do tradutor é preciso e delimitado em seu trabalho, assim como o escritor o tem, uma vez que traz em seu bojo referências, literárias ou não, que (re) escreve ao seu modo. As apropriações, transposições e deformações que constituem as ferramentas envolvidas no processo de criação são inerentes à literatura e à tradução. A tradução não se limita somente ao campo de estudos da recepção de um autor ou de uma obra em literatura, mas ao próprio estudo da literatura. A tradução, além disso, alimenta a criação e a tradição literária. Se as línguas são diferentes, traduzir significa levar em conta essa diferença.

Dentro desse panorama, observamos o diálogo, na contemporaneidade, dos Estudos da Tradução e dos Estudos Culturais por parte dos intelectuais preocupados com essa(s) disciplina(s), com o intuito de dar vida nova a este campo da pesquisa.

Nos Estados Unidos da América, com a facilidade com que os textos emergem, em decorrência da rede virtual, embora já exista desde a década de 1950, algumas editoras pouco conhecidas no mercado têm publicado textos de militantes envolvidos em movimentos de Direitos Civis, que conseguiram despontar no cenário americano e ganharam direito a voz e espaço para serem ouvidas. E nesse processo, conseguiram

falar de outros lugares, de editoras oficiais e conhecidas, chegando até o Prêmio Nobel da Literatura, como foi o caso de Toni Morrison, e ao Prêmio Pulitzer oferecido a Alice Walker com sua obra *The Color Purple*.

É especialmente nesse contexto que o quadro do cânone literário passa por novas referências e por rupturas, pois as editoras começam a publicar desenfreadamente textos de escritores cujos trabalhos ainda não passaram pelo crivo da valorização literária, porém, quando aprovados, são traduzidos de imediato.

Atualmente, encontramos em livrarias, bibliotecas universitárias e em públicas, títulos traduzidos de Alice Walker, Toni Morrison, Maya Angelou, por exemplo. Portanto, não podemos deixar de mencionar o papel decisivo que a tradução tem, de forma explícita ou não, ao falarmos de África, afro-americano, imigração africana. É fundamental termos a lucidez de que há redes de poder envolvendo as traduções, atualmente mais do que nunca.

Está claro que a tradução não pode ser meramente a substituição de um vocábulo do texto original por outro da língua traduzida, pois sabemos que se corre o risco de um mascaramento das condições em que o texto foi produzido e das relações de comunicação da informação. Tal fato é recorrente hoje, por causa da rapidez com que as informações transnacionais, por meio dos veículos tecnológicos, atravessam oceanos e trafegam por espaços em que o processo de negociação das diferenças lingüísticas é ignorado e o papel da tradução é negligenciado.

Algumas questões atravessam o nosso quadro investigativo: quanto de uma cultura pode se exprimir em palavras? Quanto de uma cultura pode ser comunicado por meio de palavras que nasceram em outra língua?

Ao traduzirmos qualquer texto, literário ou não, somos fiéis ao texto original ou àquilo que interpretamos do texto de partida, que será sempre fruto daquilo que somos, sentimos e pensamos? Há uma “tradução literal” ou fazemos traduções que respeitam os contextos culturais do seu fazer e da sua recepção?

4.1 TRADUZIMOS TEXTOS OU DISCURSOS?

Quando alguém narra uma história pessoal marcada pelo encontro de línguas, depara-se com situações que deslizam, misturam e confundem. Muitos já tiveram, e continuam tendo, dúvidas se precisavam puxar ou empurrar a porta ao entrar num restaurante quando se deparou com a palavra *push*. Por outro lado, ao dirigir-se a uma

torneira em um banheiro de um *shopping center*, não deva ter tentado empurrá-la ou girá-la para que pudesse lavar as mãos, ao ler *pull*. Como não pensar em pessoas que, por algum motivo, não atentaram para os mortais inimigos chamados falsos cognatos e se limitam a fazerem suas correspondências maternas de forma livre?

Inicialmente, admitimos que seja uma tarefa não lógica e não muito fácil de compreender, por exemplo, que os provérbios a seguir: (1) “It’s raining cats and dogs”, (2) “Every cloud has a silver lining”, (3) “Cross your fingers”, (4) “Charley Horse”, (5) “Go and eat cake”, entre outras, só serão considerados enunciados (e não meras frases), só terão sentido, segundo a teoria dialógica de Bakhtin, quando consideramos seus autores, aqueles que os disseram, e de que elas são ditas, ou enunciadas, num dado contexto, o que modifica o que é dito, mesmo que usemos as mesmas palavras.

Tentar traduzir os provérbios, do inglês para o português, seria uma tarefa complicada, haja vista que teríamos: (1) Está chovendo gatos e cachorros, (2) Toda nuvem tem um linha prateada, (3) Cruze seus dedos, (4) Cavalo Charley e (5) “Vá e coma bolo”, respectivamente. Qual é o sentido que eles trazem? Se atentarmos para essas traduções, concluiremos que somente o provérbio número três é portador de significação para os falantes da língua portuguesa, que o usam em situações em que se deseja boa sorte para alguém, sucesso.

Uma vez que entendemos como os sentidos são definidos entre os protagonistas do discurso, ou seja, de que, por exemplo, o número um equivale a dizer em português “está chovendo torrencialmente”, quando isso significa dizer: “uma chuva muito forte está caindo”; de que o número dois equivale a dizer: “toda situação ruim tem seu lado positivo”; de que a de número quatro é equivalente a “ter câibras nos músculos”, a tradução atinge a sua concretude. Quem poderia imaginar que a expressão (5) não é um convite a um lanchinho, mas uma expressão de raiva?

E os americanos, ingleses e outros, qual não seria a suposta dificuldade para dizer, em inglês, saudade, caíçara, descer do salto?

Dois caminhos se permitem: (1) traduzindo frases e não discursos, estaríamos sendo fiéis aos autores que produziram tais enunciados para um público pertencente à mesma comunidade; e (2) se traduzirmos o que eles significam para a nossa comunidade, o discurso, estaríamos no papel de leitor/tradutor, lendo/traduzindo para um outro interlocutor que não é o mesmo da comunidade de “origem” do texto de partida. Portanto, o tradutor é, ao mesmo tempo, um leitor e um locutor que assume a posição de autor que se dirige a outro público.

Posto isso, pensamos que a tradução literal seria possível, porém desnecessária, pois para que nos servem frases sem sentidos? Por outro lado, sabemos que há uma possibilidade de se traduzirem discursos. E se o discurso é uma construção social, não individual, e que somente pode ser analisado quando consideramos seu contexto sócio-histórico, suas condições de produção, significa ainda dizer que ele é uma visão de mundo determinada, necessariamente ligada à do(s) seu(s) autor (es) e à sociedade onde vive.

Outro aspecto que gostaríamos de abordar diz respeito à “origem”, termo que mencionamos anteriormente para nos referir ao texto “original”. E quando assim o tratamos, parece-nos que a tradução impõe à outra língua, à língua para a qual se traduz, a língua alvo (LA), uma obviedade que não lhe pertence e, por outro lado, o desinteresse que leva a julgar o público do texto traduzido “original” e impõe à língua da qual se traduz, à língua fonte (LF), uma sistematicidade que não é a dela.

Por isso, nos posicionamos ao lado das teorias que assumem o papel de tradutores de discursos e não de textos. E se nos fosse perguntado qual é a diferença entre um e outro, teríamos a convicção de afirmar que o texto é o objeto material que quando tomado e produzido por um sujeito torna-se enunciado, um discurso atualizado em contexto. Só há sentido para o texto quando é discursivizado; antes disso, ele é somente um grande leque de possibilidades de sentido.

O discurso, em seu turno, é a produção de sentidos, articulado dialogicamente às suas condições histórico-sociais de produção, constituindo-se com outros discursos. O discurso não deve ser confundido como texto, pois o segundo só faz sentido quando sabemos quem o escreveu/disse o quê e para quem e em que situação.

Conforme afirmamos anteriormente, a produção do discurso nasce do ato de um sujeito na interação com, pelo menos, outro sujeito, sendo cada um deles intermediário entre os sentidos socialmente possíveis e os sentidos que emergem da interação. Segundo Pêcheux (1990), todo sujeito sabe o que pode e o que deve ser dito/escrito num determinado lugar e, ao enunciar seu discurso, ele se coloca no lugar de seu ouvinte/leitor, a fim de adiantar-lhe uma “resposta”, o que significa que “sua habilidade de imaginar, de preceder o ouvinte é, às vezes, decisiva se ele sabe prever, a tempo, onde este ouvinte/leitor o ‘espera’” (PÊCHEUX, 1990, p. 77).

No âmbito dessa abordagem, um texto da LF que recorre a um provérbio, a fim de demonstrar, de modo mais concreto, uma questão cultural pode ser legitimado pela tradução de um outro provérbio, mais conhecido pelo público da LA, desde que o

sentido discursivo não altere, no caso, a concepção que tem o autor sobre a questão cultural envolvida. Com isso, muda-se a materialidade do texto sem prejuízo da fidelidade, ao querer-dizer do autor. Isso pode ser comprovado ao traduzir-se o provérbio número 3, do inglês para o português, o já citado “Cross your fingers”. Nesse caso, a tradução em português, “Cruzar os dedos”, não sofre prejuízo de sentido, pois, tanto para o público da LF quanto para o público da LA, há um mesmo significado cristalizado no seio dessas duas diferentes comunidades lingüísticas e de diferentes culturas.

Cúmplices da idéia de que a especificidade da tradução reside no fato de que o discurso passa a ter, primeiramente, além de locutor/escritor e dos seus interlocutores/leitores “originais”, um interlocutor/leitor que também é locutor/escritor (o tradutor) e outro grupo de interlocutores (os leitores da tradução), o discurso de Alice Walker, em *The Color Purple*, ao ser traduzido, não pode incorporar diretamente esse outro grupo de interlocutores (falamos aqui dos americanos), assim como o discurso criado pela tradução não pode incorporar os leitores do “original” (os afro-descendentes).

Chegamos então a um ponto relevante da discussão a respeito do uso que a autora Alice Walker faz do *Black English* ao escrever um romance dentro de um contexto americano. Walker, a autora, escreve para um público. Qual é esse público? Quais são os leitores “originais”? Quem é o leitor que também é tradutor? Quem é o outro grupo de interlocutores, ou seja, os leitores da tradução?

Você, que está lendo esta dissertação, deve ter percebido que refletimos sobre a tradução que ocorre dentro de uma mesma comunidade lingüística, a esclarecer, nos Estados Unidos da América, entre afro-americanos e americanos. Walker subverte, não somente as normas da língua tidas como padrão, mas também subverte a *ordem do discurso* cultural de um povo. É do *Black English* que estamos falando.

CAPÍTULO 3

AFRICAN AMERICAN VERNACULAR ENGLISH (AAVE): UMA MATERIALIDADE LINGUÍSTICA

There is not a single sentence structure in Black English that is traceable to West African Languages... We would die trying to find any African language that worked anything like Black English. On the other hand, if we went to England and took a train into the countryside, we would find much of what we were looking for.

(John McWhorter, 1998, p. 174-175)¹⁵

Enquanto a questão se o *Black English* é um dialeto do inglês ou uma língua separada ainda fascina o público, outras questões têm mantido estudiosos em discussões nos últimos trinta anos: como o *Black English* tornou-se o que é e qual é o seu rumo?

Alguns estudiosos sustentam que o Vernáculo Africano Americano (VAA) traz a marca das línguas africanas faladas por escravos que foram para a América do Norte entre os séculos XVII e XIX. Outros mantêm a posição de que a arrasadora experiência dos escravos aniquilou a maioria, senão todas, as tradições lingüísticas e culturais africanas, e que a aparente e distinta característica do *Black English* vem de dialetos ingleses falados por brancos (britânicos), camponeses e criados, que se encontraram com os africanos na América. Para muitos estudiosos, a questão central não é a “ausência de africanidade” no vernáculo negro, mas sua marca *não-crioula*¹⁶ - se sempre foi tão diferente do inglês padrão quanto das variedades *crioulas* faladas hoje em lugares como a Jamaica, Trinidad, Guyana e Barbados, ou se sempre foi influenciado por eles.

A pergunta mais recente, feita nos últimos quinze anos, diz respeito se o VAA atualmente diverge ou afasta-se muito do vernáculo branco e do inglês padrão. De acordo com uma hipótese aventada por nós, algumas das características lingüísticas mais importantes do *Black English* desenvolveram-se somente no século XX, quando os negros migraram do norte e do oeste para áreas segregadas e carentes, próximas aos centros das grandes cidades, e o inglês deles tornou-se cada vez menos parecido com o dos brancos.

¹⁵ “Não há uma única sentença no *Black English* que tenha vestígio nas línguas do oeste africano... Nós morreríamos tentando encontrar alguma língua africana que funcionasse de alguma forma parecida com o *Black English*. Por outro lado, se fôssemos para a Inglaterra e tomássemos um trem em direção ao interior, encontraríamos muito do que estamos procurando” (McWORTHER, 1998, p. 174-175. Tradução nossa).

¹⁶ Uma língua crioula é a combinação de uma língua européia com uma ou mais línguas; e usada principalmente entre pessoas que não falam bem a língua uma das outras.

Se essa hipótese for confirmada, o futuro acena como uma cisão ainda maior entre essas variedades, a menos que o dividido continente americano de brancos e negros reverta essa deriva. Se tivéssemos uma máquina do tempo equipada com gravadores e videocâmeras, poderíamos responder a essas questões sobre o desenvolvimento do *Black English*. Em vez disso, devemos procurar sua origem considerando as evidências de vários tipos:

a - Informação sócio-histórica sobre quantos, quando e como os negros entraram em contato com os brancos –, o que nos permite avaliar se as condições nos Estados Unidos foram iguais à dos países caribenhos, onde características africanas foram mais conservadas.

b - Amostras de falas dos negros de anos anteriores (século XVII), os quais infelizmente, não são tão numerosas ou tão antigas.

c - Comparações do *Black English* atual com as línguas do oeste africano (Gâmbia, Libéria, Nigéria, Serra Leoa).

d - Comparações com o inglês caribenho;

e - Comparações com dialetos coloquiais ingleses dos brancos, especialmente no Reino Unido, mas também nos Estados Unidos;

f - Evidências da diáspora africana americana – por exemplo, a Libéria, Samaná (na República Dominicana) e Nova Escócia, para onde os africanos americanos emigraram nos séculos XVIII e XIX;

g - Comparações das falas de idosos, de sujeitos de meia-idade e mais jovens africanos americanos – que dá suporte sobre como o *Black English* evolui hoje.

Optamos por uma viagem de retorno ao tempo na história dos afro-americanos, tentando concentrarmo-nos em fatos sócio-históricos relevantes no desenvolvimento do *Black English*.

Segundo John Russel Rickford (2000), as primeiras centenas de africanos, trazidos para os Estados Unidos no século XVI, por volta de 1526, formavam parte da expedição da colonização espanhola que tentavam estabelecer-se na Virgínia. Mas no que diz respeito ao desenvolvimento do inglês afro-americano, a colonização do continente americano pelos ingleses ser deu de maneira contundente. Tal colonização não começou antes do século XVII, com o estabelecimento bem sucedido em Jamestown, na Virgínia, em 1607. Doze anos mais tarde, os colonizadores de Jamestown contrataram vinte africanos como servos. Esse contrato era um arranjo feito com a maioria dos criados brancos e trabalhadores que vieram para a América, e

implicava o trabalho por um período de geralmente, cinco a dez anos. Após expirar esse período, o trabalhador podia receber a terra e ser livre para trabalhar para si mesmo.

Por volta de 1651, quando o período de serviço havia prescrito, as terras foram designadas a alguns negros da mesma maneira que tinham sido designadas a alguns brancos que haviam terminado seu contrato. No final do século XVII, treze colônias britânicas haviam se estabelecido ao norte do continente americano: as colônias da Nova Inglaterra.

Embora os negros estivessem presentes em cada uma dessas colônias no século XVII, eles, geralmente, não constituíam um grande segmento da população. Os principais trabalhadores eram ingleses, irlandeses e outros; e a mão-de-obra intensiva nas plantações de tabaco, arroz e algodão ainda não tinha tornado-se a norma. O tabaco começou a ser cultivado na Virgínia nos anos de 1620 e, até 1680, a maioria dos trabalhadores era branca. Em 1671, havia em torno de duzentos negros na Virgínia, ou seja, 5% do total de uma população de 40.000 habitantes.

Na maioria das treze colônias, os negros eram ainda escassos, e essa baixa proporção levou alguns observadores a sugerirem que os recém-chegados africanos adquiriram rapidamente e com sucesso, mas não instantaneamente, o inglês dos trabalhadores brancos das treze colônias. Naturalmente, como em todo lugar (e na América do Norte não foi diferente), esse contato entre brancos e negros promovera terreno fértil na construção de uma nova língua que emergia da transferência, ora generalizada, ora simplificada, de palavras e de características de suas línguas nativas.

Por volta de 1690, os africanos na Jamaica constituíam 75% da população, e em 1746, o percentual havia aumentado para 92%. No Suriname (Guiana Holandesa), os africanos representavam 93% da população em 1700. E, nos dois lugares, novas línguas *crioulas*, com base no inglês, começaram a emergir. Daí decorre o fato de alguns linguistas sugerirem que o *crioulo* somente se desenvolve quando os aprendizes da língua constituem, pelo menos, 80% da população em situação de contato. O *crioulo* aumentou em Martinica e no Haiti, onde os aprendizes, e neste caso os africanos, eram apenas 35 ou 50% da população nos primeiros vinte e cinco anos. Essas cifras capturam a realidade de que o *crioulo* emerge quando aprendizes têm oportunidades limitadas de contato com os falantes da língua a ser adquirida e, essencialmente, colocam em funcionamento suas próprias regras baseadas em sua língua nativa e nos princípios universais de língua.

Perguntamo-nos: o que é o *crioulo*? E para entendê-lo, temos que saber o que é o *pidgin*, ou seja, quando falantes de diferentes línguas entram em contato com uma terceira língua. Conforme o dicionário *Longman Dictionary of Contemporary English* (1995, p. 1063), “é uma língua que é a mistura de duas outras línguas e é usada entre pessoas que não falam bem, uns com os outros, as suas próprias línguas”. Analisando o termo numa perspectiva diacrônica, podemos afirmar que o *crioulo* aparece como uma língua do tipo específico, produto do encontro de várias línguas, em que cada uma delas, européia, se assume com estatuto de dominante, e as restantes, africanas, contrafazem com a condição de dominadas. Em outras palavras, quando dois povos vivem lado a lado durante muito tempo é normal verificar-se uma interinfluência, com algum predomínio do mais forte e mais civilizado.

Eles podem desenvolver uma variedade simplificada da língua socialmente dominante (neste caso, o inglês), para se comunicarem com os outros. Tal variedade é chamada de língua *pidgin*. Além de ser mais simples do que as línguas de contato, o *pidgin* é geralmente misturado, de modo que mostra as fortes influências gramaticais da língua dos falantes socialmente subordinados, que carregam o peso principal da acomodação lingüística e desempenham papel central na criação da nova língua.

Se o *pidgin* é adquirido e usado como uma língua nativa (por exemplo, pelas crianças escravas nascidas na população), ela é chamada de *crioula*. E porque elas são usadas como línguas nativas – para falar de tudo –, as línguas *crioulas* geralmente desenvolvem mais palavras e uma gramática mais complexa do que o *pidgin*, embora geralmente se mantenham mais simples do que suas línguas de contribuição em muitos aspectos.

Vejamos o que Nettie denomina *pidgin* em uma de suas cartas a Celie,

Um africano da aldeia onde nós vamos morar nos recebeu quando o navio chegou. O nome dele é Joseph. Ele é baixo e gordo, com mãos que parecem não ter ossos. Quando ele me cumprimentou, dando a mão, parecia que eu tinha uma coisa mole e molhada que caía. Ele fala um pouco de inglês, o que eles chamam de inglês *pidgin*. É muito diferente do nosso jeito de falar inglês, mas de carta forma é familiar (WALKER, 1986, p. 168).

Mesmo se aceitarmos que, no século XVII, os africanos não chegaram à América num número suficiente e com uma distância suficiente da norma do inglês, ocasionando a criação do *pidgin* e variedades crioulas, tais variações podem ter

encontrado um meio de desenvolver-se na América, via escravos importados do Caribe e daqueles que já chegaram falando um inglês *crioulo* da costa da Guiné. No século XVII e no começo do século XVIII, muitos escravos vieram para a América, não diretamente da África, mas sim depois de terem vivido e trabalhado na Jamaica, em Barbados e em outras colônias onde o *pidgin* e o *crioulo* já haviam começado a formar-se.

Praticamente não são encontrados registros da fala de escravos do século XVII. Uma exceção é o depoimento de Tituba no julgamento das bruxas de Salem, registrado pelo juiz John Hathorne e publicado 174 anos depois por Samuel Drake. Tituba era, na verdade, uma escrava ameríndia, criada por uma família africana em Barbados, antes de ser transportada para Massachusetts em 1680, ainda adolescente. Em seu depoimento inclui-se a seguinte sentença: “He tell me he – God. (He told me he is / was God.) (RICKFORD, 2000, p. 133)

Duas características comuns do *crioulo* são encontradas aqui: a ausência do verbo, que pode ser apagado no inglês *crioulo* caribenho se estiver no presente (is) ou no passado (was), e o uso de uma ação não-marcada do verbo “tell” no tempo passado, sem um sufixo “ed” ou outra mudança verbal (como em told), ou seja, a regularidade ou irregularidade do verbo no passado.

Durante todo o século XVIII, a proporção de negros nas colônias americanas aumentara de maneira constante, como também o número de negros trazidos diretamente da África. Disparidades entre as regiões coloniais tornaram-se ainda mais marcadas. Em 1750, os negros representavam somente 3% da população da Nova Inglaterra (colônias do norte), 7% da população das colônias centrais e, aproximadamente, 40% da população na rica região de plantação do Sul. Se 87% de todos os negros em colônias americanas encontravam-se no sul, é lá que devemos concentrar nossas considerações no desenvolvimento do VAA.

É no Sul que, muitos anos mais tarde, nos encontraremos com Alice Walker, autora da obra *The Color Purple*, com sua história repleta de discursos e de manifestações de traduções culturais africanas dialogando com a sociedade norte-americana. Celie e Nettie, principalmente, são portadoras desse processo criativo de Walker a partir da voz do “outro” no ato de produzir a cultura do subalterno nos campos ensolarados do Sul.

Por volta de 1708, o número de negros superava o de brancos na Carolina do Sul, o que, em 1720, representava 65% da população das colônias do Sul, e, em 1730,

69%. Em 1776, na noite da independência, havia duas vezes mais negros do que brancos nessas colônias, pois eles eram a principal força de trabalho no cultivo de arroz e algodão.

Na vizinha Geórgia, que foi fundada como colônia em 1735 e que começou a importar escravos somente em 1750, a proporção negra não era tão grande, mas cresceu rapidamente. Entre 1760 e 1773, a população negra quase dobrou, aumentando para 15 mil contra 18 mil brancos. Nas regiões costeiras de cultivo de arroz e nas áreas sulinas da Carolina do Sul e da Geórgia, os negros representavam proporções ainda maiores – 70% em vilarejos, 90% em ilhas e áreas de plantações.

Dois diferentes efeitos da explosão demográfica da população de negros no século XVIII podem por si mesmos terem tido conseqüências lingüísticas. A primeira é que os negros aprenderam o inglês com outros negros e não com brancos, que já podiam estar falando muito bem seus próprios vernáculos (dialetos); e isso se reflete no processo de aquisição de linguagem e na influência de línguas africanas. A segunda é que os brancos, sentindo-se ameaçados e querendo assegurar sua dominação econômica e social, aprovaram severas leis que restringiam os direitos dos negros, estipulando seu *status* como propriedades eternas e prescrevendo castigos cruéis para eles. Esse processo começou desde a metade do século XVII em Maryland e Virgínia, mas a legislação se estendeu por todas as colônias e tornou-se mais severa no começo do século XVIII.

Tais leis podem ter levantado e reforçado as barreiras sócio-psicológicas entre negros e brancos, incitando o ressentimento negro e conduzindo para a cristalização de uma identidade negra, expressada, em parte, por meio de um vernáculo diferente. Nenhum escravo que tenha tido suas orelhas pregadas em um poste falaria exatamente como seus perseguidores, sem se importar por quantas horas ele tivesse trabalhado ao seu lado nos campos.

No século XVIII, encontramos não somente algumas declarações literárias sobre o falar dos escravos, mas também comentários explícitos sobre a língua dos africanos e sobre os aspectos em que a língua dos negros e a suas culturas diferiam das dos brancos.

Rickford cita o que o reverendo James Marye Jr. escreveu em 1754, no condado de Orange, na Virgínia: “there are great quantities of those negroes imported here yearly from Africa, who have languages peculiar to themselves, who are here many years

before they understand English; and great numbers there that never do understand it.”¹⁷ (RICKFORD, 2000, p. 136).

Uma nova linguagem *crioula* emerge da combinação do vocabulário de várias línguas africanas comuns entre os imigrantes, estruturas lingüísticas africanas, e das poucas palavras em inglês que eram necessárias para comunicar-se com os senhores. Percebem-se, nessa língua, características *crioulas* como “*us*” como pronome sujeito, em vez de “*We*”, e a palavra “*no*” como negação em lugar de “*any*”: “*Us* go back out on the porch and...” (WALKER, 2004, p. 58); “He act like he can’t stand me **no** more”. (WALKER, 2004, p. 5). Essas variedades estendem-se também, ao lado das diferenças lingüísticas, às variedades culturais.

No século XIX, com a invenção da máquina que separa as fibras do algodão da semente, a produção de algodão expandiu-se significativamente. O algodão substituiu o tabaco e certos produtos básicos alimentícios na maior parte do velho Sul e arruinou o desenvolvimento dos novos estados do centro e do sudeste do país, incluindo o Alabama, Arkansas, Louisiana, Mississipi, Missouri, Ohio e o Texas. Sem nenhuma surpresa, a população de escravos cresceu muito, passando de 100.000 em 1790 para quase um milhão em 1860.

Parte desse aumento deve-se à importação legal de escravos da África e do Caribe, o que continuou até janeiro de 1808, quando foi proibida. Mas havia também um mercado ilegal e próspero de importação de escravos africanos, que perdurou até o século XIX, especialmente nas regiões costeiras do Sul, onde os navios podiam atracar secretamente e descarregar suas cargas fácil e rapidamente. Em 1858, cinquenta anos depois de o comércio de escravos ter sido proibido, mais de quatrocentos escravos africanos foram trazidos para a Geórgia, num navio chamado *Wanderer*.

Um terceiro fator no aumento da população negra decorreu de causas naturais, como o aumento da natalidade a prolífica reprodução entre os escravos e os incentivos que os encorajavam a isso, entre eles, a redução da carga de trabalho, bônus em alimentos, gado para as novas mães e a promessa de liberdade para as mulheres que tivessem de dez a quinze filhos.

A principal fonte de mão-de-obra escrava nos novos estados, no entanto, e em partes do *Deep South*, onde o algodão tornou-se rei, era o comércio doméstico e interno

¹⁷ “Há uma grande quantidade daqueles negros que foram importados da África para cá, que têm línguas próprias, que estão aqui muitos anos antes de aprenderem inglês, e há um grande número que nunca entenderão.” (Tradução nossa).

de escravos. Nesse comércio, os escravos eram carregados em massa, de barco ou de trem e, muitas vezes, a pé, do norte para o sul. Um efeito desse comércio doméstico foi o espraçamento do vernáculo negro para o oeste, num padrão que seria repetido e acelerado nas migrações negras do Sul, no século XX.

Muito da aparente uniformidade do *Black English* talvez derive da difusão da população do Sul. Outro efeito do comércio interno de escravos foi a desconstrução das famílias, quando mães, pais e filhos eram separados uns dos outros, na corrida fervorosa pelo lucro, que marcou o século XIX.

Essas separações traumáticas eram, provavelmente, parecidas com a realidade do século XVIII, quando as orelhas dos escravos eram pregadas em postes, de certa maneira, criando e aumentando a distância entre negros e brancos. Experimentar, testemunhar e até mesmo ouvir tais crueldades teria levado os negros a não querer falar como os seus opressores, o que, provavelmente, os tornou mais determinados em desenvolver ou manter seus próprios estilos de comunicação e expressão. O fato de que o *Black English* é, quase sempre, uma marca de identidade dos negros, em face dos brancos e da “cultura dominante”, é indubitavelmente parte das razões dessa vibrante existência até nossos dias.

Um dos principais fatos históricos do século XIX foi a Guerra Civil entre o Norte e o Sul, que começou em 1861, e sua busca pela liberdade nos anos subsequentes. Outro fato foi a Proclamação de Emancipação de Abraham Lincoln, em setembro de 1862, dando liberdade a todos os escravos rebeldes dos estados confederados, e a trigésima emenda de 1865 que, constitucionalmente, aboliu a escravidão nos Estados Unidos da América.

Apesar da conquista da liberdade legal, por meio da trigésima emenda de 1865, o período pós-guerra foi um dos mais severos e difíceis para a economia no Sul, pois a região tinha sido devastada pela Guerra Civil e, conseqüentemente, gerou o fim da economia de *plantation*. Uma reação foi a migração dentro e fora da região para maiores cidades do Sul, para as fronteiras do sudeste, tais como, Kansas e Oklahoma, e para os estados industrializados do norte. O lingüista Don Winford (1980), professor do departamento de lingüística da Universidade do Estado de Ohio, nos Estados Unidos, sugere que a concentração e o contato intenso de afro-americanos de diferentes formações, nas cidades do norte e do sul, estabeleceu o estágio mais nivelado ou de convergência entre as variedades do AAVE (African American Vernacular English) e a emergência de um vernáculo urbano relativamente uniforme.

Apesar da participação dos negros nos movimentos migratórios por todo o século XIX, nada se compara em escala e significância à “Grande Migração” para o norte e oeste (especificamente para os centros urbanos) iniciada por volta de 1916. A arrancada inicial deu-se por causa da I Guerra Mundial, que aumentou a necessidade de trabalhadores nas indústrias do norte, ao mesmo tempo em que a imigração europeia caiu vertiginosamente.

A migração negra no século XX não aconteceu somente do Sul para o Norte e Oeste, mas também das áreas rurais para as áreas urbanas. Isso também ocorreu mesmo com os que permaneceram no sul, onde se mudaram do campo para a cidade, movidos pela decadência da agricultura e da agropecuária, causada pela mecanização e pelas doenças nas safras. Em 1920, 25% dos negros sulinos estavam na cidade, em 1940, o percentual havia aumentado para 36% e em 1950, para 48%. A vida urbana era ainda mais característica do norte e do oeste, com percentuais ainda maiores, chegando a alcançar, em 1950, 94% de negros em áreas urbanas nas regiões centrais e ao norte.

Rickford (2000) confirma que por todo o século XX, e especialmente antes das lutas pelos direitos civis e a legislação dos anos 1960, os negros que ocupavam o Norte e o Oeste eram discriminados no trabalho, viviam separados dos brancos e sua educação era segregada. Nos anos 1920, a maioria dos negros era operários, trabalhadores não qualificados como porteiros, operadores de elevadores, zeladores, domésticos e assim por diante.

A lingüista Teresa Labov argumenta que a intensa segregação residencial e escolar conduziu a mudanças na gramática do *Black English* e aumentou as divergências vernáculas entre brancos e negros. Tais discussões serão mais detalhadas a seguir.

3.1 BLACK ENGLISH: THE TRACES

O vocabulário do *Black English* é esmagadoramente inglês em sua origem, e sobre isso não há nenhuma disputa. Mesmo os mais fervorosos africanistas admitem isso, sustentando que a influência africana é forte em gramática, mas não em vocabulário. Africanismos no vocabulário incluem não somente conservação direta ou

empréstimos de línguas africanas *goober* / *guba*¹⁸, mas também empréstimo de traduções de palavras compostas ou de conceitos, do africano para o inglês, como *cut-eye*¹⁹, *bad-mouth*²⁰. Porque as traduções emprestadas circulam como palavras inglesas, elas tendem a ter vida mais longa do que empréstimos diretos.

Deve ser notado que, além do vocabulário obtido de fontes africanas, inglesas ou crioulas, o *Black English* criou e inovou muitas de suas próprias palavras, como mostra a extensa lista de gírias e outras expressões que podem ser encontradas nos dicionários *Juba to Jive* e *Black Talk*.

Para a maioria das pessoas, línguas e dialetos são distinguidos principalmente por suas palavras e suas expressões. Os falantes do francês dizem “Bonjour” para “Oi”, e os falantes do inglês dizem “Hello”. O inglês britânico diz “lorry” para caminhão, enquanto o inglês americano diz “truck”, e assim por diante. Similarmente, para a maioria das gírias comuns conhecidas, especialmente aquelas praticadas por jovens e adolescentes.

O *Black English*, como qualquer outra língua, é muito mais do que a soma de suas palavras. Para os cientistas da linguagem, dois outros aspectos de qualquer língua são tão importantes quanto o vocabulário, se não mais: os modelos e as regras de pronúncia e a gramática, incluindo suas regras de modificação e palavras combinadas que expressam significados diferentes e formam frases ou sentenças maiores. O *Black English* tem, por exemplo, uma regra gramatical que permite aos falantes trazerem os verbos na negativa para o início da sentença, para enfatizar a negação, como a forma “*ain’t* e *can’t*”. Por exemplo, a sentença “*Nobody ain’t come*” pode ser alterada para “*Ain’t nobody come!*”. O verbo pode ser levado para o início da sentença somente se o sujeito for um quantificador negativo, como “*nobody*” ou “*nothing*”, caso contrário a regra não se aplica, “*Ain’t nothing wrong with Shug Avery*” (WALKER, 2004, p.45)

A linguagem humana e os dialetos, de prestígio ou não, têm regularidades ou regras desse tipo. Um momento de reflexão mostraria por que isso acontece. Sem regularidades, uma variedade lingüística não poderia ser adquirida com sucesso ou usada no dia a dia. E isso se aplica ao *Black English* ou “*Ebonics*”, tanto quanto para a “pronúncia padrão” ou para a mais alta classe social inglesa. Caracterizar o antigo como descuidado e preguiçoso e o novo como refinado são avaliações subjetivas que

¹⁸ *Lips* no inglês padrão e, *lábios* em português. (Tradução nossa).

¹⁹ Olhar de reprovação. (Tradução nossa).

²⁰ Criticar de maneira negativa, censurar. (Tradução nossa).

refletem preconceitos sociais e políticos sobre as pessoas que geralmente utilizam essas variedades lingüísticas.

Ao contrário, lingüistas tentam, tão objetivamente quanto possível, entender e revelar as regularidades sistemáticas que toda língua inevitavelmente processa. Este é nosso objetivo neste capítulo, começando com o vocabulário do *Black English* e, logo após, tecendo algumas considerações a respeito da gramática. Apesar de estudos mostrarem que a pronúncia e a gramática variam menos do que vocabulário, de uma região para outra, elas tendem a variar mais pelas/nas classes sociais.

3.2 ENTORNOS DO VOCABULÁRIO

Alegar que o *Black English* ou *Ebonics* não tem dicionário próprio é incorreto. Desde 1994, encontramos dois guias fidedignos, o *Juba to Jive*, de Clarence Major, um dicionário de gírias afro-americanas, e o *Black Talk: Words and Phrases from the Hood to the Amem Córner*, de Geneva Smitherman, e outros glossários, livros de expressões idiomáticas, artigos científicos e inumeráveis livros de informações sobre o vocabulário do *Black English* do passado e do presente.

Sabendo que O vocabulário, especialmente as gírias, está sempre mudando, novos estudos serão sempre necessários. E um completo dicionário do *Black English* com pronúncia, etimologia e declarações históricas, paralelo ao *Oxford English Dictionary* e o *Webster's Third*, ainda está por ser escrito. Mas baseados nos estudos já existentes podemos fazer algumas generalizações.

Uma das mais relevantes características do vocabulário negro é a maneira clara e áspera com que ele separa negros e brancos e como, de maneira sólida, consegue associar os negros de diferentes classes sociais. Em 1992, a sociolingüista americana Teresa Labov publicou um estudo, nos Estados Unidos, em que examinou o grau de incidência no uso e no entendimento, pelos adolescentes, de um número de gírias, pré-selecionados por ela. Entre as variadas classes sociais envolvidas, etnia acabou sendo o fator mais relevante, haja vista que os negros entrevistados freqüentavam universidades, predominantemente, de brancos.

Em 1972, o psicólogo Robert L. Williams, criador do termo *Ebonics*, realizou uma pesquisa baseada nas experiências e no vocabulário de negros e brancos. A pesquisa incluía questões de múltipla escolha, cuja maioria exigia que se selecionasse a explicação correta de palavras e expressões retiradas da experiência negra. O teste

revelou que muitos dos termos não eram gírias, mas sim palavras ou expressões que já eram usadas há muito tempo entre pessoas de todas as idades nas comunidades afro-americanas.

Muitos negros não percebiam que o uso de algumas palavras diferia daquelas usadas pelos americanos. E quando era contado a eles que certa palavra não pertencia ao universo padrão do inglês, eles ficavam perplexos.

Quando o volume do *Dictionary of American Regional English* (DARE) foi organizado em 1972, representantes de várias etnias, idades e níveis educacionais participaram da pesquisa. O resultado foi uma descrição compreensiva de quais termos eram usados entre os falantes negros, como por exemplo, *ace-boon-coon*, que significa em inglês *a very close friend* (um amigo íntimo), ou especialmente entre negros como *bubba*, que, em inglês, é “*term of address for a brother*” (termo para dirigir-se a um irmão).

Quando se trata de gíria, que coincide de alguma maneira a outras categorias como, por exemplo, *sex* (fazer sexo) em vez de *lovemaking* (fazer amor), a variação por região e classe social é ampliada, assim como é rapidamente mudada de tempos em tempos. Embora algumas gírias perdurem por um longo tempo, como, por exemplo, *pad* usado como *apartment* (apartamento) ou *home* (casa) desde os anos 1800, a gíria é o aspecto mais rebelde e dinâmico de qualquer língua.

A gíria dos negros é uma forma de expressão viva que muda tão rapidamente que dificilmente um pesquisador conseguirá manter-se atualizado. Uma palavra ou frase pode significar uma coisa entre um número limitado de falantes numa determinada vizinhança e a uma quadra distante pode significar alguma outra coisa ou ser totalmente desconhecida, pelo menos por um tempo.

Esse processo evolutivo de um lugar privado para o público não é somente essencial para a vitalidade da questão central da gíria, mas é inevitável. Isso significa dizer que a gíria afro-americana não é somente uma língua viva para os falantes negros, mas para o país inteiro, conforme testemunhado por sua popularidade, décadas após décadas, desde o começo da história americana. O exemplo mais recente é o rap e o hip-hop durante os anos 1980 e 1990.

3.3 ENTORNOS DA GRAMÁTICA

Em sentenças retiradas das cartas de Celie, como: “She ast me bout the first one Whose it is? I say God’s. I don’t know no other man or what else to say” (WALKER, 2004, p. 4)²¹, todas as palavras são encontradas no vocabulário do inglês padrão, bem como as séries de palavras também são correntes nos dialetos de brancos. Uma análise sintática, no entanto, revela um sistema enormemente diferente. A Sintaxe, o foco de lingüísticas mais modernas, é a área na qual a análise do *Black English* é mais reveladora.

Afirmar que o *Black English* não tem gramática é tão falso quanto afirmar que ele não tem dicionário. Dizer que o *Black English* não é sistemático, sem regras ou regularidades, é uma blasfêmia. Dizer que ninguém estudou ou escreveu sobre as regras e as regularidades do AAVE, nome mais popular do *Black English* entre lingüistas, é igualmente um absurdo. Desde os anos 1960, no mínimo, estudiosos têm produzido descrições detalhadas sobre a gramática do AAVE. Agora, como é real entre línguas e dialetos, muito ainda resta para ser descoberto e publicado. Mas lingüistas que estudam os sons, as palavras e a gramática das línguas e dialetos já conhecem o suficiente para nos informar sobre a sistematicidade gramatical do *Black English*.

Na esteira da AD, nossas análises não serão exaustivas. Portanto, priorizaremos alguns tópicos gramaticais, como, por exemplo, a ausência do *s*, marca de terceira pessoa do singular no presente simples. Só para citar um exemplo neste capítulo, observemos o recorte a seguir:

- He *act* like he can’t stand me no more (WALKER, 2004, p. 5) CP
R29²²

O verbo em itálico exemplifica uma característica típica do AAVE, pois ele ignora o *s*, marca de terceira pessoa do singular no presente simples exigida no inglês padrão. O sujeito de terceira pessoa do singular diz que o sujeito refere-se a uma única pessoa, lugar ou coisa, não ao falante numa conversação (eu, primeira pessoa), nem uma pessoa com que se fala (tu, segunda pessoa).

²¹ “Ela perguntou pra mim do primeiro. De quem é? Eu disse de Deus. Eu num conheço nenhum outro homem ou outra coisa pra dizer”. (WALKER, 1986, p. 11).

²² “Parece que ele num pode nem olhar mais pra mim”. (WALKER, 1986, p. 12).

O inglês padrão é um tanto instável, porque ele exige um **s**, **es** ou **ies** nos verbos quando na terceira pessoa do singular (he acts), mas exige a forma mínima do verbo sem a marca de infinitivo **to** como em (to act) para todas as outras pessoas (I act, you act, we act, they act). Livrando-se dessa marca de terceira pessoa do singular (s), podemos pensar que a AAVE faz as regras do inglês mais regularmente, ou seja, elimina as marcas geradoras de diferença. Todos os sujeitos são iguais. Se o verbo não tem terminações especiais para esses outros sujeitos (pessoas), portanto não deveria ter com os sujeitos de terceira pessoa do singular.

Com a falta do **s** na terminação do verbo na terceira pessoa do singular exigido no inglês padrão, “he act” é um caso claro das regras do AAVE, ou seja, não se deve tratar a terceira pessoa do singular do tempo presente diferente das demais pessoas. Um tanto menos óbvio é o encontrado no recorte seguinte,

- Pa say, whoever listen to anything Addie Beasley *have* to say
WALKER, 2004, p. 11).²³ CP R30

No inglês padrão, **has** é a terceira pessoa do singular no presente da forma **have**, conforme contrastamos “I have”, “you have”, “we have” e “they have” com “She has”. O uso de “he do” e “he don’t” em vez de “he does” e “he doesn’t” é também outro exemplo de ausência da marca de diferença de terceira pessoa do singular do presente, ilustrado no recorte a seguir:

- “[...] he don’t want to hear nothing bout no new one” (WALKER, 2004, p. 14)²⁴. CP R31

Essa tendência dos falantes do sul dos Estados Unidos, em declinar o **s** de terceira pessoa do singular ficou evidente nos estudos realizados em 1968 e 1969 por Teresa Labov e por Robert L. Williams, citados anteriormente, com pessoas da classe trabalhadora em Nova Iorque e em Detroit, em que o **s** ficou ausente de 56 a 76%.

Outro aspecto analisado diz respeito à invariante do verbo **to be**, uma das mais célebres características do *Black English*. Por inúmeras décadas, linguistas têm pesquisado exaustivamente e todos os anos novas se fazem descobertas. O verbo **be**

²³ “O Pai falou, ‘ Quem vai escutar o que a Addie Beasley tem pra dizer.’” (WALKER, 1986, p. 20).

²⁴ “[...] ele num quer nem escutar falar de uma nova mamãe”. (WALKER, 1986, p. 22).

aparece com duas características típicas: (1) conjugado ou transformado em formas que variam (am, is, are, was, were, e assim por diante), dependendo do sujeito (I, you, he/she/it, we, you, they), e refere-se ao presente ou ao passado; e (2) invariante, conforme o próprio nome sugere, não varia, embora isso ocorra de vez em quando como em **be's** e **bees**. Uma coisa curiosa a respeito do primeiro, **be's**, é que algumas de suas formas (is e are) podem desaparecer, cedendo lugar a um verbo de ligação zero, do qual falaremos a seguir. Agora focaremos na segunda forma, o **be** invariante.

Há poucas maneiras diferentes da invariante **be** na AAVE. Um é o tipo que aparece em imperativos, “Be good!”; em infinitivos com **to**, “She tried to be good”; e depois de verbos modais como can e must, “She must be good”. Essas formas são muito mais usadas no inglês padrão. Um segundo tipo resulta do declínio do **will** ou **would**, mais exatamente de suas formas contraídas **'ll** e **'d**, e produz sentenças com referências futuras ou hipotéticas:

Oh, she **be** seven her next birthday (WALKER, 2004, p. 16).²⁵ CP R32

O terceiro e mais distintivo tipo ocorre raramente no vernáculo branco: é a invariante habitual **be**, que apresentamos nos diferentes recortes a seguir:

[...] And now I feel sick every time I **be** the one to cook (WALKER, 1986, p. 3).²⁶ CP R33

[...] if I marry him and he **be** so love struck with her I could figure out a way for us to run away (WALKER, 2004, p. 11).²⁷ CP R34

His eyes **be** sad and thoughtful (WALKER, 2004, p. 28).²⁸ CP R35

Essa invariante habitual **be** é provavelmente a mais conhecida marca gramatical do AAVE. Muitas pessoas de fora da comunidade que fala o *Black English* acreditam que os negros substituem o inglês padrão **am**, **is** e **are** pela invariante **be** o tempo todo, como nos exemplos mencionados. Mas o AAVE é mais discriminativo, em razão de a invariante habitual **be** descrever somente um evento que é realizado regularmente ou habitualmente, como nos exemplos anteriormente mencionados. Há um contraste entre

²⁵ “Oh, ela vai fazer sete ano”. (WALKER, 1986, p. 26).

²⁶ “Agora eu fico enjuada toda vez que sou eu que tenho de cozinhar”. (WALKER, 1986, p. 10).

²⁷ “[...] se eu casasse com ele, ele tão apaixonado por ela. Eu podia imaginar um jeito pra gente fugir”. (WALKER, 1986, p. 19).

²⁸ “Os olho dele ficam triste e pensativo”. (WALKER, 1986, p. 39).

um evento habitual e um evento acontecendo no momento do discurso para o falante do AAVE, pois, como se verá a seguir, ele elimina o verbo **be** quando se trata de algo que está acontecendo no momento, sem nenhuma implicação com o que acontece regularmente:

She [-] wearing a hat like Indian Chiefs (WALKER, 2004, p. 25).²⁹
CP R36

O que verificamos é que a invariante **be** só é usada quando se quer dar a idéia de algo habitual, regular; no entanto, ao dar o sentido de algo, que está acontecendo no momento em que o discurso está emergindo, o uso do **be** é obsoleto.

Além do mais, e pelo contrário, a invariante habitual **be** é mais do que uma palavra isolada do AAVE; ela é parte de um sistema gramatical, peça no mosaico dessa língua. Cada peça tem seu lugar e objetivo, e reage previsivelmente com outras peças para criar o palimpsesto que chamamos de língua. Na verdade, podemos provar que a invariante **be** não é aleatória, porque obedece a suas regras gramaticais. Para formar a forma negativa dessa versão no AAVE, ou seja, no sentido de presente contínuo, usa-se geralmente **ain't**,

I ain't living in the street (WALKER, 2004, p. 32).³⁰CP R37

Outro fato, digno de nota, é a ausência do **is** ou **are** quando verbo de ligação. Chamamos de ligação, pois juntam o sujeito e o predicado (o que é dito sobre o sujeito). Vejamos o exemplo extraído de um recorte em nosso *corpus* de análise:

She [-] happy, cause he [-] good to her now (WALKER, 2004, p. 3)³¹. CP R38

A ausência do verbo de ligação fornece uma demonstração objetiva de que a gramática do *Black English* é sistemática e regida por normas. Há algumas formas do verbo de ligação que não podem ser apagadas, como por exemplo, no tempo passado **was** e **were**. Veja nos exemplos:

²⁹ “Ela tá usando um chapéu igual cacique índio”. (WALKER, 1986, p. 36).

³⁰ “Eu não vou viver na rua”. (WALKER, 1986, p. 43).

³¹ “Ela ta feliz porque ele tá bom pra ela agora”. (WALKER, 1986, p. 10).

I was all dress for first day. (WALKER, 2004, p. 11)³².CP R39

Mesmo no tempo presente, não podemos apagar **am**. **I am** é geralmente contraído em **I'm** no AAVE, mas o **m** não é apagado. Isso pode ocorrer no *crioulo* caribenho, mas não no AAVE. Em sua forma negativa **is** ou **are** tornam-se **ain't**, e não pode ser apagado também.

Há também, as formas negativas e suas construções. A forma negativa mais comum no *Black English*, e a principal característica que os escritores usam para representar essa língua é o **ain't**. Como em outras variações lingüísticas, nos Estados Unidos o **ain't** pode ser usado ao **am not**, **isn't**, **aren't**, **don't**, **hasn't** e **haven't** do inglês padrão. Vejamos:

- [...] she say I ain't dumb (WALKER, 2004, p. 11)³³. CP R40;
- [...] she ain't gone make you feed it or clothe it (WALKER, 2004, p. 10)³⁴ CP R41;
- You here, ain't you? (WALKER, 2004, p. 28)³⁵. CP R42;
- Us ain't never spoke (WALKER, 2004, p. 24)³⁶ CP R43;

Tais recortes equivalem ao inglês padrão,

- [...] she says, I am not dumb.
- But she isn't going to make you feed it or clothe it.
- You are here, aren't you?
- We have never spoken.

Uma das características mais discutidas no vernáculo negro e em outras línguas vernáculas do inglês é a “dupla negação”, na qual um verbo negativo como **ain't**, **don't** ou **wasn't** é usado com um substantivo ou pronome, como **don't...no**, **not...never...nobody**, **no...neither** ou **not...nothing**, em vez do equivalente do inglês padrão como **any**, **ever**, **eihter** ou **anything**.

- I **don't** bleed **no** more (WALKER, 2004, p. 7)³⁷. CP R44

³² “Ela tava toda vistida pro primeiro dia”. (WALKER, 1986, p. 20).

³³ “[...] mas ela falou queu num sou boba”. (WALKER, 1986, p. 19).

³⁴ “[...] ela num vai botar no mundo mais ninguém pro senhor dar de cumer e vistir”. (WALKER, 1986, p. 18).

³⁵ “Você táqui, num tá?” (WALKER, 1986, p. 39).

³⁶ “A gente nunca falou”. (WALKER, 1986, p. 24).

³⁷ “Eu num sangro mais”. (WALKER, 1986, p. 14).

- You better **not never** tell **nobody** only God (WALKER, 2004, p. 3)³⁸. CP R45
- **Ain't** talk to him **neither** (WALKER, 2004, p. 23)³⁹. CP R46
- He **don't** say **nothing** (WALKER, 2004, p. 4)⁴⁰. CP R47

Contrárias às idéias simplistas, as “duplas negações” em sentenças não devem ser interpretadas como sentenças afirmativas, (como nas teorias lógicas, onde duas negativas formam uma positiva), nem mesmo para os falantes do inglês padrão. Ninguém deve pensar que “I don't bleed no more” (p. 7) significaria, em algum momento, “I bleed”, nem mesmo considerando um texto da época de Chaucer ou de Shakespeare em que as “duplas negações” eram usadas em sentido literário.

Finalmente, temos as sentenças do *Black English* que começam com um verbo negativo seguido por um substantivo ou pronome negativo, como “nobody” ou “nothing”. Vejamos no recorte a seguir,

Don't nobody come see us (WALKER, 2004, p. 4)⁴¹. CP R48

A forma negativa do verbo aparece na posição do sujeito, e os lingüísticas têm geralmente descrito que essa é uma forma de inversão negativa. Mas não nos esqueçamos de que essas são declarações frequentemente enfáticas e não devem ser confundidas com perguntas do inglês padrão. Também a ordem inversa é algumas vezes impossível de ser feita, como observamos no seguinte recorte:

Ain't nothing wrong with Shug Avery (WALKER, 2004, p. 45)⁴². CP R49

Esse segmento não se origina de **Nothing ain't wrong with Shug Avery**, mas sim de **There ain't nothing wrong with Shug Avery** ou **It ain't nothing wrong with Shug Avery**.

Tecemos, assim, algumas considerações sobre a história do AAVE, o African American Vernacular English, de seu vocabulário e de sua gramática, apontando algumas possíveis análises em alguns recortes do nosso *corpus*.

³⁸ É melhor você nunca contar pra ninguém, só pra Deus (WALKER, 1986, p. 7).

³⁹ Também num falei com ele (WALKER, 1986, p. 34).

⁴⁰ Ele num falava nada (WALKER, 1986, p. 11).

⁴¹ Ninguém veio ver a gente (WALKER, 1986, p. 11)

⁴² Num tem nada grave com a Docí Avery (WALKER, 1986, p. 59).

4 THE ILLUSION OF AN END

Prejudice is not merely a characteristic of individual beliefs or emotion about social groups, but a shared form of social representation in group members, acquired during processes of socialization and transformed and enacted in social communication and interaction. Such ethnic attitudes have social functions, e.g. to protect the interests of the ingroup. Their cognitive structures and the strategies of their use reflect these social functions⁴³.

(VAN DIJK, 1984, p. 13)

Como seguir sempre é preciso, neste momento, continuamos nossas discussões para análises que partem de fragmentos, recortes da obra *The Color Purple*, de Alice Walker, ou *A Cor Púrpura*, como foi traduzida no Brasil, ganhadora do prêmio Pulitzer nos Estados Unidos da América em 1983.

As diferentes teorias que mobilizamos, mas com interstícios, propõem um apaziguamento entre elas. Pêcheux revela-nos que

a descrição de um enunciado ou de uma seqüência coloca necessariamente em jogo (através da detecção de lugares vazios, de elipses, de negações e interrogações, múltiplas formas de discurso relatado ...) o discurso - outro como espaço virtual de leitura desse enunciado ou dessa seqüência (PÊCHEUX., 2006, p. 54-55).

Acreditamos que Celie argumenta na direção de que se não observarmos a beleza dos campos⁴⁴ podemos passar pela vida sem valorizar o que ela nos oferece de positivo. Isso vem ao encontro do que Pêcheux quer nos dizer a respeito do “discurso - outro”. Ele, o (discurso - outro), nos autoriza a ler as marcas deixadas pelos discursos que portam sentidos nas produções a que submetemos à análise. São nos enunciados que o discurso - outro e o velho (o cristalizado) se entrelaçam e, ainda, nos permitem discutir além do que há na superfície, mergulhar em águas turvas, buscando nas profundezas o não senso comum entre o novo e o velho.

⁴³ “Preconceito não é somente uma característica de crença individual ou emocional sobre grupos sociais, mas uma forma dividida de representação social dos membros de um grupo, adquirido durante os processos de socialização, transformado e encenado na interação social e comunicativa. Tais atitudes étnicas têm funções sociais, por exemplo, proteger os interesses internos de um grupo. Suas estruturas cognitivas e as estratégias de seus usos refletem essas funções sociais”. (Tradução nossa).

⁴⁴ Fazemos referência a um enunciado de Celie, em que Nettie, sua irmã, é o alocutário. “[...] Eu acho que Deus deve ficar fora de si se você passa pela cor púrpura num campo qualquer e nem repara” (WALKER, 1986, p. 217).

Essas questões nos permitem fazer julgamentos a respeito do que se compreende do *não-dito* nos discursos, aquilo que se cristaliza e daquilo que se compraz e se apieda do sujeito “assujeitado”, em uma dada sociedade, num tempo que é único.

Percebemos que, ao tentar traçar um perfil das identidades nos recortes que priorizamos, os sujeitos confrontam-se com o diferente, travam uma luta contra quem os discrimina e, ao mesmo tempo, tentam, inconscientemente, extirpar ou ignorar os que lhes são iguais, numa tentativa vã de serem únicos.

Os confrontos na obra de Alice Walker ainda instigam discussões e controvérsias nos estudos da linguagem. Não obstante, estudiosos e pesquisadores tomam caminhos diversos em direção à opção que a autora faz ao utilizar o *Black English*, a que muitos ainda chamam de dialeto, em detrimento da língua inglesa padrão, em solo americano.

A escolha entre a língua-padrão dos EUA e uma outra língua, considerada não-padrão, utilizada por Walker, marca o registro da africanidade e, também porque o *Black English* constitui e identifica sua personagem, especialmente, Celie, o que gera muitas discussões entre lingüistas e não-lingüistas. Walker, por meio de suas personagens, faz veicular ideologias, poderes e sentidos já cristalizados nas interações discursivas. A mulher, negra e quase analfabeta, que vive nos campos sulinos e ensolarados dos Estados Unidos, onde a opressão é tão óbvia quanto o desamor, Celie, é violada, brutalizada, e não por homens brancos, mas por negros.

Na materialidade lingüística, os substantivos *mulher*, *negra* e *analfabeta* são evidências que definem o feminino, numa representação dos papéis de mãe, esposa e doméstica que são concebidos nas sociedades ocidentais contemporâneas. Nesse imaginário social, as mulheres estão sujeitas às representações como objetos de prazer e de violência. Idealmente, é tida como inocente, pois a inocência camufla, esconde o desejo do “outro”, do homem, ser viril e forte, de protegê-la e, ao mesmo tempo, excluí-la e subjugar-la. É uma relação ambivalente de dever proteger aquele que se considera mais fraco, porém, ao mesmo tempo, o desejo de submetê-lo, de subjugar-lo por essa fragilidade.

O recorte que analisamos, a seguir, trata-se de um diálogo entre Nettie e o pai de Tashi, morador de uma comunidade na África. Ele questiona a mudança de comportamento de sua filha, um comportamento não esperado por ele, pois contraria os padrões da sociedade patriarcal. E, segundo esse pai, isso estava acontecendo pelo contato que a filha estava tendo com Nettie e seus sobrinhos, em especial, Adam. A

missionária justifica que o mundo estava mudando e não era mais o mesmo para meninos e meninas. Ele, então, declara:

Nossas mulheres são respeitadas aqui⁴⁵, o pai falou. Nós nunca deixaríamos elas errarem pelo mundo como as mulheres americanas. Sempre há alguém para cuidar das mulheres Olinka. Um pai. Um tio. Um irmão ou um sobrinho. Não fique ofendida, Irmã Nettie, mas nosso povo tem pena de mulheres como você que foram tiradas de não sabemos onde e jogadas num mundo desconhecido onde você deve lutar sozinha, por você mesma (WALKER, 1986, p. 180). CP R50

A condição de inocente é tecida na discursividade “nosso povo tem pena”, como se elas (as mulheres) não pudessem sobreviver em um mundo direcionado e guiado por elas mesmas. Também significa dizer que, ao deixarem o lar, ao buscarem sua independência, sejam radicalmente excluídas de suas famílias, conforme constatamos em “deve lutar sozinha, por você mesma”. Outra condição que perpassa esse enunciado é a questão da agressão: “mulheres como você que foram tiradas de não sei onde”. A forma passiva do verbo “foram tiradas”, uma vez que essa forma expressa uma ação sofrida, recebida pelo sujeito, traz o sujeito, nesse caso, como paciente ou receptor da ação verbal. A palavra “passivo” prende-se à mesma raiz latina de “paixão” (lat. *passio*, *passionis*), e ambas têm relação com sofrer, padecer, portanto a voz que exprimindo um sujeito submetido a outrem, subjugado por ele.

Sobremaneira, poderíamos confirmar com o consentimento de Foucault, que quem ajuda, quem protege, é que detém o poder: o homem, sendo ou não o principal provedor (“Um pai. Um tio. Um irmão”) mantém todos os membros da família sujeitos às suas demandas, instruções e ordens. O poder, para esse autor, não é considerado como algo que o sujeito cede a um soberano, mas sim como uma relação de força. E por ser relação, o poder está em todas as partes, todo sujeito está atravessado por relações de poder, não podendo ser independente. Foucault afirma, ainda, que o poder não somente reprime, mas também produz efeitos de verdade e de saber, constituindo verdades, práticas e subjetividades.

O enunciado também estabelece relações com a formação discursiva do macho e, mais especificamente, com aquele discurso que concebe a mulher como propriedade privada. Linguisticamente, o uso do pronome possessivo “nossas” configura-se como

⁴⁵ Comunidade indígena na África, onde Nettie, irmã de Celi, temporariamente é uma missionária.

uma anáfora pronominal que, segundo Neves (2000), é uma inclusão em um todo abrangente (um conjunto). Esse pronome possessivo remete ao incluído e o substantivo indica o todo includente. Assim, o includente é uma coletividade, uma classe ou grupo – todas as mulheres daquela comunidade.

Neves nos permite afirmar que, por meio daquela anáfora pronominal, é possível, numa perspectiva analítico-discursiva, compreender que o pronome “nossas” relaciona-se com outros referentes que pertencem a essa discursividade. Ou seja, entendemos que o enunciador se inscreve, por meio de seu discurso, na representação do homem, macho, provedor do lar. Discursivamente, esse homem, apesar de ser pai de uma única garota naquela comunidade, legitima-se como sujeito soberano na decisão dos destinos de todas as mulheres da comunidade. O seu discurso inscreve-se numa FD patriarcal em que o homem é aquele que tem posse, aquele que tudo pode. Por outro lado, ao incluir toda a classe – as mulheres –, ele exclui os desejos e os anseios de luta contra o seu opressor.

Ainda podemos afirmar que, ao enunciar que “Um pai. Um tio. Um irmão ou um sobrinho” cuidaria, tomaria conta das mulheres daquela comunidade, a discursividade, caracterizada pela presença do determinante indefinido “um”, se materializa uma referência à “classe” das mulheres: não se limita às mulheres daquela aldeia; estende-se a todas. Mais uma vez, às mulheres é negado o direito de cuidar de si próprias ou de serem cuidadas por alguém do mesmo sexo.

Em nossa próxima análise, configura-se um enunciado que traz as palavras de Celie e de sua mãe, extraídas da segunda carta que constitui a obra que examinamos, que irrompem num diálogo logo após Celie ter dado à luz a seu segundo filho, fruto das investidas sexuais (estupros) praticadas por seu próprio pai:

Ela (a mãe) perguntou pra mim do primeiro. De quem é? Eu disse de Deus. Eu num conheço nenhum outro homem ou outra coisa pra dizer. [...]

Ninguém veio ver a gente.

Ela (a mãe) ficou mais e mais duente.

Acabou ela perguntando. Cadê ele (o bebê)?

Eu falei, Deus levou ele.

Foi ele que levou. Ele levou ele quando eu tava dormindo. Matou ele lá no bosque. Vai matar esse também, se ele puder (WALKER, 1986, p. 11). CP R51

Nesse enunciado, Celie, ao ser interrogada por sua mãe sobre o destino de seu bebê, responde “**Deus levou ele**”. A princípio, sabemos que há uma idéia cristalizada

em nossa sociedade de que, ao se enunciar “**Deus levou ele**”, significa dizer que a pessoa morreu, deixou o plano terrestre, perdeu a vida. Porém, ao fazer um paralelismo semântico entre “**Deus**”, ser divino, não terreno, com “matou ele lá no **bosque**”, percebemos que há um confronto de objetos do mundo real (bosque) e do não real (Deus). Apesar da resposta afirmativa, há um silenciamento que é percebido pelo leitor. Segundo Foucault em *A ordem do discurso* (1996), esse silenciamento é um tipo de “interdição”, uma vez que Celie interdita a verdade porque há determinados discursos que só podem ser anunciados em determinadas ocasiões, para determinadas pessoas.

Celie não pode dizer quem é o pai verdadeiro, talvez por dois motivos: o primeiro porque sua mãe estava muito doente e isso anteciparia sua morte ou aumentaria seu sofrimento (é o argumento/discurso do pai agressor); o segundo motivo é a questão da proibição/condenação legal, moral e religiosa da relação sexual entre parentes, o incesto.

Confirmamos, ainda, com o enunciado analisado, a não unicidade de sentido dos enunciados, a sua não literalidade. As formações discursivas em que Celie e sua mãe estão inseridas são responsáveis pelo recebimento de diferentes sentidos de um mesmo enunciado.

Ainda sobre aquele enunciado, avaliamos que enquanto a projeção imaginária que o sujeito mãe tem da filha configura uma identidade não assumida pela filha (mulher terrena, abusada sexualmente por seu pai), a filha assume sua identidade de Virgem Maria, que concebeu pelo poder do espírito santo (De quem é?, a mãe pergunta. Eu (Celie) disse de Deus). O jogo de identidades revela que a filha, ao interditar o nome do verdadeiro pai, faz irromper, mais uma vez, o discurso do incesto, condenado pela sociedade e, proibido pela Constituição Americana. Segundo Orlandi (2001, p. 40-41), “na relação discursiva, são as imagens que constituem as diferentes posições”, haja vista que “as identidades resultam desses processos de identificação, em que o imaginário tem sua eficácia”.

Pensamos que esse sujeito munido dos sentimentos de desamor, de desprezo e da opressão representa o discurso da obediência e da resignação, uma vez que poderia ter assumido a sua condição de mulher e abusada sexualmente por seu pai.

A materialidade discursiva, por seu turno, revela-nos o seguinte dado. Quando Celie refere-se a DEUS, utiliza as seguintes palavras: “Eu num conheço nenhum outro homem [...]”. Esse fato nos parece desvelar, por meio desse sintagma nominal com

pronome indefinido periférico⁴⁶, a humanização de um SER DIVINO, seu Deus torna-se homem, uma vez que Ele (Deus) poderia ser o único ser supremo a tirar-lhe a dor, o desprezo e a desesperança, no entanto, nada acontecia, mesmo após ter lhe escrito cartas, pedindo que a salvasse. Assim, ao mesmo tempo em que Deus se assemelha ao homem, é possível afirmar que ela tenha tido relações sexuais com Deus no desejo de ter alguém que a protegesse e que a tomasse com afeto nos braços.

Recortamos, na seqüência, o trecho de uma carta da obra original em inglês, pois é nosso objetivo também traçar considerações a respeito do uso do *Black English* e acerca da tradução cultural. Mantemos o formato do fragmento, em inglês, após o que faremos uma tradução para o inglês padrão e, a seguir, transcreveremos a tradução em português, retirada da obra publicada no Brasil.

O contexto em que tais enunciados emergem traz Celie quando decide partir com Sofia e Squeak para o Tennessee, deixando o marido Albert para trás.

Dear Nettie,
 [...]
 You'll be back, he say.
 [...]
 But what you got? You
 ugly. You skinny. You shape funny. You too scared to
 open your mouth to people. All you fit to do in Memphis
 be Shug's maid. Take out her slop-jar and maybe cook
 her food. You not that good a cook either. And this house
 ain't been clean good since my first wife died. And nobody
 Crazy or backward enough to want to marry you, neither.
 [...]
 He laugh. Who you think you is? He say. You can't curse.
 Nobody. Look at you. You black, you pore, you ugly,
 you a woman. Goddam, he say, you nothing
 at all (WALKER, 2004, p. 186-187). CP R52

Dear Nettie,
 [...]
 You'll be back, he says.
 [...]
 But what do you look like? You
 are ugly. You are skinny. You have a funny shape. You
 are too scared to open your mouth in front of people.
 All you are fit to do in Memphis is to be Shug's maid.
 Take her garbage can out and maybe cook her food. You
 Are not that good enough at cooking either. And this
 House hasn't been cleaned enough since my first wife
 died. And nobody is crazy or backward enough to want
 to marry you, neither

⁴⁶ Para maiores esclarecimentos ver NEVES (2000, p. 534-535).

[...]
 He laughs. Who do you think you are? He says. You can't curse nobody. Look at you. You are black, you are poor, you are ugly, you are a woman.
 Goddmamn, he says, you are nothing at all.

Querida Nettie,
 [...]
 Você vai voltar, ele falou.
 [...]
 Mas você, o que que você tem? Você é feia. Magricela. Você tem um jeito engraçado. Você é medrosa demais pra Abrir a boca na frente das pessoa. Tudo o que você pode conseguir lá em Memphis é ser impregada da Docí. Botar o lixo dela pra fora e quem sabe fazer a cumida. Você também num é nem boa cozinheira. E essa casa nunca ficou limpa de verdade depois que a minha primeira mulher morreu. E também ninguém é tão louco ou atrasado pra querer casar com você Olhe pra você. Você é preta, é pobre, é feia. Você é mulher. Vá pro diabo, ele falou, você num é nada.

As experiências humanas estão atravessadas, contaminadas e permeadas pelas ideologias, por orgulhos e por preconceitos que se constituíram ao longo da história. Fala-se na contemporaneidade e não vamos falar aqui em pós-modernidade, pois é sobre aquele prefixo que gostaríamos de introduzir nossas discussões.

Vivemos sempre em períodos referidos, historicamente, como pós-Primeira Guerra Mundial, pós-Segunda Guerra Mundial, pós-colonial, pós...pós...pós.... No entanto, numa dialética semântica, vivemos com marcas que caracterizam, que maculam e que interferem em nossas identidades. Hoje, embora falemos de pós-isso ou pós-aquilo, não superamos, nem mesmo deixamos de sentir a presença dos muros que, apesar de terem sido derrubados, continuam no nosso imaginário. No mundo real, enquanto objeto de mundo, desapareceram, porém estão aqui/ali.

O candidato do Partido Democrata à Presidência dos Estados Unidos, Barak Obama, conclamou a Europa, no dia 24 de julho de 2008, em Berlim na Alemanha, a ficar ao lado dos norte-americanos nos esforços para levar estabilidade ao Afeganistão e no enfrentamento de outros desafios. Em seu discurso, ele confirma ter havido divergências entre os EUA e a Europa e, que sem dúvidas haverá divergências no futuro, mas que o maior perigo de todos é permitir que novos muros separem uns dos outros.

Num mundo ideal, os muros já não existem, o período é de pós-muros, porém no mundo real, apesar de não mais existirem, eles continuam rondando os pensamentos do

homem, como fantasmas, assombrando-nos de maneira impiedosa e real, por meio de preconceitos, discriminações, exclusões, dentre outros traumas.

A história norte-americana é marcada, caracterizada, dentre outros fatos, pela importação de escravos, principalmente da África. A pseudo-hegemonia americana, metafóricamente, surge como os muros de Berlim, destruída. Porém, o doce sabor hegemônico persiste e contrapõe-se às diferenças na economia, na ciência, no social, na cultura, na linguagem.

No recorte CP R52, tentamos estabelecer com os Estudos da Tradução, pelo viés linguístico, primeiramente, um traço marcante do *Black English* em oposição ao inglês padrão: a ausência do verbo *to be*, em suas formas presentes (*am, is, are*). Outro traço significativo, desenvolvido anteriormente, nesta dissertação, é o declínio do *s*, marca de terceira pessoa do singular no presente simples. Notamos que, se pensado em questões em que os verbos estão para o uso dos sujeitos, o inglês padrão marca diferenças entre as pessoas *I, You, We, They* com as três pessoas do singular *He, She, It*. Pensado sob este prisma, podemos afirmar que o inglês padrão apresenta-se sob inconstância, embora seja ele, considerado padrão. O *Black English*, em seu turno, estabelece regularidades para todos os sujeitos. Todos os sujeitos são iguais. Há uma visão hegemônica na conjugação, apesar de sabermos que os sujeitos do mundo real são heterogeneamente formados.

Gostaríamos de nos deter em duas personagens, em específico, neste momento, para mostrar como se processou, em nosso objeto de estudo, a aquisição da língua, o processo de aprendizagem da escrita por Nettie e Celie.

As duas irmãs, a princípio, são ensinadas em uma escola, dentro de suas comunidades, porém Celie, ao engravidar do Pai, acaba desistindo da escola. A senhora Addie Beasley, inconformada com a desistência, por achá-la muito inteligente, vai até a casa de seu pai, mas ao vê-la grávida vai embora. Nettie continua seus estudos, e ensina Celie.

Ao compararmos a primeira carta que Nettie escreve da África para Celie, notamos que a sua escrita é semelhante a de Celie, ou seja, há a manutenção das características do *Black English*, havendo uma semelhança nas ocorrências de regularidades, conforme descrevemos a seguir. Estes enunciados são fragmentos da primeira carta de Nettie, falando do marido de Celie.1. "He (Albert) **ain't** no good"(WALKER, 2004, p. 114). 2. "You know how **he do**, **You** sure **is** looking fine [...]"(WALKER, 2004, p. 114). Nettie utiliza a língua que lhe é ensinada e repassada a

Celie. Observamos que, para negativas, ela usou a forma “ain’t”, em seguida, retirou o “es”, marca de terceira pessoa do singular e usou **is**, numa tendência de uniformização das conjugações verbais a todas as pessoas.

Em cartas posteriores de Nettie à sua irmã, notamos uma aproximação do inglês padrão, reforçando-nos a idéia de que, ao entrar em contato com a sociedade, ao deixar a sua comunidade, seu grupo menor, ao expôr-se ao mundo e nele conviver socialmente, politicamente e profissionalmente, o uso da língua tida como oficial, padrão, é assimilada, mesmo que por uma questão ideológica. Porém, Celie, mesmo vencendo todos os preconceitos, brutalidades físicas e torturas mentais, sobrevive por meio de sua escrita, que não é outra senão o *Black English*, a única que lhe é outorgada.

[...]

He laugh. Who you think you is? He say. You can't curse.
Nobody. Look at you. You black, you pore, you ugly,
you a woman. Goddam, he say, you nothing
at all (WALKER, 2004, p. 187).⁴⁷ CP R53

No recorte 53, sob a ótica da tradução, notamos que a palavra *black* assume sentido diferente na cultura brasileira, na cultura americana branca e na cultura afro-americana. São os “restos” que persistem, segundo Derrida, aquilo que é intraduzível, não linguisticamente, mas culturalmente. Na América do Norte, ao nos referirmos a uma pessoa de pele negra como “negro”, somos moralmente punidos. Chamamos, no Brasil, de “negro” aquele que pertence à raça negra, só preconceituosamente o chamamos de “preto”. Observamos, portanto, a inversão de sentidos que se dá em termos de tradução cultural, e é o que Derrida chama da intraduzibilidade, aquele “traço” da palavra que pertence à forma interna da linguagem.

Ao compararmos o texto “original” de Walker com o texto publicado no Brasil, traduzido para o português, observamos que Walker, durante todo o romance, (o enunciado anterior é somente uma amostra), usou a palavra “black”, que em contexto norte-americano não causa ofensa. No entanto, na obra traduzida no Brasil, o termo “black” foi traduzido, ao longo do romance por “preto”. Termo não autorizado, causador de ofensa e de discriminação. Pensando nisso, destacamos alguns aspectos das relações raciais no Brasil e nos EUA. Não consideramos, desde logo, que seja melhor

⁴⁷ “Ele riu. ‘Quem você pensa que é?’ Ele falou. ‘Você num pode amaldiçoar ninguém. Olhe pra você. Você é preta, é pobre, é feia. Você é mulher. Vá pro diabo’, ele falou, ‘você num é nada’”. (WALKER, 1986, p. 229).

ou pior o racismo existente no Brasil ou nos Estados Unidos. Constatamos que os dois países criaram sistemas que permitiram a manutenção da desigualdade, tanto no período escravista, como posteriormente.

Os sistemas de discriminação e de ofensa se desenvolveram, em cada lado do oceano Atlântico, de um modo diferente, ao longo do tempo, configurando-se, assim, formas diferentes de desigualdades para os descendentes de africanos. Nas diferenças entre Brasil e EUA, as heranças históricas e culturais, somadas às diferenças econômicas e sociais, são de grande relevância. Não invalidando, portanto, os pontos de semelhanças, na medida em que as duas sociedades tiveram uma experiência colonial e escravista. O desfecho da escravidão nas duas sociedades ajuda-nos a entender as soluções adotadas pelos respectivos governos, na solução de problemas dos afro-descendentes.

Nos EUA, a escravidão existiu paralelamente à Nova República durante um século. A escravidão não era admitida antes da guerra civil, porém ao término do conflito, a ordem social estava modificada. No Brasil, a República não coexistiu com a escravidão, porém ao seu término, a ordem anterior permaneceu inalterada sob muitos aspectos e os afro-brasileiros excluídos da cidadania.

Por um olhar discursivo, percebemos que o marido de Celie, ao dizer: “But what you got? You ugly. You skinny. You shape funny. You too scared to open your mouth to people. All you fit to do in Memphis be Shug’s maid. Take out her slop-jar and maybe cook her food”⁴⁸, ele se inscreve como homem, dominador, que vê na figura da mulher somente a representação da doméstica, que não sabe se posicionar por seu discurso, por sua fala, pois ele acredita que ela nada tem a dizer. Numa estratégia social, discursivizada nesse recorte, notamos que, ao dizer que “ela nunca encontrará um louco ou atrasado o suficiente para se casar com ela”, ele assume de maneira definitiva a representação que faz de sua esposa: simplesmente um objeto sexual, uma empregada doméstica. Ao distanciar-se do papel de marido, ele se afirma, mais uma vez, na condição de homem, macho e dominador. E, por conseguinte, dizer: “você é mulher” é o mesmo que dizer: você não é nada.

⁴⁸ “Mas você, o que que você tem? Você é feia. Magricela. Você tem um jeito engraçado. Você é medrosa demais pra abrir a boca na frente das pessoa. Tudo o que você pode conseguir lá em Memphis é ser empregada da Docí. Botar o lixo dela pra ela e quem sabe fazer cumida”. (WALKER, 1986, p. 228-229).

No próximo recorte, articulamos um trecho da letra de uma música inventada e cantada por Tampinha. Por tratarmos, aqui, de questões da tradução, trazemos o texto, em inglês, e depois em português.

They calls me yellow
 Like yellow be my name
 They calls me yellow
 Like yellow be my name
 But if yellow is a name
 Why ain't black the same
 Well, if I say Hey black girl
 Lord, she try to ruin my game
 (WALKER, 2004, p. 91-92) CP R54

Eles me chamam Sarará⁴⁹
 Como se Sarará meu nome fosse
 Eles me chamam Sarará
 Como se Sarará meu nome fosse
 Mas se Sarará é um nome
 Preta também divia ser igual
 Mas se eu digo, Oi, mocinha preta
 Deus, ela vai me levar a mal.
 (WALKER, 1986, p. 115) CP R55

Torna-se evidente que, a partir das explicações dadas pelos dicionários, mesmo para aqueles que não têm o conhecimento das duas línguas em uso, *sará* é um referente de cabelo e *yellow* é um referente de pele. Ao enunciar, na versão inglesa: “They calls me yellow, like yellow be my name, But if yellow is name, Why ain't black the same”, há uma identificação, por parte da enunciadora Tampinha, que não vê problema algum em chamar alguém de “black”, já que a chamam de “yellow”, mas ela retoma seu pensamento afirmando que, se ela chamar uma garota de “black”, essa garota poderia acabar com a brincadeira dela. Ao evocar “Lord”, ela se inscreve numa formação discursiva religiosa, como que pedindo desculpas a Ele, por ter pecado mesmo em sua hora de lazer ao cantar.

Por um lado, Tampinha (*Squeak* na versão em inglês) utiliza a palavra “black” que em contexto norte-americano não causa constrangimento; mas por que, então, ela diz no final que a alocutária (ela) levaria a mal? Isso nos remete ao questionamento do

⁴⁹ De acordo com o dicionário *Houaiss* (2004, p. 666), **sa.ra.rá** adj. 2g. s 2g. 1 (mulato) de cabelos muito crespos e alourados. S. 2g. 2 albino. E, segundo o dicionário *Longman* (1995, p. 1663), **yellow** adj. 1 having the colour of butter, gold, or the middle part of an egg. 2 an offensive way of describing the skin colour of people from parts of Asia. (1 Ter a cor da manteiga, de ouro, ou da parte do meio de um ovo. 2 um maneira ofensiva de descrever a cor da pele das pessoas de partes da Ásia.)

que Tampinha vem mobilizar em sua própria letra de música: “se yellow é um nome, por que “black” não pode ser”? Talvez, Walker como locutora, imprima em Tampinha (a enunciativa), neste caso, uma memória que, segundo Pêcheux (1999, p. 49-57), entrecruza os sentidos da memória mística, da memória social, inscrita em práticas e da memória construída do historiador. Uma memória discursiva que surge com o acontecimento a ler, restabelecendo os pré-construídos, os elementos citados, os discursos transversos, de que sua leitura necessita: a “condição do legível em relação ao próprio legível”.

Isso porque Tampinha é filha de uma mulher negra com um homem branco, e que nasceu com uma cor de pele mais clara do que toda a sua família materna. Ao entrar em contato com a família paterna (biológica), é estuprada pelo seu tio. Depois de seis meses de silêncio, Tampinha volta a falar, e mais do que isso, começa a cantar.

A cor amarela foi utilizada numa classificação de grupos humanos em antropologia, correspondendo a uma raça. A história norte-americana nos confirma que os primeiros nativos americanos eram índios que se originaram dos países asiáticos, portanto também classificados como amarelos.

Para Tampinha, ser chamada de amarela ou negra é indiferente, pois sua experiência de vida tem, desde sempre, excluído as pessoas com essas cores de pele. Por um lado, os índios e, de outro, os negros, que desde a colonização têm sido relegados pelos brancos. Seria uma maldade de Tampinha chamar alguém por qualquer nome que tenha relação com a raça. As pessoas de cor amarela e negra podem ser chamadas, mesmo que por coisa nenhuma, mas a elas não é assegurado esse direito.

Mais uma vez, confrontamo-nos com uma atitude preconceituosa por parte das tradutoras na versão publicada no Brasil. Estamos falando da utilização do adjetivo “sará” em face de “yellow”, e novamente a troca de “black” por “preto”.

Em relação ao fator lingüístico do *Black English*, notamos no recorte que a invariante habitual *be* é mais discriminativa, pois descreve somente um evento regularmente ou habitualmente mais utilizado. Notamos ainda o declínio do *s* (*she try*), marca de terceira pessoa do singular, pertencente às regras do inglês padrão, que, neste verbo, ficaria “she tries”, pois é um verbo terminado em *y* precedido de consoante.

Tampinha, ao se chamar de “yellow”, define sua identidade, pois há, naquele contexto norte-americano maior, o negro e o branco. E quando concordamos que as identidades só se sustentam a partir das diferenças e que as diferenças só são diferenciais quando distintas em seu contexto, corresponde a concordar com Foucault

(1986), quando o historiador afirma que as identidades são construídas no interior de relações de poder. A raça “yellow” de Tampinha, ou seja, essa sua identidade é fundada sobre uma exclusão e, nesse sentido, é um “efeito de poder”. Quando Tampinha diz “mas se yellow é meu nome”, ela só o faz porque existem pessoas que não são (SILVA, 2000). E essa afirmação, portanto, remete à idéia de que há muitas outras negações, como, “não sou negra”, “não sou branca”.

Nossa pesquisa, à luz das noções trazidas da AD, dos Estudos Culturais e dos Estudos da Tradução, tentou trilhar os pontos de intersecção que Alice Walker, estrategicamente, registrou por meio do *Black English*.

Vale dizer que Walker intermedia o diálogo entre os seus ancestrais e o seu povo contemporâneo. Isso porque temos convicção de que o discurso reportado por seus personagens, fortemente marcado pelo desejo de dar voz e direito às mães negras, às desconhecidas e às mulheres simples que vivem num mundo político-social desigual, marginal, mas não menos importante do que o do “outro”, seja ouvido. E que suas vozes atravessem fronteiras e desmascarem as evidências, discursos cristalizados, universalizados, cujas palavras, ou enunciados, “queiram dizer o que realmente dizem”. Isso vem mascarar, sob a “transparência da linguagem”, aquilo que denominamos de caráter material do sentido das palavras e dos enunciados (PÊCHEUX, 1988, p. 160).

Talvez, a maior contribuição da tradução seja o rompimento do âmbito interno das culturas, a transposição de fronteiras, o deslocamento da margem para o centro e vice-versa, a possibilidade de poder olhar, adentrar no diferente e, ao sairmos, jamais termos no imaginário que sairemos ilesos do seu contato e da mudança que a cultura “outra” nos permite.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo com objetivo estudar como Alice Walker, autora de *The Color Purple*, se inscreve na sociedade norte-americana, como mulher afro-descendente, o presente estudo leva-nos a pensar sobre o papel da tradução como estratégia primária da representação cultural no mundo globalizado de hoje, abordando, a partir daí questões como a imagem do outro; a hegemonia cultural e a globalização; a tradução e a perda e/ou a emergência de cânones literários; a diversidade cultural e as ditas minorias. O papel da tradução deve ser entendido e visto como canal de comunicação entre culturas. No ato da tradução, o Outro deve ser abordado. Tal abordagem pode ser mais ativa e desdobrada num movimento em que o Um já transforma o Outro ao lançar a ele suas características diferenciais na tentativa de entendê-lo.

Nesse contexto, a questão do cânone literário, para a qual contribuem tantas vezes as traduções e que é ditado sempre, é claro, pelas redes de poder vigentes no local e na época, também, em alguns momentos está burlado pela simpatia ao excluído. Assim, não podemos falar de diáspora africana, sem mencionar o papel decisivo que a tradução tem nesta realidade, seja pela visibilidade ou pela invisibilidade.

Atualmente, no caso das narrativas como a que analisamos aqui – mais especificamente as que trazem o *Black English* – diferentes pontos de reflexão se apresentam, seja pela intersecção, seja pelo distanciamento. Por que só agora são visíveis tais narrativas? Cremos que para discutir essa problemática do estabelecimento de cânones é pertinente trabalhar sempre com uma perspectiva interdisciplinar.

A utilização social dos traços físicos em narrativas marcou tão profundamente as experiências históricas de populações da América que ainda hoje o corpo feminino e masculino, na maioria dos lugares em que a mão-de-obra africana se fez presente, veicula um tipo de código moral e estético que valoriza ou desvaloriza os seres humanos apenas pelo olhar que se lança sobre eles.

Fala-se de “bons” ou de “maus” tipos de cabelos, de criança “que se saiu bem ou mal”, considerando-se o fato da sua tez ser mais clara ou mais escura comparada a de seus pais; ouvem-se ainda reflexões do tipo: “são – pessoas – boas – pena – que – sejam – negros” ou “são – pessoas – da – cor – de – ontem – à – noite” e mil outras manifestações grosseiras ou extremamente sutis da velha semiologia colonial. Na maioria de nossas sociedades, o fato de ser “branco”, “negro”, “mulato”, “mestiço”,

“índio” implica diversas formas – que não se reagrupam de forma alguma – de viver as realidades sociológicas e psicológicas da americanidade. Há ainda uma *dificuldade-de-ser-negro* que tem conteúdo e expressões próprias.

A história da colonização traz consigo valores para a mão-de-obra africana que podemos comparar ao valor do dinheiro engendrado pelo capitalismo; a cor negra, em razão de ser a cor desse povo com mão-de-obra eficiente e barata é vista pelos colonizadores como uma mercadoria. A cor-negra-mercadoria adquire valores que ultrapassam o imaginário social das relações humanas. Essa cor assume sentido mercantilista, essa cor é sinônimo de não-poder, de dominado e de inferior; em contrapartida, a cor-branca do seu proprietário-colonizador- imperialista se valoriza, é símbolo de poder, de dominação e riqueza. Há, ainda, uma excedente valorização dessa mercadoria – da cor negra – que está em poder do colonizador, seu valor não é somente o de capital, é também a cor que produz, que gera mais poder e mais riqueza.

O dinheiro/o capital se distancia de sentido em face da cor-negra, no que tange ao seu poupar para mais tarde e o usar enquanto tem. O potencial humano, gerador de vida, dessa cor-negra tem que ser usada o quanto antes; o dinheiro, por sua vez, pode ser guardado nos baús, junto a ouro e diamantes. Homem/dinheiro, tão diferentes em suas essências, porém tidos como iguais por homens brancos que construíram a nossa história.

O ser humano considerado como mercadoria naquela época descoisifica-se, pede para ser ouvido, reage, luta, mostra-se e faz história. O branco, por alguns momentos, silencia e finge não ouvir, ainda está longe de admitir, e muito mais que isso, de render-se ao fator epidérmico que gera tal diferença. Em *A Cor Púrpura*, Walker nos fornece tais pistas ao autorizar Harpo dizer: “Os branco tão ocupado comemorando a independência deles da Inglaterra no 4 de julho, e aí a maioria do pessoal preto num tem que trabalhar. A gente pode passar o dia celebrando um ao outro” (WALKER, 1986, p. 314).

A escravidão, a colonização e o imperialismo marcaram fortemente os tipos sociais que sua ação tripla programou na América, pois fez que, automaticamente, esses africanos perdessem sua identidade, seu povo e parcialmente sua cultura. As imagens estereotipadas, os retratos míticos que os descendentes de africanos encontram deles mesmos no “espelho branco”, bem como a opinião narcísica que os descendentes de europeus descobrem no “espelho negro” das relações recíprocas, são heranças dos mitos racistas do passado. Pode-se, entretanto, estar certo de uma coisa: não é o mito

odiosamente homicida de “raça”, mas a força e a beleza de uma solidariedade irrestrita que tem chances de unificar os povos do planeta com o odor de maré de uma nova ordem redentora da economia, da cultura e da comunicação.

O racismo envolve a afirmação categórica de que uma raça é por sua própria natureza superior ou inferior a outras, independentemente das condições físicas de seu *locus* e de fatores sociais. A extirpação dos mitos raciais, por meio da convicção de indivíduos e de grupos, pode exercer uma forte influência e proporcionar uma melhor disposição e maior compreensão nas relações entre os homens.

Vale considerar aqui o diálogo entre culturas proposto por Todorov, no qual o olhar do outro é importante para que nos identifiquemos na diferença e na diversidade, para a definição de nossa própria identidade. É no olhar do outro que se constituem estereótipos destinados a perpetuarem-se como verdades absolutas.

Bem sabemos que o olhar do outro não é neutro e vem carregado de ideologias que se traduzem frequentemente em preconceitos, classificações e atribuições de valor formuladas a partir de elementos prévios: dominador/dominado; branco/negro. Mas é justamente na tradução desse olhar que se codifica, decodifica e recodifica o mundo circundante. O olhar do outro toca o conhecido e se repele com o outro, permitindo vê-lo como outro, vivenciando como a realidade única, ou privilegiada, o real criado pelo social.

Arriscamo-nos a trazer uma reflexão com fins pedagógicos. Uma escola democrática precisa se constituir a partir do desenvolvimento de consciências críticas quanto aos processos de imposição de culturas e visões de mundo, além da convivência entre identidades culturais e sociais múltiplas. Para tanto, é necessário que sejam questionadas as relações de poder assimétricas e que seja realizada a desconstrução, não apenas daquelas formas de privilégio (que beneficiam os homens, os brancos, a heterossexualidade e os donos de propriedades), mas também daquelas condições que têm impedido outras pessoas de falar em locais onde aqueles que são privilegiados (em decorrência do legado do poder colonial) assumem a autoridade e as condições para as práticas discursivas.

Não poderia ser diferente, o panorama histórico, social, político e nacional modifica-se, novas identidades se afirmam. O choque cultural, ou segundo Nolasco (2007), “caldo de cultura”, “caldo de contracultura”, “caldo de identidades”, formam a Babel moderna. O “outro” dessa Babel quer se afirmar enquanto sujeito, busca sua identidade, luta veladamente, ou não, por seu espaço, por seu território. O choque entre

as culturas, gerado, em parte, pelo forte desejo de auto-identificação como igual, semelhante, faz nascer as diferenças. Porém, não se curvam, não se escondem perante os olhares de seus dominadores.

Na condição de escravos, subalternos, minoritários no imaginário social americano, situados à margem, erguem-se, balbuciam, imploram por voz. Mas é preciso criar uma nova maneira de se fazer ouvido. Dentre tantos que ousaram buscar um discurso, mesmo que um discurso raro, encontra-se Alice Walker que encontrou uma maneira de tornar real o seu discurso. Por meio da materialidade lingüística conhecida como *Black English*, ela se transpõe, se inscreve e fala com seus irmãos de pátria, de luta, de denegação, de dura sobrevivência.

Não se pode negar a existência de uma cultura global que só é global porque não existe uniformidade cultural. A globalização só tem sentido se existir a diversidade e não a homogeneização cultural. É nesse contexto contemporâneo que as culturas populares estão sendo reinventadas, num jogo de negociação dialético entre o local e o global.

O homem busca no seu passado suas origens culturais para posicionar-se nessa sociedade global, onde as culturas dialogam, e onde o mito de que somente os mais fortes sobrevivem destroem suas referências de mundo e de território. Apesar da existência de uma possibilidade estética de igualdade entre os homens, eles se conduzem a uma sensação de perda e de referências culturais. Tal perda é acentuada à medida que ele, cada vez mais, insere-se e interage com o mundo globalizado.

A identidade do homem moderno é uma metáfora de um mosaico, justaposta a inúmeros pedaços de culturas homogêneas e que faz o homem contemporâneo adotar um simulacro do individualismo, levando-o a transitar entre dois pólos distintos: o seu eu interior, aquele que busca sua identidade; e a qual sociedade ele pertence, o seu eu exterior.

Creemos que esse homem, apesar de adotar várias identidades como sua, neste hibridismo cultural ele sempre buscará a sua identidade no seu lócus, porque ele necessita de reconhecimento, mesmo que seja somente de sua cultura, ele precisa saber que ela está sendo preservada ou globalizada em outros Estados-nações.

Por entender que a Língua e a Cultura são fatores dominantes que fazem da tradução uma atividade intelectual tão indispensável quanto complicada e que a apropriação de uma língua estrangeira é uma experiência muito densa e profunda, pois pressupõe a apropriação de sentidos, acredita-se que estudantes de Letras e profissionais

da tradução passem a desvendar a questão da significação na tradução por meio de teorias que conduzam a tradução intercultural. Tal crença e proposta baseiam-se no fato de que a tradução não está ligada à significação como a encontramos no dicionário, ou seja, a associação do significado ao objeto do mundo ao qual a palavra se refere ou a descrição das propriedades do seu referente, mas sim, aos sentidos culturalmente construídos, ao subjetivo, a visão de mundo de cada indivíduo. Homologamos aqui que só com o envolvimento do tradutor, procurando ver a tradução como um processo que envolve não só a língua, mas também a cultura, sistemas políticos e a história, é que se dará a tradução cultural.

A nossa experiência, como estudiosos da língua/linguagem, permite-nos afirmar que ocorre interação verbal a partir do momento em que o homem utiliza a linguagem. Tal assertiva nos conduz a proclamar que a interação verbal é uma atividade coletiva de produção de sentido, que implica na negociação, implícita ou explícita, o sucesso ou o fracasso daqueles que dela participam. Ao interagir, o homem compartilha códigos e negocia posições e sentidos. Tais premissas nos conduzem a concluir que a linguagem é uma ação no outro e sobre o outro. Portanto, toda atividade humana é regulada pela linguagem, intermediada por um ato comunicativo.

Posto isso, refletimos sobre a cultura, que engendra o conjunto de tradições, de estilos de vida, de formas diferentes de pensar, sentir e atuar de um povo. Dessa forma, ao aprendermos uma língua estrangeira, devemos pontuar os aspectos semelhantes e distintos entre as línguas, sempre confirmando que cada grupo tem seus hábitos e costumes e assim cada qual vê o mundo de uma maneira. Não podemos exigir que o outro perceba o mundo da mesma maneira que a nossa e vice-versa.

Estudos recentes vêm reforçar nossas reflexões de que a tradução é uma atividade inter-cultural, havendo uma tênue via entre tradução e Estudos Culturais. A transferência cultural, no ato tradutório, provoca mudanças e possibilidades de integração, no entanto, também instaura conflitos das mais variadas ordens: social, cultural, ideológica e política.

Para a pesquisa no campo dos Estudos Culturais é produtivo dar visibilidade a duas perspectivas teóricas nas quais as categorias analisadas têm constituído objetos de saber/poder/ser: a análise arqueológica do discurso e a análise pós-colonialista. Associados aos Estudos Culturais, esses aportes teóricos e metodológicos têm na relação linguagem e cultura uma das estratégias de interpelação sobre a possibilidade de se identificarem elementos das dimensões constitutivas dos saberes e seres modernos.

Trata-se de aportes implicados de forma imanente com as questões que emergem nas sociedades atuais e, portanto, com os objetos de pesquisa qualitativa no campo das ciências sociais.

Entendemos que a associação a essas referências pode contribuir para o campo das ciências sociais e humanas, no sentido de funcionar como um indicativo, para esses campos, da necessidade de uma abertura para o estabelecimento de um diálogo permanente com diferentes e diversos domínios de problematização da cultura, a exemplo da literatura, dos discursos, da tradução e de outros campos de saber.

A pesquisa possibilita, enfim, um olhar que combina aspectos da dominação e da resistência nas diversas práticas sociais e culturais; o tratamento da linguagem como um sistema de significação; o reconhecimento do saber como uma relação de força; a identificação do poder como uma rede produtiva; e o acolhimento do discurso educacional como prática que define, constrói e posiciona sujeitos.

Ao estudar o *Black English* na obra em pauta, observamos a construção da identidade da mulher, a sua memória enquanto sujeito do processo discursivo, as formações ideológicas que estão na “ordem do discurso” e que deslizam pelas formações discursivas, bem como os discursos que atravessam o discurso do feminino: o machismo, o feminismo, a exclusão social, o preconceito racial e sexual, a globalização, o capitalismo, a moral, entre outros.

O texto de Alice Walker exige mais dos sentidos do que da razão objetiva. Estamos diante de uma estética inovadora que se textualiza por meio de um percurso diferente do dizer e do significar. Aqui a escritura feminina é capaz de fazer aflorar formas alternativas de percepção, expressão e relacionamento, e, nesse sentido, ela é uma escritura revolucionária. Não só o discurso da artista mulher ultrapassa a lógica binária que nutre nosso sistema atual, como cria espaço para uma nova linguagem e uma nova cultura. Ao deslegitimar convenções culturais dicotômicas, essa escrita feminina inicia modificações na esfera social e política, desafiando os pilares do estado patriarcal, branco e capitalista. *A Cor Púrpura*, sem dúvida, é um texto impregnado de oposição, levando o/a leitor/a para além do texto, delineando respostas alternativas que não dependem do estigma da opressão ou da repressão.

Walker, descendente de africanos, filha de agricultores nos pobres campos do sul dos Estados Unidos, supera a falta, a ignorância, a pobreza, o silêncio, e torna-se professora universitária. Ao inscrever-se como autora, opta pela língua não estandardizada.

Pensamos que Walker não está levantando bandeira contra o imperialismo, contra a hegemonia política e lingüística americana, pelo contrário, ela se posiciona na condição de “outro”, do diferente, que só existe por que existe também o “outro”. O seu desejo é o de mostrar-se, ser vista, ser reconhecida, mesmo que seja como “outro”, mas que está ali viva, como diz a personagem central da obra, Celie, “Eu sou pobre, eu sou preta, eu posso ser feia e num saber cozinhar, uma voz falou pra toda coisa que tava escutando. Mas eu to aqui”. (WALKER, 1986, p. 230).

Esses são os muros: o preconceito econômico, racial, estético, profissional, machista. E, é, acima de tudo, contra este último que Walker luta com veemência.

O modo diferente de ler e interpretar o mundo das protagonistas, que ora se contradizem, ora se anulam, desafia a responder a pergunta final: quem é Celie? Quem é Nettie? Cremos que a narrativa chega ao seu fim sem conferir à personagem um acabamento, uma vez que elas exibem o traço da multiplicidade, da divisão, do inconformismo, não se deixando definir/identificar facilmente. Os conflitos vividos pelas personagens de Walker, em tentativas de auto-afirmação em um mundo hostil, acentuam o transitar nos espaços da reprodução da ordem social e manutenção de práticas recorrentes e, nos espaços de resistência, que possibilitam novas formas de (re)significar o mundo.

Nesse trabalho, pudemos, ainda, verificar que o gênero epistolar é uma ferramenta importante na transmissão de pensamento das mulheres. Por meio desse gênero, ficaram evidenciados certos posicionamentos acerca de temas de crucial relevância no âmbito da cultura norte-americana e africana, mostrando resistência e denúncia social.

Na investigação sobre as identidades que são desenhadas entre as comunidades negras afro-descendentes e a sociedade maior, branca e americana, a partir das comunidades que se apresentam em *The Color Purple*, afirmamos que o olhar do outro é histórico e tem como função projetar o social e instituir como algo a ser conhecido ou reconhecendo esse mesmo conhecido, pois se dá dentro de relações culturais. Isto é, a forma como o norte-americano e o afro-descendente se projetam torna-se o instrumento da alteridade cultural. Aqui, o olhar do norte-americano lançado ao afro-descendente é instaurado a partir de relações de poder, de julgamento, de interdição, segregação.

Na análise da construção identitária, em que a exclusão e as relações de poder perpassam os discursos dos personagens do nosso *corpus*, a Análise do Discurso de linha francesa, apoiada em uma teoria sobre a produção de identidade e da diferença,

procura evidenciar as marcas ideológicas. Por meio da discursivização, as formações ideológicas, que produzem efeitos de sentido, se materializam nas falas da narrativa, afetando, assim, as relações do indivíduo e do coletivo com a realidade. Se, por um lado, pelo viés da referência, o discurso materializado no/pelo *Black English*, surge com o propósito de marcar resistência no bojo da tensão discursiva, por outro lado, é preciso problematizar: como é o sujeito do discurso, sob o viés de Pêcheux, em nossos dados? É este questionamento que nos conduz a uma reflexão sobre a *forma-sujeito* inscrita nessa formação discursiva, com a qual ele se identifica e que o constitui sujeito.

Para nós, o romance reúne questionamentos sobre a sociedade imprimindo a natureza heterogênea dos múltiplos sujeitos que a integram. O espaço de Celie é o espaço da submissão, da opressão, do silêncio, da manutenção das convenções cristalizadas, institucionalizadas. O lugar ocupado por Docí Avery é o da mulher independente, livre, que ignora os padrões patriarcais vigentes, o da resistência. É a representação dos espaços, privado e social, conflitando-se. Esses diferentes espaços colocam à mostra a estrutura social – lugar marcado pelas relações de poder e de dominação, de exclusões, de divisões e de confrontos e contradições.

Por fim, vale dizer que nossa pesquisa, sem esgotar as possibilidades de reflexão sobre os dados analisados, pretende contribuir para a construção de uma sociedade mais atenta às problematizações dos discursos cristalizados que perpassam o nosso cotidiano, deixando em aberto muitas outras possibilidades de análises e de reflexões.

Alice Walker, por meio de suas personagens, grita por todas as mulheres sem faces e sem nomes, mulheres sem passado, sem futuro. Celie convida essa mulher a gritar esse seu presente que a faz ausente em sua própria carne; gritar a dor, a indignação, gritar qualquer coisa até o fim da voz.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHUGAR, Hugo. *Planetas sem boca*. Trad. Lyslei Nascimento. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

ALMEIDA, Lélia. *Linhagens e ancestralidade na literatura de autoria feminina*. Espéculo. Revista de Estudios Literários. Universidad Complutense de Madrid. Disponível em: <<https://www.ucm.es/info/especulo/numero26/linhages.html>>. Acesso em: 16 jul. 2007

ALTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidades enunciativas. In: ORLANDI, Eni.; GERALDI, João. *O discurso e suas análises*. Cadernos de Estudos Lingüísticos. Campinas: Unicamp, n. 19, p. 25-42, 1990.

ALTHUSSER, Louis. *Ideologias e aparelhos ideológicos do Estado*. Trad. Walter J. Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. 3. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1980.

ARIEL, M. Referring Expressions and the +/- Correference Distinction. In: T. FRETHEIM, J. K. *Reference and Referent Accessibility*. Amsterdam: John Benjamins, p. 13-36, 1996.

ARROJO, Rosemary. *Oficina de tradução: a teoria na prática*. São Paulo: Ática, 2005.

_____. *Tradução, Desconstrução e Psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

BAKHTIN, Michael. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. Trad. Michel Lahud e Yara F. Vieira. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

BAKHTINE, Mikhail. *La poétique de Dostoievski*. Paris, Seuil, 1963.

BASSNETT, Susan. *Comparative Literature: A critical introduction*. Oxford: BlackWell, 1993.

_____. *Translation Studies*. London: Routledge, 2002.

BASSNETT, Susan; TRIVEDI, Harish. *Post-Colonial Translation: Theory and Practice*. London: Routledge, 1999.

BENJAMIN, Walter. The task of the translator. In: SHULTE, R.; BRIGUENET, J. (Ed.) *Theories of translation: an anthology of essays from Dryden to Derrida*. Chicago: University of Chicago Press, 1992. p.71-82.

BLOOM, Harold. *Alice Walker's The Color Purple*. Philadelphia: Chelsea House, 2000.

BOER, Raphael Albuquerque de. *Representations of women in the movies The Color Purple and Monster: questions about sexuality and identity*. Florianópolis, 2008. Dissertação (mestrado em Letras) Universidade Federal de Santa Catarina. 135 p.

BRADBURY, M.; TEMPERLEY, H. Introduction to American Studies. In: BIGSBY, C. W.; THOMPSON, R. (orgs). *The Black Experience. Essex: Longman, 1995.*

BRANDÃO, Helena N. *Subjetividade, Argumentação e Polifonia. A propaganda da Petrobrás.* São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

CEVASCO, M. Elisa. A formação dos Estudos Culturais. In: *Dez lições sobre Estudos Culturais.* São Paulo: Boitempo Editorial, 2003. p.60-79.

_____. *Para ler Raymond Williams.* São Paulo: Paz e Terra, 2001.

CARDOSO, Silvia H. B. *A questão da referência: das teorias clássicas à dispersão de discursos.* Campinas: Autores Associados, 2003.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso.* Trad. Fabiana Komesu. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

COURTINE, Jean-Jacques. *Metamorfoses do discurso político: as derivas da fala pública.* Trad. Nilton Milanez e Carlos Piovezani Filho. São Carlos: Claraluz, 2006.

CRONIN, Michael. *Translation and identity.* 1. ed. USA: Routledge, 2006.

DELEUZE, Gilles. *Foucault.* 2. ed. Trad. Claudia Sant'Anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 1991.

DERRIDA, Jacques. *Positions.* Chicago: University of Chicago Press, 1981.

_____. *Lóreille de láutre, otobiographies, transferts, traductions.* Textes et débats avec Jacques. Montreal: VLB, 1982.

_____. *Torres de Babel.* Trad. Jones Barreto. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

_____. *On Grammatology.* Londres: Johns Hopkins University Press, 2002.

_____. *A farmácia de Platão.* Trad. de Rogério da Costa. São Paulo: Iluminuras, 2005.

DIK, Simon. C. *The theory of functional Grammar.* Ed by HENGEVELD (KESS). Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1997.

DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito.* Trad. Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1987.

_____. *Analyses de textes et linguistique de l'´enonciation.* In: *Lês motus du discours.* Paris, Minuit, 1980, pp. 7-56.

_____. *Esquisse d'une théorie plyphonique de l'´enonciation.* In *Lê dire et let dit.* Paris, Minuit, 1984, pp 171-233.

FERNANDES, Cleudemar. *Análise do Discurso: Reflexões introdutórias.* 2. ed. São Carlos: Claraluz, 2007.

FOUCAULT, Michel. *História da Loucura na Idade Clássica*. Trad. José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 1972.

_____. *A ordem do discurso*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. *Vigiar e Punir: História da Violência nas Prisões*. Trad. Ligia M. Ponde Vassallo. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

_____. *A arqueologia do saber*. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

_____. Subjetividade e verdade. Trad. Andréa Daher e Roberto Machado. In: *Resumo dos Cursos do Collège de France*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997, p. 107-116.

_____. A hermenêutica do sujeito. In: *Resumo dos Cursos do Collège de France*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997, p. 117-134.

GREEN, Lisa J. *African American English: A Linguistic Introduction*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

GREGOLIN, M. Rosário. *Foucault e Pêcheux na Análise do Discurso: diálogos e duelos*. 3. ed. São Carlos: Editora Clara Luz, 2007.

_____; BARONAS, Roberto L. (orgs.) *Análise do Discurso: as materialidades do sentido*. 3. ed. São Carlos: Editora Claraluz, 2007.

GIVÓN, T. *Syntax I*. New York: Academic Press, 1984.

GUERRA, Vânia. M. L. Reflexão sobre alguns conceitos da Análise do Discurso de linha francesa. *Ensaio e Ciência*, Campo Grande, v. 7, n.1, 2003, p. 217-232.

_____. *O processo de referenciação: reflexões sobre o discurso literário*. Disponível em

<<http://www.ceul.ufms.br/pgletras/docentes/vania/0%20processamento%20discursivo.pdf>>

Acesso em: 13 jul. 2007

_____. *O processamento discursivo*. Disponível em <http://www.ceul.ufms.br/pgletras/docentes/vania/O%20processamento%20discursivo.pdf>. Acesso em 13.jul. 2007.

DURIGAN, M.; BATISTOTE, M. L. A construção de sentidos no gênero discursivo epistolar In: GUERRA, Vânia M. L.; DURIGAN, Marlene; NOLASCO, Edgar (orgs.). *Identidade e Discurso: História, Instituições e Práticas*. Campo Grande: UFMS, 2008, p. 347-359.

GUIMARÃES, Eduardo. Não só... mas também: polifonia e argumentação. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Rio de Janeiro n. 8, 1985a, pp. 79-108.

_____. *Formas de indeterminação: um processo enunciativo*, 1985b (inédito).

HALL, Stuart. *Da diáspora: Identidades e Mediações Culturais*. Organização de Liv. Sovik. Trad. Adelaine La Guarda Resende et al. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HATTNER, Álvaro Luiz. Estudos Culturais? In: BONNICI, Thomas; OSANA, Lúcia (orgs). *Teoria Literária: abordagens teóricas e tendências contemporâneas*. Maringá: Eduem, 2003, p. 249-252.

HOUAISS, Antônio. *Minidicionário Houaiss da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

HUTCHEON, Linda. Teorizando o pós-modernismo: rumo a uma poética. In: *Poética do pós-modernismo*. Trad. Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago Ed. 1991. p. 19-137.

INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria C. L. (orgs). *Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar*. São Paulo: Claraluz, 2005.

JOHNSON, Bárbara. A Fidelidade Considerada Filosoficamente. In: OTTONI, Paulo (org.). *Tradução: a prática da diferença*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2005.

KOCH, Ingedore V.; MARCUSCHI, Luis A. Processos de referenciação na produção discursiva. *D.E.L.T.A. n.14 esp*, p.169-190, 1998.

KOCH, Ingedore V.; MORATO, Edwiges M.; BENTES, Anna C. *Referenciação e Discurso*. São Paulo: Contexto, 2005.

LACLAU, E. *New Reflections on the Revolution of our Time*. London: Verso, 1990.

LABOV, Teresa. (1968) Social and language boundaries among adolescents. In: *American Speech*. 4, p. 339-366, 1992.

LEVINSON, Stephen. Pragmatics and the grammar of anaphora: a partial pragmatic reduction of binding and control phenomena. *Journal of linguistics*, Cambridge, n. 23, 379-434, abril/1987.

LONGMAN dictionary of contemporary English. Essex: Longman Corpus Network, 1995.

LOURENÇO, Lucília T. V de L. *Tradução e Estudos Culturais: Estudo da Tradução Brasileira de THE BLUEST EYE, de Toni Morrison*. Três Lagoas, 2006 Dissertação (mestrado em Letras) Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 127 p.

LYONS, John. *Semantics*. London: Cambridge University, 1977.

MACHADO, Marília. *Uma metodologia para a pesquisa do domínio social histórico*. Memorandum 9, out/2005. Belo Horizonte: UFMG; Ribeirão Preto: USP. Disponível em <<http://fafich.ufmg.br/~memorandum/a09/machado01.pdf>> Acesso em 13 jul. 2007.

MAGALHÃES, Isabel; CORACINI, Maria J.; GRIGOLETTO, Marisa. *Práticas identitárias: língua e discurso*. São Carlos: Clara Luz, 2006.

MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese do Discurso*. Trad. Sírío Possenti. Curitiba: Criar Edições, 2005.

MALDIDIER, Denise. *A Inquietação do Discurso: (Re)Ler Michel Pêcheux hoje*. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Atividades de referenciação no processo de produção textual e o ensino de língua In: *Estudos de Linguagem - Inter-relações e Perspectivas*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2003, p. 11-42.

McLUCAS, B. *Double Negative*. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/double_negative. Projeto African American Vernacular English A brief overview of AAVE2.htm.> Acesso em: 30 jun. 2007.

McWORTHER, John. *The word on the street: fact and fable about American English*. New York: Plenum, 1998.

MONDADA, L. Referenciação e Discurso. In: KOCK, I.V. (org). *A referência como trabalho interativo: a construção da visibilidade do detalhe anatômico durante uma operação cirúrgica*. São Paulo: Contexto, 2005.

NASCIMENTO, Celina A. G. de S. *O processo de referenciação da escrita e sua representação no vestibulando da UFMS*. Araraquara, 2003. Tese (Doutorado em Letras), FCLAR UNESP. 323 p.

NASCIMENTO, Heloísa de. *Activism & Literature: A Possible Combination? – A Critical Survey Departing From Works by Alice Walker*. Rio de Janeiro, 2003. Dissertação (Mestrado em Letras), UFRJ, 124 p.

NERCOLINI, M. J. *A questão da Tradução Cultural*. Revista Idiosincrasia. 2005. Disponível em: <<http://portalliteral.terra.com.br/Literal/calandra.nsf/0/9FCF1CA1843F4FCE03257042004E51C8?OpenDocument&pub=T&proj=Literat&sec=Ponto+de+vista>.> Acesso em: 13 jul. 2007.

NEVES, Maria H. M. *A Gramática Funcional*. Campinas: Fontes, 2001.

_____. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Ed UNESP, 1999.

NIDA, Eugene. *Toward a Science of Translating with Special Reference Slavery: Gender & Race in French Women's Writing*. Ohio: Kent State University Press, 1964.

NOLASCO, Edgar C. *Caldo de Cultura: a hora da estrela e a vez de Clarice Lispector*. Campo Grande: UFMS, 2007.

NOLASCO, Edgar C.; GUERRA, Vânia M. L. (org.) *Discurso, alteridade e gênero*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2006.

ORLANDI, Eni P. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. 6. ed. Campinas: Pontes, 2005.

_____. *Discurso e leitura*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

OTTONI, Paulo (org). *Tradução: A prática da diferença*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2005.

PRATT, Darnell D.; PRATT, Louis H. *Alice Malsenior Walker: An annotated bibliography, 1968-1986*. Westport: Meckler, 1988.

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. In ORLANDI, E.P. (org.) *Gestos de leitura. Da História no Discurso*. Trad. Bethania S. C. Mariani et alii. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1997, p. 55-64.

PÊCHEUX, M. Papel da Memória. In. ACHARD, Pierre. [et al.]. *Papel da memória*. Trad. José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999. p. 49-57.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. Eni P. Orlandi et al. 3. ed. Campinas: Pontes, 2002.

_____. *Semântica e Discurso*. Trad. Eni Orlandi et al. Campinas: Ed. da Unicamp, 1988.

_____. Análise Automática do Discurso. In: GADET, F. e HAK, T. *Por uma análise automática do discurso. Uma introdução à obra de M. Pêcheux*. Trad. Bethânia Mariani [et al]. Campinas: Unicamp, 1990.

RICKFORD, John Russel. *SPOKEN SOUL: The story of Black English*. New York: John Wiley & Sons, 2000.

ROBINSON, L. S. *Modern Women Writers*. New York: The Continuum Publishing Company, 1996.

RODRIGUES, Cristina. *Tradução e diferença*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

SARIAN, Maristela Cury. *A tradução e a Sociolinguística: um estudo sobre The Color Purple e sua tradução*. São José do Rio Preto: Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho – UNESP, 2002. (Dissertação de Mestrado).

SARIAN, Maristela Cury. O olhar da crítica para a linguagem de *The Color Purple* e sua tradução In: *Tradução e Comunicação*: São Paulo: Unesp, 2004, p. 119-134.

SARIAN, Maristela Cury. Para uma sociolinguística do texto literário traduzido: um olhar sobre *The Color Purple* e sua tradução. *Revista Gragoatá – Revista do Instituto de Letras da UFF, Niterói*, v. 11, p. 163-179, 2002.

SELIGMANN-SILVA, M. *O local da diferença: ensaios sobre memória, arte, literatura e tradução*. São Paulo: Ed. 34, 2005.

SILVA, Tomaz T.; HALL, Stuart.; WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

THEODOR, Erwin. *Tradução: ofício e arte*. Trad. Gianfrancisco Santos. São Paulo: Cultrix, 1976.

VAN DIJK, Teun. *Cognição, discurso e interação*. Apresentação e org. de Koch. São Paulo: Contexto, 1984.

WALKER, Alice. *A cor púrpura*. Trad. Peg Bodelson, Betúlia Machado e M. José Silveira. 7. ed São Paulo: Marco Zero, 1986.

_____. *The Color Purple*. London: Phoenix, 2004.

WILLIAMS, Robert. (1969). Black intelligence test of cultural homogeneity. In: *Black studies program*. St Louis: Washington University Press, 1972.

WINFORD, Donald. The creole situation in the context of sociolinguistic studies. In: *Issues in English creoles: Papers from the 1975 Hawaii conference*, ed. by Richard R. Day, 51-76. Heidelberg: Julius Groos, 1980.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual. IN: SILVA, Tomaz T. (org). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, Vozes, 2000. p. 103-133.